



informação arquivística

Periódico eletrônico da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro



by Brock Davis

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos o segundo número do periódico *Informação Arquivística*, que foi lançado com o propósito de ser um canal para o livre diálogo entre pesquisadores e profissionais da área. Esta edição conta com oito artigos de pesquisadores convidados, que se destacam pela qualidade e originalidade dos seus trabalhos. A proposta deste número é fomentar discussões sobre conceitos e análises importantes para área, incentivando novas ideias e pesquisas, além de contribuir como insumo na reflexão dos profissionais, que cada vez mais são requisitados para agir, interagir e dar respostas dentro das organizações e instituições em que atuam.

O primeiro artigo deste número é de Ana Celeste Indolfo, intitulado “**O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira**”, no qual trabalha as características da informação pública e da informação governamental, abordando a

questão do acesso e apontando os avanços e os retrocessos da legislação no cenário nacional. Também apresenta os desafios da implantação da Lei de Acesso a Informações, Lei nº 12.527/2011.

Angélica Alves da Cunha Marques, por meio do artigo “**Formação da comunidade arquivística brasileira em grupos de pesquisa**”, atualiza o mapeamento das pesquisas arquivísticas produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, a partir do Banco de Teses da CAPES e sinaliza a necessidade de produção de pesquisas e de formação de grupos de pesquisa com enfoque arquivístico.

Por sua vez, Daniel Flores e Sérgio Renato Lampert, no artigo cujo título é “**As funções de produção, classificação e avaliação de documentos arquivísticos no software Nuxeo Document Management**”, avaliam o software Nuxeo sob a ótica de algumas funções arquivísticas e ressaltam a atual necessidade de utilização de ferramentas de GED para a gestão

documental, bem como aproximação dos profissionais da informação com as Tecnologias da Informação.

Gustavo Silva Saldanha discute em seu artigo **“O documento e a ‘via simbólica’”** a condição simbólica do conceito de documento sob a reflexão contemporânea dos estudos filosóficos da organização dos saberes, a partir da crítica recente apresentada pelas abordagens “neodocumentalistas” à Ciência da Informação.

O autor Moises Rockembach, no artigo **“Evidência da Informação em plataformas digitais: da reflexão teórica à construção de um modelo”**, utiliza como referência as ideias do filósofo português Fernando Gil (1937-2006), discutindo alguns modelos de informação baseados em evidência, identificando suas características, sendo proposto um modelo de evidência da informação em plataformas digitais, partindo de uma abordagem inter e transdisciplinar da Ciência da Informação.

Rodrigo Rabello, no artigo **“Prolegômenos para a construção do conceito documento arquivístico: parte I - da concepção essencialista e teórico-relacional”**, trata o caráter relacional da

noção objetiva de documento arquivístico a partir de sua natureza jurídica, administrativa e histórica, visando contribuir com a construção de seu próprio conceito.

Tiago Henrique Bragato Barros, no trabalho **“Os Arquivos, a Arquivística e o Discurso: alguns marcos históricos e conceituais”**, discute a partir da análise do discurso, aspectos histórico-conceituais da Arquivística por meio da abordagem, ora histórica, ora discursiva, de teóricos da arquivística responsáveis pela enunciação da teoria arquivística e de sua expansão teórica. Essa análise dividiu-se em dois momentos: numa fase “clássica”, entre o final do século 19 até os anos 1970, que ajudou a definir epistemologicamente a Arquivologia; e após os anos 1970, com a expansão conceitual da área, influenciando no desenvolvimento do campo na realidade brasileira.

Também nesta edição, temos a tradução do segundo artigo de Terry Cook sobre a Arquivologia e o Pós-modernismo: **“Moda absurda ou Renascimento Profissional: Pós-modernismo e a Prática de Arquivo”**, onde o autor amplia sua discussão anterior acerca do tema e nega a ideia de pós-modernismo como um modismo utópico, abrindo defesa em prol

dos conceitos pós-modernos como recurso enriquecedor às práticas arquivísticas.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a valiosa contribuição dos autores convidados nas duas primeiras edições do periódico. A relevância dos temas abordados foi importante para a consolidação dos passos iniciais do periódico *Informação Arquivística*, contribuindo, dessa forma, para ampliação de debates críticos relacionados às questões epistemológicas ou da pragmática problematizada.

Enfim, desejamos a todos uma boa leitura e convidamos aos pesquisadores e profissionais da Arquivologia para submissão de artigos para o próximo número do periódico. As submissões poderão ser feitas no período de 03 de julho até 30 de agosto de 2013.

*Aluf Alba Vilar Elias, Lucina Ferreira
Matos, Roberto Lopes dos Santos Junior,
Vanessa de Arruda Jorge, Wagner Ramos
Ridolphi e Welder Antônio Silva -
Conselho Editorial do periódico
Informação Arquivística*

O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira

Ana Celeste Indolfo

indolfo@bol.com.br

Doutora em Ciência da Informação

Professora da UNIRIO e Especialista de Nível superior do Arquivo Nacional

Resumo: Apresenta as características da informação pública e da informação governamental. Aborda a questão do acesso às informações públicas. Aponta os avanços e os retrocessos da legislação brasileira. Analisa alguns dos desafios da implantação da Lei de Acesso a Informações.

Palavras-chave: Acesso à informação. Informação pública. Informação governamental. Lei de Acesso a Informações.

Access to public information: advances and retreats in the brazilian legislation

Abstract: This study presents the characteristics of the public information and of the governmental information. It approaches the access to public information issue. It shows the advances and retreats in the Brazilian legislation. It analyzes the challenges in the implementation of the access to information law.

Key words: Access to information. Public information. Governmental information. Access to information law.

Introdução

[...] para que os arquivos sejam realmente acessíveis, não basta proclamar no preâmbulo de uma Constituição ou de uma Declaração de Direitos o princípio da liberdade de informação. (DUCHEIN, 1983, p. 51)

A relação entre o acesso à informação e a conquista dos direitos humanos encontra-se nos dias de hoje na pauta de muitos discursos, seja na academia, na mídia ou na política. Entretanto, faz-se necessário apresentar uma breve historicidade dessa relação para compreendê-la frente às próximas abordagens teóricas.

Para aludir aos precedentes históricos mais remotos, pode-se citar o *Bill of rights* inglês de 1689, o *Bill of rights* das colônias americanas de 1776 e a *Déclaration des droits de l'homme et du citoyen* da assembleia francesa de 1789, pois todas essas declarações, de acordo com Matteucci (1991), se desenvolveram no “clima cultural dominado pelo jusnaturalismo e pelo contratualismo”, em outras palavras, essas doutrinas afirmam que “os homens têm direitos naturais anteriores à formação da sociedade, direitos que o Estado deve reconhecer e garantir como direitos do cidadão”.

Se nos fins do século XVIII os direitos do homem estavam sendo

delineados em torno dos conflitos entre direitos abstratos e concretos, naturais e subjetivos, questões a um tempo de ordem conceitual e política, foi a partir do século XIX que a conquista desses direitos pautou as relações entre Estado e sociedade.

Matteucci (1991) coloca que, na atualidade, “luta-se ainda por esses direitos porque mesmo após as grandes transformações [ocorridas essencialmente a partir da segunda metade do século XX] não se chegou a uma situação garantida efetivamente”. Segundo o autor, as “três espécies de direitos” podem até não coexistirem de fato nos dias atuais, mas “para serem verdadeiramente garantidos devem existir solidários”.

Pode-se, com isso, afirmar que a luta em prol dos direitos civis, políticos e sociais seguiu, de uma maneira geral, mas de formas diferenciadas, uma tendência em todo mundo, na medida em que “hoje os direitos dos cidadãos estão enumerados” na maioria dos textos constitucionais dos regimes democráticos, por mais ampla que seja a gama de sentidos contemporâneos da palavra ‘democracia’.

Para Ferrari (2000, p. 163-169), democracia significa “gozo dos direitos

fundamentais e acesso efetivo às oportunidades da vida”. O autor destaca, essencialmente, que a conexão entre democracia e informação é “biunívoca e de coessencialidade”, portanto, complexa, não só em razão da longa história que cada um dos termos possui, assim como, também, porque ambas “foram submetidas a importantes variações, as últimas ocorridas em pouquíssimos anos e particularmente relevantes”.

Se democracia significa liberdade e igualdade no gozo dos direitos e de oportunidades, parece claro que a informação livre [...] dela constitui um fundamento essencial. [...] Compreende-se assim que “informação” não é somente “o ato de informar” como diz o vocabulário, mas em geral é parte essencial do processo de formação de conhecimentos, de opiniões e, portanto, da própria personalidade do indivíduo: a parte que age mediante a interação do sujeito com o mundo externo. A falta de informação bloqueia o desenvolvimento da personalidade, tornando-a asfixiada. [...] Por essas razões, devem ser colocados no mesmo plano do ponto de vista democrático *o direito de informar e o direito de ser informado*. (FERRARI, 2000, p. 163-169, grifo da autora)

Para Uhlir (2006, p. 21), desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 19)¹, uma das prin-

¹ “Artigo XIX - Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217-A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. Tradução não-oficial do texto em língua inglesa. Disponível em:<

cipais metas de qualquer sociedade tem sido a luta pelo desenvolvimento humano, ou seja, “o fortalecimento de todos os cidadãos, por meio do acesso e utilização da informação e do conhecimento”. Com isso, o acesso e a utilização de informações ganham importância fundamental para os cidadãos que desejam alcançar a “cidadania integral”.

Falar de **cidadania integral** é considerar que o cidadão de hoje deve ter acesso a seus direitos cívicos, sociais, econômicos e culturais em perfeita harmonia, e que todos eles formam um conjunto indivisível e articulado [...] argumenta-se que a democracia implica uma cidadania integral, isto é, o pleno reconhecimento da cidadania política, da cidadania civil e da cidadania social. [...] Com respeito à cidadania civil, registram-se importantes conquistas em matéria de legislação, porém é preocupante a limitada capacidade dos Estados de garantir esses direitos na prática. (PNUD, 2004, p. 26-27, grifo da autora)

Fica claro, então, que entre os elementos que compõem a conquista desses direitos encontra-se o acesso às informações públicas. O cidadão “bem informado” passa a ter condições de conhecer, participar e ‘reivindicar’,

http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DH8.HTM > Acesso em 7 dez. 2011. Cabe, ainda, assinalar que esse direito fundamental passou a ser reconhecido por outros organismos da comunidade internacional, por meio de tratados, convenções e declarações assinadas, inclusive, pelo Brasil.

também, outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais.

A disseminação aberta e irrestrita da informação [...] também promove a melhoria da saúde e seguranças públicas e do bem estar social geral, a medida que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro. (UHLIR, 2006, p. 30)

Dessa forma, o acesso à informação, além de ser cada vez mais reconhecido, em várias partes do mundo, como um direito, torna-se essencial para a consolidação não só dos direitos políticos, mas, também, dos econômicos e sociais.

[...] a idéia de necessidades, incluindo o entendimento de necessidades econômicas, requer informação pública e intercâmbio de informação, visões e análises. Os direitos [...], incluindo a liberdade de expressão e discussão, não são somente fundamentais para induzir respostas sociais a necessidades econômicas, eles são fundamentais para a conceitualização das necessidades econômicas em si mesmas. (SEN, 1999, apud PNUD, 2004, p. 69 e71).

Falar, então, em informação pública requer, a partir de agora, que esta expressão seja definida objetivando esclarecer as relações existentes entre ela e ‘informação do setor público’, ‘informação governamental’ e ‘informação de domínio público’, pois, muitas vezes, acatam-se essas expressões como sinônimas.

Para Uhlir (2006, p. 25), a ‘informação do setor público’ é definida como qualquer informação² que seja *produzida por uma entidade do setor público*, sendo ‘a informação governamental de domínio público’ parte dessa categoria mais ampla.

Segundo esse autor (UHLIR, 2006, p. 27), a informação produzida pelo setor público pode ser categorizada por muitos critérios: ser uma informação administrativa ou não; apresentar potencial interesse ou ampla audiência; e, ainda, ter valor econômico para um mercado específico.

Assim, como princípio norteador das Diretrizes apresentadas por Uhlir (2006, p. 16), pode-se assumir que ‘*informação pública*’ é qualquer informação produzida por entidades públicas, em todos os setores e em todos os níveis, a qual deve estar disponível ao público, e se “exceções formais” existirem e vierem a impedir que os cidadãos possam acessar a informação pública, estas devem ser justificadas o mais minuciosamente possível.

² Nas Diretrizes desse texto adota-se uma definição de informação proposta pela Comissão Européia: qualquer conteúdo, qualquer que seja seu meio (escrita em papel, ou armazenada em formato eletrônico, ou como gravação de som, imagem ou audiovisual). (UHLIR, 2006, p. 27)

No contexto da sociedade global, o objetivo é prover acesso universal e diminuir a lacuna entre os ricos e os pobres em informação. Um decisivo elemento dessa estratégia é expandir a quantidade e a qualidade da informação [...] particularmente aquela gerada no setor público ou em instituições de interesses público, e conseqüentemente facilitar o acesso aberto e equitativo de todos os cidadãos ao conhecimento e aos benefícios advindos dessa informação coletiva. (UHLIR, 2006, p. 29)

Cabe, então, explicitar as colocações desse autor (UHLIR, 2006, p. 13-25) a respeito da noção de ‘informação de domínio público’. Esta refere-se:

- à informação de natureza intrinsecamente pública, ou seja, certos tipos de informação que são produzidos por autoridades públicas (“governo” no sentido amplo) no cumprimento de suas funções e no decorrer de suas gestões, que são vistos como um bem público;
- à informação publicamente acessível, cuja utilização não infringe qualquer direito legal, ou qualquer obrigação de confidencialidade;
- ao domínio de todos os trabalhos, ou objetos de direitos relativos, que podem ser explorados por todos sem qualquer autorização;
- a dados públicos e informações oficiais produzidos e voluntariamente disponibilizados por governos ou organizações internacionais.

Por essas explicações pode-se considerar que *toda informação governamental é uma informação pública*, mas que nem toda informação de domínio público provém necessariamente de uma informação governamental.

De acordo com os esclarecimentos expostos no sítio da Con-

troladoria Geral da União³, a **informação sob a guarda do Estado é sempre pública**, devendo o acesso a seus dados, compostos por documentos, arquivos, estatísticas, serem restringidos apenas em casos específicos. “Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público”.

Como a disponibilização da informação produzida no setor público é considerada essencial para o funcionamento de governos nacionais e locais “bem administrados”, o direito do público ao acesso e utilização dessa informação deve ser assegurado, seguindo-se os princípios norteadores dos regimes democráticos e a busca pela ‘boa governança’.

A informação do setor público é um recurso nacional valioso. A disponibilidade dessa informação, reconhecida por lei, ajuda a assegurar a liberdade de expressão dos cidadãos, bem como a responsabilidade do governo e de seus órgãos públicos em gerir as operações governamentais, manter o desempenho saudável da economia e prover os serviços essenciais à sociedade. A maximização do fluxo aberto e irrestrito de informação entre o governo e o público é um aspecto fundamental para uma sociedade democrática e para a promoção de uma boa governança. (UHLIR, 2006, p. 37)

³ Disponível em: <http://www.cgu.gov.br> Acesso em: 15. Maio. 2013.

Vale lembrar a que primeira nação no mundo a desenvolver um marco legal sobre acesso foi a Suécia, em 1766. Sua Lei de Liberdade de Imprensa - *Freedom of the Press Act* - continha um capítulo específico sobre a natureza pública dos documentos oficiais, que previa que “todo indivíduo tem o direito de acessá-los, salvo aqueles classificados como secretos”. Isso ocorreu há quase 250 anos e antes mesmo da Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa.

Fonseca (1999, grifo nosso), em artigo que condensa os estudos desenvolvidos para a dissertação de mestrado sobre Direito à informação, defendida em 1996, coloca que a evolução da questão do acesso aos arquivos “acompanha a cronologia da conquista dos direitos humanos, na qual se insere o direito à informação”.

Com a Revolução Francesa, a partir da criação do Arquivo Nacional, e da proclamação do direito público de acesso aos arquivos do governo, colocou-se formalmente a questão. Sem dúvida um passo importante, embora, de fato, o acesso público aos documentos governamentais não fosse amplo neste momento. Durante o século XIX, a consolidação dos ideais revolucionários proclamados no final do século anterior e a consolidação de uma visão positivista da história contribuíram para aumentar a abertura, ainda gradual, dos acervos dos arquivos públicos. [...] Durante a primeira metade do século XX, não se observam mudanças substantivas com relação a esta questão. É no período posterior à II Guerra Mundial que se

verificará radical transformação no próprio conceito de acesso aos arquivos. A inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 transforma o acesso aos arquivos em direito democrático de todos os cidadãos, e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica. Apesar de a lei finlandesa de 9 de fevereiro de 1951 estipular que, em princípio, qualquer documento produzido pela administração pública deveria estar disponível ao acesso de qualquer cidadão, sem nenhuma demora, **o valor exemplar da lei norte-americana de 1966**, conhecida como *Freedom of Information Act*, **torna-a um marco fundamental na conquista do pleno direito de acesso aos arquivos.** (FONSECA, 1999, grifo nosso)

A lei norte-americana se tornou conhecida pela sigla **FoIA** e define quais as informações que devem ser obrigatoriamente exibidas, quais devem ser obrigatoriamente publicadas e relaciona aquelas que, por alguma razão, devem ser excluídas do livre acesso imediato.

Ainda, de acordo com Fonseca (1999), a partir desta lei, muitos países “promulgaram legislações semelhantes que, guardadas as inevitáveis especificidades, têm em comum o princípio do direito imediato de acesso aos documentos dos arquivos públicos”, sendo que os excluídos do acesso constituem exceções estritas as quais devem ser justificadas. Com isso, estabeleceu-se **o princípio que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção.**

Atualmente, a “Lei Federal de Transparência e Acesso a Informações

Públicas do Governo” do México, de 2002, considerada uma referência não só para os países da América Latina, prevê a instauração de sistemas de acesso a serem supervisionados por um órgão independente, o Instituto Federal para Acesso a Informações Públicas, “órgão que tem poder de determinar a repartições que liberem os registros solicitados”.

Canela e Nascimento (2009, p.66) informam, ainda, que a legislação da África do Sul (a lei é de 2000, sendo conhecida como “PAIA - *Promotion of Access to Information Act*”) tem sido apontada como “uma das mais consistentes e inovadoras a ponto de submeter a seu escrutínio empresas privadas prestadoras de serviços públicos ou atuando em uma esfera de amplo interesse da população”.

Rodrigues (2009, p. 28) afirma que conhecer a realidade de outros países se tornou possível com a publicação da *Declaração de Atlanta*⁴. Ele explica que esse texto foi produzido em fevereiro de 2008, durante uma conferência internacional promovida

⁴ Rodrigues (2009, p. 28) informa que a íntegra do texto em inglês está disponível em <www.informacaopublica.org.br/files/Atlanta_Declaration_and_Plan_of_Action.pdf> assim como a versão em espanhol está em <www.informacaopublica.org.br/files/Declaracion_de_Atlanta_y_Plan_de_Accion.pdf>.

pelo *Carter Center*, em Atlanta, na Geórgia (EUA). De acordo com o autor, “representantes de 40 países redigiram o documento, compilando as melhores regras e conceitos de transparência”, tendo sido consideradas “as experiências e as restrições existentes no planeta no início de 2008”.

Em 18 de novembro de 2011, a Presidente da República sancionou a Lei nº 12.527⁵, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e os artigos 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. O texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União no mesmo dia em que foi sancionada.

Como princípio geral dessa Lei, entende-se que toda informação produzida ou gerenciada pelo Estado é pública, salvaguardando-se do acesso

⁵ O resumo da trajetória da Lei no Congresso Nacional pode ser conhecido no sítio do *Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas*, cuja coordenação está a cargo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI): <<http://www.informacaopublica.org.br/node/1084>>; a íntegra da Lei encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>.

público as informações pessoais e aquelas exceções nela previstas.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Arquivos

No Brasil, o ponto de partida para a conquista de uma legislação específica, na área de acesso à informação e dos arquivos, foi o próprio ordenamento jurídico constitucional, ao assegurar o direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, ressalvadas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

O preceito constitucional contemplou, também, o dever da administração pública de assumir a gestão da documentação governamental.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, essas garantias encontram-se expressas nos incisos XIV, XXXIII e LXXII do artigo 5º e § 2º do artigo 216.

A conquista do marco legal na área dos arquivos só foi obtida com a promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e que ficou conhecida como a Lei de Arquivos.

O artigo 1º confere ao Poder Público o dever da gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Pelo conceito disposto pelo artigo 3º é que os procedimentos de gestão de documentos, preconizados pela teoria arquivística desde a metade do século XX, passaram a ser validados pela legislação arquivística brasileira.

Os artigos 4º e 5º transpõem os direitos dispostos no preceito constitucional para “as informações públicas contidas em documentos de arquivos”.

Os artigos 22 a 24 tratam das questões de acesso e sigilo dos documentos públicos.

Conta-se nos dias atuais, passadas mais de duas décadas da Lei de Arquivos, com uma legislação arquivística abrangente e com normas específicas no que tange as atividades de gestão de documentos.

Ao longo desse período, esse referencial normativo passou a orientar, de uma maneira geral, a adoção das práticas de gestão de documentos na administração pública e, algumas das Resoluções do CONARQ, tornaram-se

prescritivas para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Retrocessos e avanços do acesso às informações públicas

O interesse dos produtores, a segurança dos cidadãos, o controle democrático devem ser assegurados pelo Estado, bem como as necessidades do conhecimento. [...] Os prazos de guarda e de acesso deveriam estar em harmonia com a evolução geral do direito e da jurisprudência, e deveriam oferecer um equilíbrio entre a administração pública e os cidadãos. (DELMAS, 2010, p. 102-103)

A regulamentação do acesso público aos documentos de arquivos de natureza sigilosa prevista no artigo 23 da Lei de Arquivos ocorreu com a aprovação do Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997.

Esse Decreto estabeleceu as categorias dos documentos sigilosos em ultrassecretos, secretos, confidenciais e reservados, ou seja, uma gradação atribuída à classificação, de acordo com a natureza do conteúdo, e determinou, também, os prazos máximos de restrição de acesso e as autoridades responsáveis pela classificação, nos órgãos públicos e nas instituições de caráter público, custodiadores de documentos dessa natureza.

O Decreto, também, reiterou a garantia constitucional de que “todos

tem direito de acessar documentos e informações a seu respeito, existentes em arquivos e bancos de dados públicos”. Cabe lembrar que, o direito de acesso pleno aos documentos públicos, já estava assegurado com o disposto no artigo 22 da Lei de Arquivos.

A importância desse Decreto deveu-se ao fato, ainda, de que ele revogou o Decreto do período do regime militar que tratava da “salvaguarda dos assuntos sigilosos”.

Outro aspecto fundamental deste ato foi sua determinação quanto à constituição de Comissões Permanentes de Acesso, nos órgãos públicos e nas instituições de caráter público, custodiadores de documentos sigilosos.

As competências dessa Comissão passavam pela análise dos documentos sigilosos sob custódia e a publicação da relação dos documentos desclassificados semestralmente, bem como pela autorização de acesso a documentos públicos sigilosos a pessoas devidamente credenciadas, que apresentassem por escrito os objetivos de sua pesquisa.

Jardim (1998) afirmou, ao analisar este Decreto, existir um avanço significativo “no sentido de ordenar, sob princípios democráticos, o direito à informação governamental”, contudo,

ressaltava que sua viabilização implicava necessariamente na construção de uma política de informação que assegurasse a gestão de documentos e da informação.

Duchein (1983, p. 51-53, tradução nossa), em texto clássico da literatura arquivística, já havia apontado as mudanças imprescindíveis para se efetivar o acesso aos documentos governamentais, as quais implicavam em “uma complexa série de problemas relacionados e muitas vezes inseparáveis”.

Para o autor, esses problemas eram tanto de ordem jurídica como envolviam um conjunto de problemas técnico-procedimentais (organização dos serviços arquivísticos e da transferência e do recolhimento dos documentos para as instituições arquivísticas; a elaboração de instrumentos de classificação, assim como dos inventários) e, também, de ordem prática (os serviços deveriam contar com locais para consulta, com um pessoal efetivo, além de materiais e equipamentos adequados).

Seria vão pretender que todos esses problemas se resolvam de maneira idêntica em todas as partes. É grande a desigualdade de condições econômicas e culturais existentes nos diferentes países do mundo e, também, são distintas suas tradições jurídicas e administrativas. (DUCHEIN, 1983, p. 52)

Duchein (1983, p. 52-53) sabendo, a princípio, que “seria ilusório reclamar a abertura integral e sem reservas” dos arquivos públicos, uma vez que, sempre, existiriam “problemas militares, diplomáticos, litígios internacionais, segredos científicos, negociações econômicas, além das questões inerentes a vida privada das pessoas”, relacionava em quatro itens, suas recomendações quanto à superação “desse obstáculos ao acesso”:

- 1) [a existência de] uma lei, ou ao menos um decreto, que estipule de maneira específica o direito de acesso aos arquivos públicos e os defina, de tal modo, que não deixe lugar, a dúvidas, a seu respeito;
- 2) [a expedição de] regulamentos oficiais e públicos que precisem quais são os documentos de livre comunicação, quais estão submetidos a restrições de comunicação e em que consistem os procedimentos para solicitar a autorização de consulta aos documentos que não tenham livre acesso;
- 3) os arquivos devem dispor, pelo menos, de locais para receber os pesquisadores e de pessoal competente a fim de que arquivos sejam acessíveis, isto é, a fim de classificá-los, inventariá-los e comunicá-los;
- 4) uma legislação que assegure um mínimo de garantias para acessar os arquivos privados que tenham interesse primordial para a história nacional.

Para complementar o disposto no Decreto nº 2.134, de 1997, foi aprovado o Decreto nº 2.910, de 29 de dezembro de 1998, que visava orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal quanto aos procedimentos e normas a serem adotados com relação a docu-

mentos sigilosos, produzidos em qualquer suporte, referentes à garantia da sociedade e do Estado. Esse Decreto estendia, ainda, as medidas de segurança para os materiais, as áreas, as comunicações e os sistemas de informação, de natureza sigilosa.

Esses instrumentos legais não foram os primeiros a serem propostos e expedidos.

Um estudo coordenado por Canela e Nascimento (2009, p. 43) mostra que, de acordo com o *Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas*⁶, desde 1937, foram assinados sessenta e quatro atos normativos (decretos-lei, leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e instruções normativas) que, “de alguma forma, regulamentam a oferta e, principalmente, o sigilo de informações em posse do Estado brasileiro”.

O Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro do mesmo ano, e que entraria em vigor em quarenta e cinco dias, além de revogar os decretos anteriores, ampliou

⁶ Esse levantamento foi realizado pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, instituição criada em 2003, em Brasília, que reúne 20 instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

os prazos máximos estipulados para cada categoria de sigilo. Esse Decreto criou, ainda, a possibilidade de ‘*instalar o segredo eterno*’ a partir “da renovação indefinida do prazo de duração da classificação ultrassecreto”, cuja restrição anterior foi alterada para 50 anos.

Apesar das inúmeras moções apresentadas por diversas instâncias da sociedade civil, pelo CONARQ, por diferentes instituições arquivísticas e, também, pelas associações profissionais da área de arquivos, nos primeiros dias (mais precisamente em fevereiro de 2003) do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esse Decreto, aprovado nos últimos quatro dias do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, entrou em vigor, representando um retrocesso não só administrativo, mas, essencialmente, jurídico no direito à informação governamental.

A Medida Provisória de nº 228, de dezembro de 2004, assim como o Decreto nº 5.301, da mesma data, que a regulamenta, retornaram os prazos de duração das categorias de sigilo para aqueles previstos no artigo 23 da Lei de Arquivos e no Decreto nº 2.134, de 1997. Esse Decreto instituiu, ainda, no

âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas.

Essa Comissão foi criada, especialmente, para “decidir pela aplicação da ressalva prevista na parte final do inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal”, entretanto, sua decisão poderia recair tanto na “autorização de acesso livre ou condicionado ao documento” como “na permanência da ressalva ao seu acesso, enquanto for imprescindível”. Assim, se mantinha a possibilidade de manter o sigilo e impedir a consulta.

Essa visão já havia sido colocada por Jardim (1998) ao relatar que “uma das críticas presentes na literatura [internacional] é que a aplicabilidade do direito à informação teria servido, sobretudo, a definir os documentos secretos e a legitimar a recusa à comunicação”.

Fonseca (1999) confirma esse posicionamento ao afirmar que “o que se opõe ao direito à informação não é simplesmente a mentira ou a falsidade mas é, também, o segredo, ou melhor, aquilo que não se torna público”.

A MP nº 228 foi convertida, em 5 de maio de 2005, na Lei nº 11.111, tendo sido suprimida do texto, com

relação à atuação da Comissão, apenas a expressão “enquanto for imprescindível”.

Ainda que a eternidade do sigilo tenha sido revogada, o Estado assegurou o direito de manter informações em segredo por até 60 anos. Se isso for [fosse] aplicado, por exemplo, a algum documento referente a uma ação do governo no ano de 1970, durante o regime militar, ainda pode[ria] ser necessário aguardar até 2030 para que o acesso seja liberado. (CANELA; NASCIMENTO, 2009, p. 43)

Alguns juristas expressaram suas críticas e apontaram a questão da incompatibilidade entre a norma prevista na Lei nº 11.111, de 2005 e a Constituição Federal uma vez que isso representava “a negação do direito à informação”.

Bigonha⁷ (apud CANELA; NASCIMENTO, 2009, p. 102) afirmou que “a Lei está completamente dissociada de qualquer perspectiva democrática e constitucional” e Moroni⁸ (apud CANELA; NASCIMENTO, 2009, p. 102) disse que “além da questão da legalidade, o que me preocupa é que a lógica da lei foi construída com base no que não pode ser informado e não a partir do direito à informação”.

⁷ Antonio Carlos Bigonha, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

⁸ José Antonio Moroni, diretor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

Outras tentativas foram feitas, visando alterar o marco legal em relação ao acesso às informações. Destacam-se duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) que foram protocoladas junto ao Supremo Tribunal Federal contra os dois parágrafos do artigo 23 da Lei nº 8.159, de 1991 e contra a íntegra da Lei nº 11.111, de 2005 uma, em 2007, pela OAB e a outra, em 2008, por um Procurador-Geral da República que recebeu apoio das instituições que compõem o *Fórum*.

Canela e Nascimento (2009, p. 59) ressaltam que a OAB foi incisiva, no texto da Adin, ao usar “expressões como ‘violência’ e ‘arbitrariedade’ para se referir aos prazos fixados pela Lei nº 8.159, de 1991” e quanto à Lei nº 11.111, de 2005, afirmava que, além de “criar empecilhos para o acesso a documentos sigilosos, a lei foi ‘omissa’ ao não estabelecer prazos para que o governo libere informações”.

Ao tentar buscar a construção de uma regulamentação que assegurasse, de maneira efetiva, o acesso a informações e documentos produzidos pelo Estado brasileiro, uma série de eventos, como seminários, debates, fóruns, mesas-redondas, foram promovidos por diversas instituições para uma ampla

discussão em torno dessa questão. O Quadro 1 - Eventos sobre o acesso a informações relaciona alguns dos principais eventos realizados.

Quadro 1 – Eventos sobre acesso a informações

Nome do evento	Local e data	Responsáveis pela promoção / realização	Instituições de apoio
I Seminário Internacional de Direito de Acesso a Informações Públicas	Brasília, DF 30 de setembro de 2003	Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas	ABRAJI
Seminário Controle Social das Políticas Públicas e Acesso à Informação: elementos inseparáveis	Brasília, DF 9 de agosto de 2007	ANDI Artigo 19 Brasil	UK Department for International Development (DFID)
II Seminário Internacional de Direito de Acesso a Informações Públicas	Brasília, DF 1º e 2 de abril de 2009	Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas	ABRAJI
Seminário Internacional sobre Acesso à Informação e Direitos Humanos	Rio de Janeiro, RJ 23 a 26 de novembro de 2010	Arquivo Nacional	UNESCO AAB EMERJ
Mesa: Acesso à Informação e Direitos Humanos	Rio de Janeiro, RJ 1º de julho de 2011	ALA Arquivo Nacional	UNESCO
Seminário Internacional Acesso à Informação: desafios de implementação	Brasília, DF 7 e 8 de julho de 2011	CGU UNESCO	Artigo 19
Seminário Internacional de Acesso à Informação Pública	São Paulo, SP 5 de dezembro de 2011	CGU UNESCO	ANJ Consulado-Geral dos EUA, SP

Fonte: Elaborado pela autora

Um estudo da UNESCO⁹, sempre citado por especialistas nesses eventos, reforçava essa discussão ao relatar que, a partir da década de 1990, mais de setenta países haviam adotado uma legislação específica, além de terem, amplamente, reconhecido o direito de acesso à informação como um direito fundamental. Esse estudo informava, ainda, que, em outras dezenas de países, esse tipo de lei já se encontrava em processo de elaboração.

Não são somente países desenvolvidos e com democracias antigas e sólidas que estão à frente do processo mundial de acesso a informações públicas. O estudo *Freedom of information around the world 2006* preparado por David Banisar para a *Privacy Internacional* – organização que, desde 1999, pesquisa o acesso à informação pública nos cinco continentes – apresenta exemplos de avanços na garantia de se obterem informações entre governos de dezenas de países. (CANELA; NASCIMENTO, 2009, p. 65)

Entretanto, os debates foram realmente ‘aquecidos’ a partir do encaminhamento, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, da Mensagem nº 316, de 13 de maio de 2009, do anteprojeto de lei de acesso a informações, cujos termos da Exposição de Motivos, elaborada em conjunto por

⁹ Em 1990, somente 13 países haviam adotado leis nacionais relacionadas ao tema. Em 2008, mais de 70 países já têm leis de acesso à informação (MENDEL, 2008, p. 3 *apud* CANELA; NASCIMENTO, 2009, p.16).

nove Ministérios e Órgãos Equivalentes¹⁰, corroboram o exposto até então.

[§] 2.O anteprojeto ora encaminhado é resultado de aprofundada discussão travada no âmbito do grupo formado por representantes dos Ministérios co-autores, e de órgãos a eles relacionados, para estudo de propostas de normatização do tema enviadas originalmente à Casa Civil pela Controladoria-Geral da União, a partir de debates havidos no seio do Conselho da Transparência Pública e Combate à corrupção, bem como pelo Ministério da Justiça, além de outras instituições. [§] 3. Sobre a matéria, cumpre ressaltar que o direito de acesso garantido aos cidadãos nos termos da Constituição da República, carece de regulamentação unitária e sistemática, que assegure, efetivamente, o acesso amplo a informações e documentos produzidos pela Administração Pública. [§] 4. A proposta cria mecanismos claros e efetivos para garantir o acesso à informação pública e, ao mesmo tempo, estabelece critérios para proteção das informações pessoais e sigilosas, assim compreendidas apenas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, AA1778E6, fl.14)

O anteprojeto encaminhado pelo Executivo a Câmara foi o ponto de partida para os debates realizados na Comissão Especial, criada para analisá-lo. Foram reunidos, a este, outros projetos que tratavam do mesmo tema de iniciativas de diversos parlamentares. O texto aprovado no plenário da Câmara

¹⁰ Assinaram a EMI nº00007, de 5 de maio de 2009, os titulares da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e da Defesa, da Advocacia-Geral da União, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Gabinete de Segurança Institucional, da Secretaria de Comunicação e da Controladoria-Geral da União.

em 24 de fevereiro de 2010 foi renomeado como PLC 41/2010 ao chegar ao Senado.

No Senado, o PLC 41/2010 foi recebido em abril de 2010, passando por três Comissões, ficando parado, sofrendo entraves e tendo tido sua votação adiada por mais de uma vez. Em 25 de outubro de 2011 foi, finalmente, aprovado, sem alterações ao texto aprovado na Câmara.

O Quadro 2 - relaciona os atos normativos editados sobre o direito de acesso a informações.

Quadro 2 - Legislação brasileira sobre acesso a informações

Ato legal	Ementa	Situação
Decreto n° 2.134, de 24 de janeiro de 1997	Regulamenta o art. 23 da Lei n° 8.159, 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles.	Revogado pelo Decreto n° 4.553, de 2002.
Lei n° 9.507, de 12 de novembro de 1997	Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i> .	Em vigor
Decreto n° 2.910, de 29 de dezembro de 1998	Estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa.	Revogado pelo Decreto n° 4.553, de 2002.
Decreto n° 4.497, de 4 de dezembro de 2002	Altera o art. 17 do Decreto n° 2.134, 24 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles.	Revogado pelo Decreto n° 4.553, de 2002.
Decreto n° 4.553, de 27 de dezembro de 2002	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal.	Redação dos art. 6° e 7° foi alterada pelo Decreto n° 5.301, de 2004.
Medida Provisória n°	Regulamenta a parte final do disposto no	Convertida na Lei n° 11.111, de 2005.

228, de 9 de dezembro de 2004	inciso XXXIII do art. 5° da Constituição.	
Decreto n° 5.301, de 9 de dezembro de 2004	Regulamenta o disposto na Medida Provisória n° 228, de 2004, institui a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas e altera a redação dos art. 6° e 7° do Decreto n° 4.533, de 2002	[revogado quando da revogação da Lei que regulamentava]
Lei n° 11.111, de 5 de maio de 2005	Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5° da Constituição Federal.	Revogada pela Lei n° 12.527, de 2011.
Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5°, no inciso II do § 3° do art. 37 e no § 2° do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n° 8.112, de 11 de novembro de 1990; revoga a Lei n° 11.111, de 5 de maio de 2005 e os dispositivos da Lei n° 8.159, 8 de janeiro de 1991.	Em vigor desde 16 de maio de 2012.

Fonte: Elaborado pela autora

A Lei de Acesso a Informações

A Lei de Acesso entrou em vigor em maio de 2012. Muito já se falou, debateu e publicou quanto aos desafios enfrentados para a implementação da Lei.

Afirma-se que somente serviços arquivísticos públicos bem estruturados e equipados e dotados de recursos humanos capacitados, para desenvolver e executar as atividades de gestão de documentos, poderão enfrentar alguns desses desafios e assegurar o acesso às informações públicas.

A Controladoria-Geral da União reconhece essa questão e considera de

fundamental importância criar condições para enfrentá-la uma vez que afirma, em uma “janela” de perguntas e respostas¹¹ do sítio sobre a Lei, o seguinte texto: “A informação disponível ao público é, muitas vezes, a ponta de um processo que reúne operações de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos. Para tanto, programas de gestão precisam ser sempre aprimorados e atualizados”.

Entre os produtos da cooperação técnica entre a UNESCO e o Poder Executivo Federal encontra-se a publicação da pesquisa¹², coordenada pelo professor Roberto da Matta, intitulada *Diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro*.

Uma das perguntas dirigidas aos servidores públicos, para verificar a

¹¹ Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/destaques/perguntas-e-respostas.asp>>. Acesso em 6 dez. 2011.

¹² Essa pesquisa realizada no contexto do projeto denominado “Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã”, tem como concepção central a urgência em desenvolver mecanismos institucionais e organizacionais que permitam à administração pública brasileira promover e assegurar o acesso a informações públicas como um direito fundamental do indivíduo e uma ferramenta *sine qua non* para consolidação das democracias contemporâneas. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacoes/>>. Acesso em 6 de dez. de 2011.

capacidade dos órgãos e entidades de implementar a Lei de Acesso à Informação, foi “Com que regularidade a sua área promove cursos e treinamentos sobre gestão de documentos e/ou segurança da informação?” 23,5% responderam raramente e 38% responderam nunca. Esse resultado parece indicar que 61,5 % dos entrevistados não se encontram capacitados para desempenhar essas atividades.

A seguir, procurou-se sintetizar, a partir da referida publicação, no Quadro 3, algumas das respostas obtidas na etapa qualitativa da pesquisa, em que foram realizadas entrevistas com uma amostra de autoridades públicas.

Quadro 2 - Síntese de alguns dados do “Diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro”

Desafios atuais para o tratamento da informação pública	
•	falta de uma política geral para a gestão da informação;
•	inexistência de critérios simples e objetivos para o que pode e para o que não pode ser amplamente divulgado;
•	“cultura do <i>pendrive</i> ” presente em alguns funcionários que se apropriam de dados e informações sob sua responsabilidade e não os compartilham com os colegas ou demais interessados;
•	a maioria dos órgãos não possui um padrão para o atendimento de pedidos de informação;
•	importância da participação dos dirigentes na implementação da Lei de Acesso à Informação.
Problemas apontados para que a Administração Pública possa implementar a Lei	
○	falta de organização, planejamento e sistematização das informações de cada área;
○	limitada capacidade de resposta em caso de aumento significativo da demanda por informações;
○	baixa interoperabilidade dos sistemas e bancos de dados das diferentes áreas e, até mesmo, dentro de um mesmo órgão;
○	baixa confiabilidade das bases de dados existentes;
○	carência de recursos humanos destinados à divulgação proativa de informações e ao atendimento das

solicitações ; ○ perigo da nova legislação cair em descrédito por falta de condições necessárias e suficientes à sua efetividade.
Aspectos negativos da política de acesso
<ul style="list-style-type: none"> • má utilização das informações devido à desconfiança e receio quanto ao uso que os solicitantes podem fazer das informações (em especial a imprensa); • vantagens para grupos de interesse bem situados, podendo ocorrer a concentração da informação em indivíduos ou setores; • uso político das informações; • solicitações excessivas e descabidas.

Fonte: MATTA, 2011.

A CGU não foi o único órgão que se preparou para a implementação da Lei, iniciativas pontuais de alguns Ministérios foram noticiadas na imprensa quanto à formação de Grupos de Trabalho para apresentarem contribuições para a sua regulamentação.

Na I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ), realizado nos dias 15 a 17 de dezembro de 2011, foram apresentadas, discutidas e aprovadas as seguintes propostas: a necessidade “da efetivação participação de representantes de instituições arquivísticas” na regulamentação da Lei, e “da institucionalização dos serviços arquivísticos como protagonistas dos processos de gestão documental e da informação nos órgãos e entidades públicas”.

Quanto às moções, a Plenária da I CNARQ recomendou ao Ministério da Justiça uma ampla campanha junto às três esferas de governo, esclarecendo a nova Lei de Acesso e seus impactos na administração. Ressaltava, igualmente, o

investimento estrutural (físico e pessoal) necessário aos arquivos públicos e serviços arquivísticos para o cumprimento da Lei.

No mesmo dia, em que a LAI entrou em vigor, foi expedido o Decreto nº 7.724 que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei.

A partir de então, os órgãos e entidades da Administração Federal passaram a divulgar uma série de informações, de interesse coletivo ou geral, em seus respectivos sítios eletrônicos, sendo esta seção identificada no menu pelo ‘logo’ nas cores verde e amarelo, com a letra “i” dentro de um balão, ladeada pela expressão “Acesso à informação”.

Este logo, também, se encontra presente em ‘banner’ na entrada de todos os órgãos e entidades federais. Na parte superior direita de todos os sítios, junto à barra de identidade do Governo Federal, uma aba com a expressão “Acesso à Informação” foi introduzida, contendo a ferramenta de redirecio-

namento de página para o Portal Brasil e para o sítio principal sobre a Lei.

Para facilitar o recebimento de pedidos de solicitação de acesso a informações foram criados nos termos da Lei, ainda, os Serviços de Informações ao Cidadão (SIC), e desenvolvida a ferramenta e-SIC, eletrônica.

O e-SIC é a ferramenta desenvolvida pela CGU, disponível na Internet (www.acessoinformacao.gov.br/sistema), que permite a qualquer cidadão, de forma fácil e ágil, solicitar informações aos órgãos, entidades e empresas públicas federais. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O e-SIC também possibilita aos órgãos e entidades acompanhar a implementação da Lei e produzir estatísticas sobre o seu cumprimento. (CGU, 2012)

Quando a LAI completou seis meses de vigência, a CGU¹³ disponibilizou um balanço das solicitações de informação, a relação dos dez órgãos públicos mais demandados e uma pesquisa de satisfação do cidadão com as respostas recebidas dos órgãos. “Essa pesquisa de satisfação permitirá ao Governo Federal colher dados e percepções dos cidadãos que estão utilizando a Lei, para que possa seguir

¹³ Todas essas informações encontram-se disponibilizadas em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/acessoainformacaogov/>. Acesso em 16 jan. 2013.

aprimorando a qualidade do atendimento pelos órgãos e entidades federais.”

Considerações finais

A teoria e a prática arquivísticas preconizam que a realização do processamento técnico adequado, com base na adoção das atividades de gestão de documentos (essencialmente, a identificação, a classificação e a avaliação), assegura o acesso às informações, oriundas dos documentos de arquivo.

A melhoria na oferta das informações ‘acessíveis ao público’ envolve a superação de um conjunto de problemas, tanto de ordem técnico-procedimentais como político-administrativos.

A garantia do pleno acesso à informação pública sob a guarda do Estado só poderá se viabilizar com a adoção de ações de gestão de documentos implementadas por meio da elaboração, aprimoramento ou atualização de programas de gestão de documentos junto aos serviços arquivísticos públicos.

Referências

BRASIL. Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991,

que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 27 jan. 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Decreto nº 2.910, de 29 de dezembro de 1998. Estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 dez. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 de jan. de 1991. Seção 1, p. 457.

_____. Lei n.12.527, 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 2005 e os art. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 1991. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 de nov. de 2011. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 dez.2011.

_____. Medida Provisória de nº 228, 9 de dezembro de 2004. Regulamenta a

parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. Controladoria-Geral da União. **Acesso à Informação Pública**: uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoinformacao/index.asp>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mensagem nº 316**. Brasília, 13 de maio de 2009. [AA1778E6]. Disponível em:<<http://www.acessoinformacao.gov.br/acessoinformacaogov/publicacoes/exposicao-motivos-projeto-lei-acessoinformacao.pdf>> Acesso em 12 jan. 2012.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coord.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI; Artigo 19, 2009.132 p. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoinformacoes/>> Acesso em: 6 de dez. 2011.

DELMAS, Bruno. **Arquivo para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUCHEIN, Michel. **Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos**: un estudio del RAMP. Programa General de Información y Unisist. Paris: UNESCO, 1983. 57 p.

FONSECA, Maria Odila Kahl.
Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.2, 1999.
Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao>> Acesso em: 31 jul. 2007.

JARDIM, José Maria. Informação governamental: acesso e sigilo. **Política & Administração**, Rio de Janeiro: FESP, v.3, n. 4, p. 29-36, nov. 1998.

MATTEUCCI, Nicola; MENZOGGI, Paolo. Direitos humanos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, DF: UnB, 1991. 1CD-ROM.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. Santana do Parnaíba, SP: LM&M, 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/publicacoes/>> Acesso em: 16 jun.2007.

RODRIGUES, Fernando. O padrão internacional para o direito de acesso e o atraso brasileiro. In: CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coord.). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI, Artigo 19, 2009.132 p. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacoes/>>. Acesso em: 6 dez. 2011.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. 69 p.

Formação da comunidade arquivística brasileira em grupos de pesquisa

Angelica Alves da Cunha Marques

angelicacunha@unb.br

Doutora em Ciência da Informação

Professora do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: Considerando o desenvolvimento dos arquivos e da Arquivologia como disciplina científica, este artigo atualiza o mapeamento das pesquisas arquivísticas produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, a partir do Banco de Teses da CAPES. Identifica os autores, orientadores e coorientadores das dissertações e teses arquivísticas, com o fim de visualizar a participação desses atores em grupos de pesquisa, com base nos dados do Diretório de Grupos do CNPq e, conseqüentemente, a formação da comunidade científica arquivística brasileira. Diante das 279 pesquisas mapeadas, identifica 311 grupos de pesquisa, dos quais somente 4% são arquivísticos, 28% são tematicamente afins à Arquivologia e 68% são estranhos a essa disciplina. Ainda que a interdisciplinaridade (e seus desdobramentos) seja um aspecto favorável no desenvolvimento da Arquivologia e na organização dos arquivos, observa-se que pluralidade temática das pesquisas arquivísticas sinaliza a necessidade de produção de pesquisas e de formação de grupos de pesquisa com enfoque arquivístico.

Palavras-chaves: Pesquisas arquivísticas; grupos de pesquisa arquivísticos; comunidade científica arquivística.

Formation of the brazilian archival science community in research groups

Abstract: Considering the development of archives and Archival Science as a scientific discipline, this paper updates the mapping of Archival Science research carried out in the Brazilian *stricto sensu* graduate programs, starting with the thesis databank from the Coordination for Enhancement of Higher Education Personnel (Capes). This paper identifies the authors, tutors, and co-tutors of Archival Science dissertations and theses, aiming to visualize the participation of these players in research groups, based on data from the Groups' Directory in the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), and, consequently, the formation of the Brazilian Archival Science community. In face of the 279 pieces of research that were mapped, this paper identifies 311 research groups, among which only 4% are related to Archival Science, 28% are theme-wise related to Archival Science, and 68% are unrelated to this discipline. Although interdisciplinarity (and its unfoldings) is a favorable aspect in the development of Archival Science and in the organization of archives, we have observed that the thematic plurality of Archival Science researches signals the need for research production and formation of research groups focused on Archival Science.

Keywords: Archival Science research; Archival Science research groups; Archival Science scientific community.

Introdução

Embora os arquivos existam desde a Antiguidade, passaram-se muitos séculos para que a Arquivologia começasse a se configurar como uma disciplina científica e mais alguns anos para que fosse objeto de estudo nessa perspectiva. É no século XVI que surgem os primeiros manuais arquivísticos (FONSECA, 2004), mas somente no final do século XIX apareceria o manual que teria grande repercussão internacional, o Manual dos Arquivistas Holandeses, de 1898.

Vários processos e acontecimentos históricos marcariam a trajetória dos arquivos e da Arquivologia, dentre os quais merecem destaque a Revolução Francesa e a Segunda Guerra Mundial. O modelo de arquivo nacional que hoje conhecemos e a Teoria das Três Idades, por exemplo, decorreram desses dois eventos, respectivamente, e ainda vêm sendo estudados, tendo em vista o seu aperfeiçoamento.

Ao investigar, por dez anos, a trajetória da Arquivologia, especialmente do seu desenvolvimento no Brasil em interlocução com os avanços arquivísticos internacionais, pudemos

compreender os processos e os atores envolvidos na sua concepção, os seus primeiros passos rumo à sua conquista de espaços e a sua expansão no meio acadêmico, bem como os constantes movimentos da sua configuração nesse cenário. Um dos aspectos estudados voltou-se para a produção científica da área, ou seja, as pesquisas produzidas nos diversos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, cujas temáticas voltavam-se para os arquivos e a Arquivologia.

Assim, na primeira etapa da pesquisa, no nosso projeto de iniciação científica (CUNHA, 2003), mapeamos 57 dissertações e teses, com uma diversidade considerável de temas que contemplava pesquisas voltadas para o tratamento e a organização de documentos (classificação, avaliação, descrição, recuperação da informação, etc.) e para as novas tecnologias da informação (aplicadas, principalmente, no tratamento e na recuperação de documentos eletrônicos), abrangendo vários estudos de caso.

Na segunda etapa da pesquisa, na dissertação de mestrado (MARQUES, 2007), ampliamos o primeiro mapeamento e identificamos 77 dissertações e 10 teses, produzidas em programas de

pós-graduação diversos, com temas voltados para o objeto e a finalidade da Arquivologia, as funções arquivísticas, os arquivos e a sociedade e o meio profissional dos arquivos¹.

Na terceira etapa, na tese de doutorado (MARQUES, 2011), atualizamos o referido mapeamento e encontramos 86 dissertações e 15 teses, também pulverizadas em diversos programas de pós-graduação (majoritariamente naqueles de Ciência da Informação).

Na última atualização que fizemos para um trabalho apresentado na II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) (MARQUES; RONCAGLIO, 2012), identificamos 209 dissertações e 38 teses com temas arquivísticos, defendidas até 2010.

Considerando que a produção científica arquivística tem crescido bastante nos últimos anos (mais de quatro vezes desde o nosso primeiro mapeamento), este artigo se propõe a

¹ Conforme classificação facetada (GUINCHAT; MENO, 1994) que considerou os nove campos de pesquisa propostos Couture, Martineau e Ducharme (1999): 1) objeto e finalidade da Arquivística; 2) arquivos e sociedade; 3) história dos arquivos e da Arquivística; 4) funções arquivísticas; 5) gestão dos programas e dos serviços de arquivos; 6) tecnologias; 7) suportes e tipos de arquivos; 8) meio profissional dos arquivos; 9) e problemas relativos aos arquivos.

atualizar, mais uma vez, o mapeamento das pesquisas arquivísticas desenvolvidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A partir dessa atualização, identifica os autores, orientadores e coorientadores das dissertações e teses, com o fim de visualizar a sua participação em grupos de pesquisas, com base nos dados do Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, consequentemente a formação da comunidade científica arquivística brasileira.

Algumas reflexões para se pensar a comunidade científica arquivística

O estudo da ciência contemporânea tem como um dos principais referenciais a análise de Thomas S. Kuhn, na sua obra *The structure of scientific revolutions*, de 1962. Inspirado na apresentação da Física, como ciência, para os não-cientistas e preocupado com os problemas filosóficos da “ciência historicamente orientada”, o autor norte-americano formula algumas concepções fundamentais para a compreensão daquilo que, para ele, é a “história das

ideias científicas”, numa abordagem predominantemente internalista, mas que não ignora a relevância dos fatores extrínsecos à ciência. Com a pretensão de “saber o que é a Verdade”, isto é, “saber o que é ser verdadeiro” (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006, p. 336-337)², preocupa-se com o uso dos significados associado às mudanças de valores e das estruturas das disciplinas.

Distante da tradição epistemológica tradicional, a ciência é por ele apresentada como “uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não-cumulativas” (KUHN, 2005, p. 258), os paradigmas. Nessa perspectiva, Kuhn parte da História da Ciência, passa por generalizações a respeito das condições psicossociais do seu desenvolvimento, para alcançar uma nova proposta de epistemologia (OLIVA, 1994), cujas principais definições – comunidade científica, paradigmas, ciência normal e revoluções científicas – referem-se aos parâmetros de desenvolvimento das Ciências Naturais (Física, Biologia, Astronomia, etc), ou seja, ao que ele chama de “Ciência Normal”. Todavia, o autor não tem a intenção de rotular o que seja “ciência” ou “pseudociência”,

² Esses autores entrevistaram Kuhn em Atenas, entre 19 e 21 de outubro de 1995.

apesar de buscar entender a construção da cientificidade na sua vertente histórica, numa abordagem considerada, por ele mesmo, como conservadora (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006).

Embora a nossa pesquisa tenha se desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas³, consideramos apropriado, a exemplo de muitos estudos da área, retomar e utilizar como referência essas definições de Kuhn, que encadeiam o desenvolvimento científico em três períodos: 1) o pré-paradigmático, no qual há uma proliferação de interpretações e enfoques, prevalecendo um total desacordo a ponto de impedir que a pesquisa apresente avanços cumulativos, além da falta de unidade de propósitos investigativos por ainda não se terem estabelecido certos problemas e seus respectivos modelos de solução; 2) o revolucionário, marcado pela revolução científica decorrente das falhas do paradigma anterior; 3) e o paradigmático/científico, em que um paradigma domina, quando endossado e

³ Considerando a Arquivologia na classificação das áreas do conhecimento do CNPq atualmente em vigor, disponível em: <<http://200.17.161.80/prppg/projetos/tabela-areas-do-conhecimento-cnpq.pdf?PHPSESSID=80c785c0a871a440259e6d12fb6c47c9>>. Acesso 25 mar. 2013.

compartilhado por toda a comunidade científica no âmbito da Ciência Normal.

Mais tarde, Kuhn explica sua análise inicial, esclarecendo que:

a) a noção de ciência normal ligava-se à resolução de quebra-cabeças, aperfeiçoando e estendendo a correspondência entre teoria e prática no desenvolvimento do campo (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006; KUHN, 2006);

b) as revoluções científicas, por sua vez,

envolvem descobertas que não podem ser acomodadas nos limites dos conceitos que estavam em uso antes de elas terem sido feitas. A fim de fazer ou assimilar uma tal descoberta, deve-se alterar o modo como se pensa, e se descreve, algum conjunto de fenômenos naturais. (KUHN, 2006, p. 25).

A principal característica das revoluções científicas é, portanto, que elas alteram o conhecimento intrínseco à própria linguagem;

c) e a ideia tradicional de paradigmas era a de modelos, “especialmente modelos gramaticais da maneira correta de fazer as coisas” (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006, p. 360), bem como a noção de exemplos no âmbito da estrutura e a de “base hermenêutica para a ciência de um dado período” (KUHN, 2006, p. 270).

Desse modo, o autor centra-se no funcionamento da comunidade cien-

tífica, ao ressaltar as técnicas de argumentação persuasiva que a perpassam. Para ele, a constituição de uma área está atrelada à definição daquilo que será considerado um autêntico problema ou uma adequada solução no seu interior (OLIVA, 1994). Kuhn concebe uma cultura na qual o conceito do objeto a ser exemplificado/estudado esteja disponível, isto é, seja transmitido de uma geração à outra (KUHN, 2006).

No seu posfácio de 1969, o estudioso substitui o termo “teoria” por “matriz disciplinar”, explicando que:

‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; ‘matriz’ porque é composta de elementos de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada. (KUHN, 2005, p. 228-229).

Considerando as relevantes reflexões e contribuições de Kuhn acerca do desenvolvimento científico, retomaremos algumas das suas principais ideias, sempre buscando nos lembrar das suas limitações quando contextualizadas nas Ciências Sociais, como o fazem Nehmy et al (1996) e Eugênio, França e Perez (1996), no estudo da Ciência da Informação.

Ainda que o autor defenda a existência de apenas um paradigma em

um dado período, podemos vislumbrar a coexistência de paradigmas e revoluções científicas (na verdade, processos sociais, culturais e econômicos) na constituição da comunidade arquivística no mundo e no Brasil, a exemplo de Oliveira (1997). Tendo em vista a compreensão da Antropologia como disciplina, diante dos seus paradigmas, escolas (perspectiva temporal – ou sincrônica) e seus desdobramentos (perspectiva atemporal – ou diacrônica), esse autor faz sua leitura de Kuhn e apresenta sua definição de matriz disciplinar, adequando-a às ciências Humanas:

“uma matriz disciplinar é a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes” (OLIVEIRA, 1997, p. 15).

As pesquisas arquivísticas

Na pesquisa que realizamos no Banco de teses da CAPES⁴, identificamos 279 pesquisas com temas relacionados aos arquivos e à Arquivologia (235 dissertações e 44

⁴ Pesquisa atualizada no Banco de teses da CAPES, utilizando-se, como descritores para o campo assunto, as palavras *Arquivologia*, *Arquivística* e *arquivo*. Informações disponíveis em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>> . Acesso em 22 fev. de 2013.

teses), produzidas entre 1972 e 2011⁵, período em que houve grande progressão dessa produção, conforme tabela 1.

Tabela 1: Período de produção das dissertações e teses arquivísticas (1972-2011)

PERÍODO	FREQUÊNCIA	%
Déc. 1970	1	0,36
Déc. 1980	3	1,08
Déc. 1990	37	13,26
Ano 2000	9	3,23
Ano 2001	10	3,58
Ano 2002	8	2,87
Ano 2003	10	3,58
Ano 2004	8	2,87
Ano 2005	11	3,94
Ano 2006	24	8,60
Ano 2007	25	8,96
Ano 2008	18	6,45
Ano 2009	30	10,75
Ano 2010	44	15,77
Ano 2011	41	14,70
TOTAL	279	100,00

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de Teses da CAPES.

As dissertações e teses arquivísticas foram produzidas nos programas de pós-graduação descritos na tabela 2, majoritariamente nas áreas de Ciência da Informação (41%) e História (12,9%)⁶, conforme tabela 3.

⁵ O Banco de teses da CAPES contempla somente as pesquisas produzidas a partir de 1987. As dissertações anteriores àquele ano foram mapeadas no nosso projeto de iniciação científica (CUNHA, 2003), a partir de pesquisas realizadas nos sítios eletrônicos de programas de pós-graduação brasileiros próximos à Arquivologia, tematicamente.

⁶ Aqui consideramos os programas de pós-graduação em História e História Social.

Tabela 2: Dissertações e teses arquivísticas, por instituição

INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	DISSERTAÇÃO (mestrado acadêmico)	DISSERTAÇÃO (mestrado profissionalizante)	TESE
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF)	Letras	2	-	-
Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic	Odontologia	-	1	-
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET)	Tecnologia	1	-	-
Faculdade Santa Marcelina (FASM)	Artes Visuais	1	-	-
Fundação CESGRANRIO	Avaliação	-	1	-
Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ)	História, Política e Bens Culturais	-	7	-
Fundação João Pinheiro (FJP)	Administração Pública	1	-	-
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Saúde Pública	-	2	-
Fundação Universidade de Pernambuco (UPE)	Perícias Forenses (Odontologia)	1	-	-
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)	Sociologia	-	-	1
Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ)	Letras	1	-	1
Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP)	Administração	1	-	-
	Comunicação e Semiótica	1	-	-
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP)	Biblioteconomia e Ciência da Informação	5	-	-
Universidade de Brasília (UnB)	Ciência da Informação	27	-	6
	História	1	-	-
Universidade de Londrina (UEL)	Comunicação	1	-	-
	Gestão da Informação	-	3	-
Universidade de São Paulo (USP)	Artes Visuais	1	-	-
	Ciências da Comunicação	6	-	-
	Ciência da Informação	5	-	-
	Ciência Social (Antropologia Social)	1	-	-
	Educação	3	-	1
	Engenharia Elétrica	-	-	1
	Filologia e Língua Portuguesa	3	-	-
	História Social	15	-	11
	Literatura Brasileira	1	-	-
Música	1	-	-	

INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	DISSERTAÇÃO (mestrado acadêmico)	DISSERTAÇÃO (mestrado profissionalizante)	TESE
	Psicologia Clínica	1	-	-
Universidade de Sorocaba (UNISO)	Educação	1	-	-
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Artes	1	-	-
	Ciências Sociais	1	-	-
	Educação	1	-	1
	Filosofia	1	-	-
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Letras	1	-	1
	Ciências da Comunicação	1	-	-
	Direito	1	-	-
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Educação	1	-	-
	História	-	-	1
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	História	1	-	-
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	Linguagens e Representações	1	-	-
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Computação Aplicada	-	1	-
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Ciência da Informação	8	-	2
	Música	1	-	-
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Ciência da Informação	8	-	-
	Educação	-	-	1
	Letras e Linguística	1	-	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Ciência da Informação	7	-	-
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Educação	2	-	-
	História	1	-	-
	Letras	2	-	-
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Artes	3	-	-
	Ciência da Informação	15	-	5
	História	1	-	1
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Engenharia Geotécnica	-	1	-
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Memória Social e Patrimônio Cultural	4	-	-
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste	-	1	-
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Administração	3	-	-
	Letras	1	-	1
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Educação	1	-	-
	Engenharia de Produção	4	-	-
	Patrimônio Cultural	-	8	-

INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	DISSERTAÇÃO (mestrado acadêmico)	DISSERTAÇÃO (mestrado profissionalizante)	TESE
Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Teoria Literária e Crítica da Cultura	1	-	-
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Educação	1	-	-
	Sociologia	1	-	-
	Ciência da Informação	1	-	-
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Educação	1	-	-
	Memória Social	10	-	1
	Música	1	-	1
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	1	-	-
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação	1	-	-
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Arquitetura	1	-	-
	Ciência da Informação	1	-	-
	Comunicação	1	-	-
	Educação	-	-	1
	História	-	-	1
	Música	3	-	-
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	Ciência da Informação	10	-	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Comunicação e Informação	2	-	-
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Ciência da Informação	9	-	2
	Comunicação, Imagem e Informação	3	-	-
	História	2	-	-
	Psicologia	1	-	-
Universidade Federal Fluminense (UFF) / IBICT	Ciência da Informação	2	-	2
Universidade Positivo (UP)	Administração	1	-	-
Universidade São Francisco (USF)	Educação	1	-	-
Universidade Severino Sombra (USS)	História	1	-	-
TOTAL		210	25	44

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de teses da CAPES.

Tabela 3: Dissertações e teses arquivísticas, por programa de pós-graduação

PROGRAMA	FREQUÊNCIA	%
Ciência da Informação	116	41,58
História Social	26	9,32
Educação	17	6,09
Memória Social	11	3,94
História	10	3,58
Letras	10	3,58
Comunicação	9	3,23
Patrimônio Cultural	8	2,87
História, Política e Bens Culturais	7	2,51
Música	7	2,51
Administração	6	2,15
Artes	6	2,15
Engenharia de Produção	4	1,43
Memória Social e Patrimônio Cultural	4	1,43
Comunicação, Imagem e Informação	3	1,08
Filologia e Língua Portuguesa	3	1,08
Gestão da Informação	3	1,08
Comunicação e Informação	2	0,72
Letras e Linguística	2	0,72
Odontologia	2	0,72
Psicologia	2	0,72
Saúde Pública	2	0,72
Sociologia	2	0,72
Arquitetura	1	0,36
Avaliação	1	0,36
Ciência Social (Antropologia Social)	1	0,36
Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação	1	0,36
Engenharia Geotécnica	1	0,36
Ciências Sociais	1	0,36
Computação Aplicada	1	0,36
Comunicação e Semiótica	1	0,36
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	1	0,36
Direito	1	0,36
Engenharia Elétrica	1	0,36
Filosofia	1	0,36
Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste	1	0,36
Linguagens e Representações	1	0,36
Literatura Brasileira	1	0,36
Tecnologia	1	0,36
Teoria Literária e Crítica da Cultura	1	0,36
TOTAL	279	100,00

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de teses da CAPES.

As 279 pesquisas em análise contemplavam, conforme seus títulos⁷, variações temáticas quanto:

- ao objeto, à disciplina e ao profissional, nos casos propriamente arquivísticos: por volta de 70% das pesquisas abrangiam o arquivo como objeto de estudo (estudos de caso, aplicação de técnicas arquivísticas em acervos específicos, gestão de arquivos, tecnologias aplicadas aos arquivos, etc.); a Arquivologia como disciplina; a relação entre os arquivos e a Arquivologia; o arquivista e a sua formação/atuação profissional; além de políticas arquivísticas públicas e institucionais;
- a temas afins à Arquivologia e a outras disciplinas que lhe são próximas, especialmente as disciplinas que compõem o campo da informação (MARQUES, 2011) e a História: aproximadamente 30% das pesquisas contemplavam o arquivo numa perspectiva mista (comum à Arquivologia e a outra disciplina); temas afins à Arquivologia e a outras disciplinas (como memória, patrimônio, etc.); relações da Arquivologia com outras disciplinas e com a gestão de docu-

mentos, da informação e do conhecimento; e relações do arquivista com profissionais de outras áreas.

Tabela 4: Temas gerais das dissertações e teses arquivísticas

CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA	FREQUÊNCIA	%
Arquivo (objeto de estudo da Arquivologia)	139	49,82
Arquivo (perspectiva mista: arquivística e afim a outra disciplina)	66	23,66
Arquivologia	16	5,73
Afim à Arquivologia (interesse indireto da Arquivologia)	14	5,02
Arquivo e políticas arquivísticas	12	4,30
Arquivo (objeto de estudo da Arquivologia) e Arquivologia (disciplina)	8	2,87
Arquivo e gestão	7	2,51
Arquivista (formação e atuação profissional)	5	1,79
Arquivologia e áreas afins	5	1,79
Arquivo e tecnologias	3	1,08
Arquivologia e gestão	3	1,08
Arquivista (profissionais e áreas afins)	1	0,36
TOTAL	279	100,00

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de teses da CAPES.

⁷ Em vários casos, tivemos de verificar o resumo das pesquisas em análise.

Os grupos de pesquisa arquivísticos

A partir da pesquisa que realizamos no Diretório de Grupos do CNPq⁸, verificamos que os autores das 279 dissertações e teses arquivísticas em análise participavam de 65 grupos de pesquisa: aproximadamente 48% alheios aos interesses temáticos arquivísticos; 37% afins às temáticas arquivísticas; e somente 15% focalizados nas questões arquivísticas.

Em relação aos orientadores e coorientadores das pesquisas, pudemos constatar que eles participavam de 281 grupos de pesquisa, dos quais observamos que, por volta de 69% eram estranhos aos interesses temáticos arquivísticos; 29% afins a esses interesses; e somente 2% focalizados nas questões arquivísticas.

Ao extrapolarmos esse universo e fazermos uma pesquisa no Diretório de Grupos do CNPq⁹, voltada para os temas arquivísticos, visualizamos 76 grupos de pesquisa, que corroboraram o quadro descrito. Muitos deles não se concentravam em temáticas arquivísticas: cerca de 49% voltavam-se para

aspectos alheios aos interesses arquivísticos; 34% abordavam temas comuns aos arquivos/à Arquivologia e a outras áreas; e apenas 17% concentravam-se em questões arquivísticas, conforme suas linhas de pesquisa¹⁰ (quadro 1).

Estes últimos totalizavam treze grupos, cuja área predominante era a Ciência da Informação (em onze deles), seguida da História (somente dois casos). Esses grupos estavam vinculados, em sua maioria, a universidades nas quais há cursos de Arquivologia. Deles participavam 91 pesquisadores, 117 estudantes e 19 técnicos, sendo que oito dos seus líderes foram identificados como autores e/ou (co)orientadores das pesquisas arquivísticas analisadas.

⁸ Informações disponíveis em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso entre 22 fev. 2013 e 20 mar. 2013.

⁹ Essa pesquisa foi realizada a partir dos descritores: Arquivologia, Arquivística, arquivista e arquivo.

¹⁰ Para a análise dos grupos de pesquisa, consideramos também a descrição das suas atividades no campo “repercussões dos trabalhos do grupo”.

Quadro 1: Linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa do CNPq de interesse direto da Arquivologia

GRUPO DE PESQUISA	LINHAS DE PESQUISA
Acervos e memória da ciência e da tecnologia em saúde	Arquivos, memória e patrimônio documental
	Cultura material, ciência e história
	Gestão de documentos e arquivos em instituições de ciências e saúde
Acervos pessoais e memória coletiva: organização e tratamento técnico de acervos fotográficos sobre a História do Espírito Santo	História do cinema na imprensa capixaba
	Patrimônio documental sobre a História do Cinema no Espírito Santo
Arquivologia e sociedade	Cultura, memória e comportamento
	Informação, comunicação e tecnologia
	Linguagem e arquivística
Arquivos do Judiciário Amapaense	Arquivo e documentação
Arquivos e Arquivologia – limites e configuração disciplinar	Arquivologia e arquivos – princípios, conceitos, funções e procedimentos
	Políticas públicas arquivísticas – gestão, preservação e acesso
Gênese Documental Arquivística	Natureza do documento de arquivo
	Relações da diplomática contemporânea com as funções arquivísticas (identificação, produção, avaliação e classificação)
Gestão de arquivos: acesso e memória	Processos de organização e compartilhamento da informação e do conhecimento
Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos – GED/A	A função arquivística difusão e as redes sociais
	Arquivos fotográficos
	Digitalização de documentos
	Documentos arquivísticos digitais
	Documentos eletrônicos
	Gestão Eletrônica de Documentos/GED
	Patrimônio documental
	Políticas de software livre para a Arquivística
	Tecnologia da informação
História e Igreja no Brasil	História da Arquidiocese do Salvador
	História, documento e arquivo
	Restauração documental
Memória, Educação, Cultura e Arquivística (MECA)	MECA - Memória, Educação, Cultura e Arquivística
Núcleo de Pesquisas e Estudos em Arquivos Contemporâneos	Arquivos digitais
	Arquivos empresariais
	Conservação e preservação de acervos
	Ergonomia e usabilidade em arquivos
	Memória e patrimônio
Patrimônio documental arquivístico	Patrimônio Documental
Representação temática da informação em Arquivística	Memória, organização, acesso e uso da informação

Fonte: elaboração própria, com base no Diretório de grupos do CNPq.

Análise dos resultados e considerações finais

O aumento da produção de pesquisas arquivísticas nos programas de pós-graduação brasileiros reforça a cientificidade da Arquivologia e nos remete à nossa responsabilidade de darmos continuidade a essas pesquisas, seja como autores, seja como orientadores.

Relativizando a proposta de Kuhn, para a análise dos paradigmas e da comunidade arquivística, podemos considerar as pesquisas relacionadas aos arquivos e à Arquivologia como discursos que simultaneamente sintetizam e detalham paradigmas arquivísticos ao longo do tempo. Evidentemente, esses paradigmas são dinâmicos e coexistem no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e da complexidade da sociedade contemporânea. Observamos, assim, algumas pesquisas mais voltadas para o tratamento de documentos; outras que focalizam a informação e/ou o conhecimento nos processos de sua organização, representação e recuperação. Desse modo, os três períodos que compõem o desenvolvimento científico (pré-paradigmático, revolucionário e paradigmático/científico) das Ciências Naturais não se aplicam ao desen-

volvimento da Arquivologia como disciplina científica, uma vez que esta, por suas características sociais, não pode ser reduzida a um único paradigma que pudesse condicionar o seu *status* científico. Os modelos práticos e teóricos vêm passando por movimentos, mudanças e intercâmbios, propiciando interlocuções entre a(s) Arquivologia(s) dos diferentes países (MARQUES, 2011). Parece-nos que a evolução da disciplina não passou por momentos estanques de revolução, mas por processos que culminaram em avanços práticos e teóricos, algumas vezes demarcados por processos sociais, culturais e econômicos.

A comunidade arquivística que vem se formando parece ter, pelo menos, duas características complementares: 1) de ser constituída por uma variedade de atores, que comporta perfis plurais, advindos de diversas áreas do conhecimento, mais ou menos engajados nos enfoques arquivísticos; 2) de ser perpassada por objetivos mais ou menos definidos quanto à busca de autonomia científica da Arquivologia, embora esta busca ainda não seja clara e prioritária para muitos dos atores dessa comunidade.

A análise temática das 279 pesquisas mapeadas corroborou estas características e nos permitiu verificar a prevalência de preocupações voltadas para o objeto, o profissional e a disciplina arquivística, embora seus graus de especificidades variem bastante e ainda existam muitos estudos de caso voltados para a organização de acervos arquivísticos. Em menor quantidade, mas não menos relevantes, detectamos várias pesquisas perpassadas por temas afins à Arquivologia e a outras disciplinas que lhe são próximas, especialmente as disciplinas que constituem o campo da informação e a História.

Por muitos anos, os arquivos foram organizados por profissionais formados em outras áreas, principalmente pelos historiadores. Os cursos criados com o fim de aperfeiçoá-los e grande parte das pesquisas decorrentes da formação que se delineou na academia foram naturalmente perpassados por vieses de outras áreas. Todavia, com a conquista de espaços universitários e a sua expansão nesses meios, a Arquivologia começou, nas últimas décadas, a buscar e a afirmar o seu estatuto científico, sobretudo por meio de pesquisas com temas

focalizados no seu objeto de estudo (informação orgânica registrada), nos seus métodos e princípios e na sua própria epistemologia. Com a crescente formação de arquivista nos vários cursos de graduação que se espalharam pelo país e com o início da pós-graduação *stricto sensu* voltada para a gestão de arquivos, a tendência é que, cada vez mais, sejam desenvolvidas pesquisas com enfoque arquivístico, paralelamente às pesquisas com perspectiva interdisciplinar, tão rica e que não poderá deixar de existir, considerando-se a pluralidade dos tipos de arquivo.

Temos que nos atentar, entretanto, conforme as reflexões de Kuhn, que a constituição dessa disciplina está ligada à definição daquilo que a sua comunidade arquivística comungar como seu objeto autêntico de estudo e intervenção.

Na pesquisa que atualizamos neste artigo, observamos o progressivo aumento da produção científica relacionada aos arquivos e à Arquivologia, distribuída em diversos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, com destaque para aqueles de Ciência da Informação e História, áreas que, há mais ou menos tempo, têm relações muito próximas

com a Arquivologia, considerando-se, inclusive, a recente vinculação acadêmica dos cursos, a formação e titulação dos seus docentes e as próprias temáticas das pesquisas (MARQUES, 2007).

A partir das dissertações e teses arquivísticas, identificamos 311 grupos de pesquisa dos quais os seus autores e (co)orientadores participavam. Diferentemente das temáticas dessas pesquisas, surpreendeu-nos o enfoque desses grupos: somente 4% eram arquivísticos, enquanto 28% eram tematicamente afins à Arquivologia e 68% eram estranhos a essa disciplina. Ao buscarmos, no Diretório de Grupos do CNPq, grupos que perfizessem as temáticas arquivísticas (independentemente dos seus membros), tivemos a confirmação dessa situação, com apenas 17% dos grupos centrados em aspectos arquivísticos.

Verificamos, portanto, que há, ainda, pouca adesão desses autores aos grupos de pesquisa propriamente arquivísticos (sobretudo por parte dos orientadores e coorientadores das pesquisas com temas relacionados aos arquivos e à Arquivologia), que pode se explicada, em parte, pelo recente desenvolvimento teórico e pela ainda

mais recente autonomia dessa disciplina no Brasil. Grande parte desses autores advém de outras áreas, uma vez que a formação em Arquivologia, nas universidades brasileiras, data da década de 1970.

Ainda que a interdisciplinaridade (e seus desdobramentos) seja um aspecto favorável a se considerar no desenvolvimento da Arquivologia e na organização dos arquivos, observa-se que a pluralidade temática das pesquisas arquivísticas sinaliza a necessidade de produção de pesquisas e de formação de grupos de pesquisas com enfoque arquivístico. Trata-se, portanto, de uma comunidade plural em sua composição, que não deve perder de vistas os objetivos de sua formação diante da busca da autonomia da Arquivologia como disciplina científica no Brasil.

Referências

BALTAS, Aristides; KOSTAS, Gavroglu; KINDI, Vassiliki. Um debate com Thomas S. Kuhn. In: _____.
KUHN, Thomas S. **O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993**, com entrevista autobiográfica. São Paulo: UNESP, 2006.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística**

no mundo contemporâneo. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB**, 9., 2003, Brasília. Resumos... Brasília: UnB, 2003.

EUGÊNIO, Marconi; FRANÇA, Ricardo Orlandi; PEREZ, Rui Campos. Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 1996.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares.** 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** 2ª edição revista e ampliada. Brasília: IBICT, 1994.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 9 ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com entrevista autobiográfica.** Tradução Cesar Mortari. São Paulo: UNESP, 2006.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.** 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.

OLIVA, Alberto. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p. 67-102.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Tempo e tradição: interpretando a Antropologia. In: _____. **Sobre o pensamento antropológico.** 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

NEHMY, Rosa Maria Quadros. et al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

As funções de produção, classificação e avaliação de documentos arquivísticos no software *Nuxeo Document Management*

Daniel Flores

danielflores@ufsm.br

Professor Doutor do Departamento de Documentação do Curso de Arquivologia e Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM

Sérgio Renato Lampert

serginholampert@gmail.com

Especialista em Gestão em Arquivos, membro do grupo de pesquisa de Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos-GED/A e mestrando em Patrimônio Cultural da UFSM

Resumo: O presente artigo apresenta o estudo do *software Nuxeo* frente à implementação das funções arquivísticas de produção, classificação e avaliação de documentos. A análise da ferramenta possibilitou verificar o procedimento de instalação, apontando dificuldades e barreiras para os profissionais arquivistas que desejam instalar a solução. Também pôde-se verificar o processo de produção documental no aplicativo, identificando que este é o procedimento balizador da gestão documental. Ademais, foi possível examinar a função de classificação dos documentos produzidos no *software*, que apontou o atendimento aos preceitos arquivísticos. Igualmente pôde-se analisar a implementação da avaliação documental na ferramenta, identificando a possibilidade de implantar o processo avaliativo, bem como a teoria das três idades durante a produção de documentos. No entanto, o sistema não operacionaliza a avaliação documental de modo automatizado, como nas outras funções. Por fim, elaborou-se um manual voltado para os profissionais arquivistas instalarem e utilizarem o *Nuxeo DM*.

Palavras-chave: *Nuxeo*; Gestão eletrônica de documentos; Produção de documentos; Avaliação de documentos; Classificação de documentos.

The archival functions of production, classification and appraisal of documents in the software *Nuxeo Document Management*

Abstract: This paper presents the analysis of *Nuxeo* software implementation about archival functions of production, classification and appraisal of documents. The analysis tool allowed verification of the installation procedure, pointing out the difficulties and barriers to professional archivists who want install. You can also check the document production process in the application, identifying this procedure as the marker of Document Management. Moreover, it was possible to examine the role of classification of documents produced in the software, which pointed to the precepts of archival care. Also we could examine the appraisal documents, from the perspective of implementation of this tool in identifying the possibility of implementing the theory of three ages during the production of documents as well as the appraisal. Is the fact that the system does not apply in an automated the evaluation function, unlike the other functions. We developed a manual of install and use of *Nuxeo DM*.

Key-words: *Nuxeo*; Document Management; Production of documents; Appraisal of documents; Classification of documents.

Introdução

Compreende-se que a Arquivologia foi uma das áreas que aproximou-se da Tecnologia da Informação nas últimas duas décadas. Neste sentido, o profissional da gestão dos documentos e dos arquivos, o arquivista, público alvo deste estudo, frente a gama de tecnologias (de Gestão Eletrônica de Documentos - GED) e aplicações disponibilizadas, deve utilizá-las para gerir de modo eficaz e seguro as informações, independente do suporte.

Apesar do atual contexto, onde o uso do computador é habitual, entende-se que os arquivistas, em sua maioria, não estão familiarizados com as ferramentas de gestão documental, no que tange à instalar, aplicar e utilizar os recursos que estas possibilitam. Do mesmo modo, entende-se que empregar certas tecnologias no fazer arquivístico é um processo moroso e difícil. Embora a informatização de diversos processos e procedimentos não seja a solução de todos os problemas, compreende-se que o uso de *softwares* para gerir de modo eletrônico os documentos, pode ser um recurso de grande valia para o arquivista.

Neste sentido, esta pesquisa apresenta o *software* de gestão docu-

mental *Nuxeo* para a gestão de documentos, a fim de apontar suas características, o processo de instalação e as dificuldades encontradas no decorrer deste. Ademais, busca-se sob a ótica de um arquivista, analisar e testar a empregabilidade de funções arquivísticas na ferramenta e, sobretudo desmistificar a ideia de complexidade que alguns profissionais possuem em relação aos *softwares* de gestão documental. Por fim, como resultado desta análise, pode-se organizar um manual voltado aos profissionais da área arquivística para instalação e utilização do *Nuxeo*.

Cabe destacar que quando aborda-se esta temática de estudo, os requisitos do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD¹ devem ser levados em conta, uma vez que são considerados balizadores de uma ferramenta de gestão documental. No entanto, este trabalho não busca analisar o *software Nuxeo* sobre a ótica dos requisitos que um

¹ O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, por meio da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, apresentou na publicação do e-ARQ Brasil (2011), o Modelo de Requisitos para um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD, que visa o controle completo do ciclo de vida dos documentos arquivísticos, desde sua captura até a destinação final, seguindo os procedimentos da gestão arquivística de documentos.

SIGAD propõe, mas pelo viés da análise da implementação de funções arquivísticas neste.

Ainda que o SIGAD seja referência, este trabalho justifica-se pela busca de soluções que aproximem o fazer arquivístico, a TI e os pressupostos da GED/A (Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos), visto que a procura por ferramentas que atendam as funções arquivísticas é incessante. Além disto, ainda não se tem, por ora, um *software* reconhecidamente fruto dos requisitos preconizados pela e-ARQ Brasil. Neste sentido, o estudo do *Nuxeo*, visa apresentar à comunidade arquivística mais uma solução, diante de tantas outras existentes, que auxilie na implementação de políticas arquivísticas para documentos produzidos em meio eletrônico.

Este trabalho justifica-se também, pelo propósito de instigar o profissional arquivista, não somente no que tange ao aperfeiçoamento profissional, mas também no incentivo à produção de conhecimento, uma vez que estudos sobre TI e GED ganham cada vez mais espaço em eventos de sua área de abrangência. Além disso, o arquivista, que ainda hoje é visto como um profissional que trabalha apenas com

suporte analógico, enraizado na concepção de atuar somente com o suporte papel, precisa estar atento as novas tecnologias.

Á luz do que foi apresentado até o momento e com a aproximação da arquivologia com a TI, perceptível através da crescente demanda por *softwares*, entende-se que boa parte dos arquivistas não estão aptos para empregar as ferramentas de GED, no que concerne sua instalação e aplicação. Um destaque deve ser feito, por exemplo, nas dificuldades relatadas por arquivistas na instalação de sistemas que requeiram servidores Web⁴, como o ICA-AtoM ou Archivematica, ainda que ressaltando a distinção de que o primeiro não é voltado para a gestão de documentos, e sim descrição documental, tanto quanto o segundo é voltado para a preservação digital. A preocupação com a preservação digital e a obsolescência dos arquivos e programas que armazenam as informações, são fatores que chamam atenção para a GED/A. Assim, esta pesquisa pode ser identificada como uma referência que busca contribuir para aproximar e estreitar laços da TI com a Arquivologia.

⁴ Servidores Web, que requeiram WAMP (Windows+Apache+MySQL+PHP) ou LAMP (Linux+Apache+MySQL+PHP).

Por fim, em relação a metodologia adotada para investigação, do ponto de vista de sua natureza, foi considerada aplicada. Quanto a forma de abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa. No que tange aos seus objetivos, a pesquisa é exploratória. Já, com relação aos procedimentos técnicos, é considerada bibliográfica, visto que utiliza referencial publicado na área de gestão documental, TI, GED/A e *software* livre.

Para definição do *software* estudado, levou-se em conta os pré-requisitos de instalação do mesmo, pois diversas soluções que gerenciam documentos em meio eletrônico necessitam de outros *softwares*, como *PHP*, *Apache* e *MySQL* para o funcionamento. Também contribuiu para escolha do *Nuxeo*, o fato deste ser de fácil instalação em relação as demais ferramentas, conforme relatado no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Os Sistemas de *workflow* em arquivística: a identificação dos modelos e a análise das ferramentas”, apresentado no ano de 2010 por orientação deste pesquisador. Este estudo abordou as ferramentas de GED *Agorum Core*, *Alfresco*, *ArchivistaBox*, *KnowledgeTree*, *Maarch* e *Owl Intranet*.

Referencial teórico

Gestão documental e produção de documentos

Após a II Guerra Mundial, a produção de informação cresceu de uma forma avassaladora, obrigando as instituições a buscarem novas soluções para administrar o grande volume documental acumulado. Neste meio, além da Arquivística e da teoria das três idades que a norteia, surgiu o conceito de gestão de documentos, conforme Lei Federal:

considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (Lei Federal 8.159 de 8 de janeiro de 1991).

Alguns objetivos da gestão de documentos, destacados por Lopes (1996) são: assegurar a produção, administração, manutenção e destinação dos documentos; garantir a acessibilidade da informação quando e onde seja necessária e avaliar a documentação de acordo com seus valores estabelecendo o destino da mesma em tabelas de temporalidade.

Com base no conceito de gestão de documentos, apresentado na Lei Federal, Paes (2005) destaca três fases

básicas da gestão de documentos: a produção, a destinação e a utilização. Destas fases, destaca-se a produção.

A produção de documentos permite a gestão e concepção de formulários, preparação e gestão de correspondência, gestão de informes e diretrizes, fomento de sistemas de gestão da informação e aplicação de tecnologias modernas a esses processos (JAMES RHOADS, 1983, apud JARDIM, 1987). Santos (2005, p. 151) enfatiza que a “produção de um documento é decorrente de uma demanda administrativa ou técnica que precisa ser registrada para que produza efeito e possa servir de comprovação da execução desta”. Sob esta ótica, Jardim (1987) colabora ao afirmar que a produção documental acontece em função das atividades que são desempenhadas no âmbito das organizações.

Com base nos autores acima citados, compreende-se que a produção de documentos ocorre em virtude de uma atividade ou ato administrativo de um órgão, setor ou organização que necessita ser registrado e comprovado, para que possa ter efeito. Cruz Mundet (1996) também identifica a importância da produção documental, ao salientar que seu levantamento permite o conhe-

cimento geral da origem funcional dos documentos, sua natureza, tipologia e o valor que tem para o órgão produtor. Neste sentido, a aplicação da classificação documental, e também da avaliação de documentos, tende a ser mais precisa.

Classificação documental

A classificação de documentos de arquivo, conforme Gonçalves (1998) defende, é entendida como a ordenação intelectual e física dos acervos, baseada numa proposta de hierarquização das informações. De acordo com Rousseau e Couture (1998), a classificação é a primeira etapa de tratamento que conduz a acessibilidade do acervo documental.

O objetivo da classificação é, essencialmente, dar visibilidade às funções e as atividades do organismo produtor, deixando claras as ligações entre os documentos. Sob este prisma Heredia Herrera (1993) refere-se à classificação como um trabalho intelectual que estabelece classes, ao separar ou dividir um conjunto de elementos, que integrados formam parte de um todo. Schellenberg afirma que:

se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes. E, para tanto, devem ser arranjados em função do uso que têm em determinadas unidades administrativas de um

órgão. Em todos os casos, desde os relativos a importantes assuntos de política até os de operações de rotina, deverão ser agrupados em relação ao seu uso. (SCHELLENBERG, 2005, p. 83)

Gonçalves (1998), afirma que a classificação de documentos é geralmente traduzida em um esquema no qual a hierarquia entre as classes e subclasses aparece representada espacialmente, a esse esquema dá-se o nome de plano de classificação. Deve-se ainda registrar que na literatura brasileira, a classificação, no permanente, denomina-se arranjo, e seu instrumento é o quadro de arranjo, assim como as classes e subclasses denominam-se séries e subséries documentais.

No momento da elaboração do plano de classificação deve-se ter em mente a sua aplicação, sendo conveniente fazer com que este tenha três qualidades fundamentais: simplicidade, flexibilidade e expansividade (SOUSA, 2008). Sob esta ótica, o plano de classificação pode ser elaborado conforme os métodos de classificação: funcional; estrutural e por assunto (SCHELLENBERG, 2005).

Por fim, a classificação, conforme compreende Sousa (2008), aparece como primeira intervenção que garante a qualidade e fundamentos necessários para outras incursões no universo arqui-

vístico, tais como a avaliação e a descrição. Logo, afirma-se que o processo de classificação é, junto da avaliação, um dos pilares do fazer arquivístico.

Avaliação documental

Para melhor entendimento do processo de avaliação documental, deve-se apontar em um primeiro momento, a teoria que o norteia. Assim sendo, conforme Rousseau e Couture (1998), a teoria balizadora é a chamada Teoria das Três Idades.

Rousseau e Couture (1998) identificam que esta divide o ciclo de vida de um documento em três fases (ou idades): corrente, intermediária e permanente, de acordo com a frequência de uso e a identificação de seus valores primário e secundário. Compreende-se que o ciclo de vida dos documentos é uma sucessão de fases por que passam os documentos, desde sua produção até sua destinação final, dividindo a vida dos documentos em três fases, bem como constituindo a teoria das três idades.

O arquivo corrente, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DBTA (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 29) é “o conjunto de documentos em tramitação ou não, que,

pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração”. O arquivo intermediário é o “conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente” (Ibid., p. 32) e o arquivo permanente corresponde ao “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor” (Ibid., p. 34).

De acordo com Santos (2008), para realizar-se a avaliação é necessário conhecimento do funcionamento da instituição, de sua estrutura administrativa e das atividades que geram documentos. Neste contexto, a avaliação documental consiste em identificar valores e definir prazos de guarda para os documentos de arquivo. Segundo Bernardes (1998), deverá ser realizada paralelamente ao trabalho de classificação, no momento da produção, para evitar o acúmulo desordenado.

A função arquivística de avaliação é fundamental para o processo de gestão documental, pois define a documentação que deve ser permanentemente preservada, ou a que deve ser eliminada pela sua irrelevância. Sob esta ótica, Cruz Mundet (1996) compreende que a avaliação delimita as fontes

arquivísticas de informação que serão deixadas às gerações futuras.

Lopes (1997, p. 120) entende que a “avaliação começa na classificação” e complementa que o ato de construir a tabela de temporalidade é, ao mesmo tempo, um procedimento classificatório, avaliativo e descritivo, preso à questão do valor. Neste sentido, afirma-se que a classificação, juntamente com a avaliação, busca manter o controle sobre os acervos, impedindo que a massa documental cresça de forma desorganizada.

Arquivologia e Tecnologia da Informação

Considerando que hoje a Arquivologia é uma das divisões que compõem a área de estudo da Ciência da Informação (CI) - Ciências Sociais Aplicadas - CSA (CNPq) (mesmo que haja um movimento de autonomia da Arquivologia em relação à CI e vinculação direta à CSA) - juntamente com Biblioteconomia e Museologia, ao abordar a questão da aproximação entre CI e Ciência da Computação – CC, está se buscando apresentar fundamentos teóricos para consolidar a relação entre Arquivologia e Informática, bem como à TI.

Saracevic (1995 apud FONSECA, 2005, p. 27) propõe que a CI é composta por três principais características, definidas como vetores de seu desenvolvimento e evolução: é interdisciplinar; está inevitavelmente ligada à TI e tem sua evolução marcada pelo desenvolvimento da chamada sociedade da informação. Nesta ótica, Somerville (1993 apud FLORES, 2006) afirma que a TI é o resultado de uma relação transdisciplinar entre a CI e a CC, fruto do estreitamento das relações entre a CC e a Informática.

A TI caracteriza-se pela sua interdisciplinaridade e por ser “um conjunto de hardware e software para o desempenho das tarefas de processamento da informação, como coletar, transmitir, armazenar, recuperar, manipular e exibir dados” (CAMPOS ROCHA, 1997 apud FLORES, 2006, p. 80).

Lopes (1997, p. 75) entende que a principal questão a ser enfrentada na aplicação da TI, é a da informatização do acesso, isto é, o uso dos computadores para gerir o ativo e o passivo de informações contidas em suporte papel, fotográfico e microfílmico. Neste sentido, as Tecnologias de Informação resultam em um grande impacto sobre as

práticas arquivísticas, visto que uma significativa parcela dos arquivistas não domina tais tecnologias. Sob este prisma, cabe aos profissionais da informação aproximar-se da TI, uma vez que os *softwares* de gestão documental são predominantemente frutos das aplicações desta.

Gestão Arquivística de Documentos Digitais

Em primeiro lugar, é necessário dizer que a Gestão Arquivística de Documentos Digitais, ora intitulada Gestão Eletrônica de Documentos ou ainda Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos, surgiu como uma parte da TI, que busca, basicamente, proceder à gestão de documentos (FLORES, 2006).

No princípio, a Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos – GED/A era abordada unicamente enquanto sistema, sob a ótica do GED, sendo confundida com o mesmo até pouco tempo atrás. Na sua concepção, o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) era um instrumento para disponibilizar a informação digitalizada e/ou documentos gerados em ambientes eletrônicos. Como afirma

Kock (1998), mais recentemente, o GED:

Vem buscando incorporar os conceitos arquivísticos, evoluindo de um mero *software* de digitalização e acesso para tornar-se um instrumento de apoio dentro de um sistema de gerenciamento de documentação, seja ele eletrônico ou não. (Kock, 1998 apud SANTOS, 2005, p. 17).

Baldam et al (2002, p. 42) salienta que o GED engloba um conjunto de tecnologias: *COLD*⁵, *Document Imaging*⁶, *Document Management*⁷, *ICR*⁸, *OCR*⁹, *Workflow*¹⁰, etc.

Com o passar dos anos, a crescente produção de documentos suscitou, nos profissionais da informação, uma preocupação em como estes estavam sendo geridos enquanto documentos arquivísticos. Da mesma forma, a apreensão também residia em como garantir o acesso perene aos mesmos. Neste âmbito, buscando afastar-se do GED, um novo entendimento acerca da GED/A passou a

delinear-se, enraizado na perspectiva de gestão sistêmica do documento arquivístico, ao realizar todas as operações técnicas da gestão documental, desde a produção até a destinação final do documento. Sob este prisma, foi desenvolvido o e-ARQ Brasil, que estabelece requisitos mínimos para um SIGAD:

É um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Pode compreender um *software* particular, um determinado número de *softwares* integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes. O sucesso do SIGAD dependerá, fundamentalmente, da implementação prévia de um programa de gestão arquivística de documentos. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, CTDE, 2011, p. 10)

Compreende-se que a gestão arquivística de documentos digitais pode ser implementada com base nas prerrogativas do SIGAD. No que tange às características que diferem SIGAD, de GED, estas consistem na relação orgânica dos documentos, concebidas no primeiro, bem como na aplicação do ciclo de vida dos documentos, nem sempre abordado nos sistemas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

⁵ *Computer Output to Laser Disk* – vem sendo substituído por ERM: gerenciamento de relatórios robustos oriundos de sistemas corporativos.

⁶ *Document Imaging* – processamento, arquivamento e recuperação de imagens.

⁷ *Document Management* – gerenciamento de documentos.

⁸ *Intelligent Character Recognition* – permite reconhecer manuscritos em documentos.

⁹ *Optical Character Recognition* – permite reconhecer caracteres impressos ou datilografados em dados processáveis pelo computador.

¹⁰ *Workflow* – fluxo de trabalho.

Software Livre

Tem-se que as soluções GED necessitam de grande investimento para implantação. Neste sentido, as ferramentas desenvolvidas em *Software Livre* – SL surgem como solução para gerenciar a informação produzida e armazenada em meio eletrônico, conforme os preceitos que norteiam a filosofia do Projeto GNU¹¹:

Informática é uma questão de liberdade: as pessoas deveriam ter a liberdade de usar programas de todas as maneiras socialmente úteis. Programas de computador diferem de objetos materiais – como cadeiras, sanduíches e gasolina – em que podem ser copiados e alterados muito mais facilmente. Essas possibilidades tornam os programas tão úteis; cremos que usuários de Informática deveriam poder utilizá-las. (*FREE SOFTWARE FOUNDATION*, 2009)

Sob esta ótica, McClure (2007 apud LUCCA, 2007) afirma ser possível determinar que um dos maiores elementos que irão moldar o futuro da gestão de documentos é o *Software Livre*. Bangert (2007 apud LUCCA, 2007) complementa que as empresas precisam de sistemas com flexibilidade para adaptar-se às mudanças, e possuir um *software* que permita customização é de grande utilidade.

De maneira geral, o conceito de SL se refere a programas de computador

¹¹ Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/philosophy.pt-br.html>>. Acesso em: 12 de nov. 2011.

que podem ser livremente executados, copiados, distribuídos, estudados, modificados e aperfeiçoados por seus usuários. Para garantir estas liberdades, todo *Software Livre* tem seu código fonte aberto e disponível.

Conforme a filosofia do Projeto GNU (2011), existem quatro liberdades essenciais no âmbito do *Software Livre*: liberdade para executar o programa, com qualquer propósito (Liberdade 0); liberdade de estudar como o programa funciona, e mudar o código-fonte (Liberdade 1); liberdade de redistribuir cópias exatas (Liberdade 2); liberdade de melhorar o programa e tornar públicas as melhorias aos demais, de modo que toda a comunidade se beneficie (Liberdade 3). De acordo com a Fundação *Software Livre* (2009), um programa é SL se os usuários têm todas essas liberdades.

Resultados

Procedimento de instalação do *software*

O *software Nuxeo* é caracterizado, de acordo com seu *site*¹², por ser uma ferramenta de *Enterprise Content Management* - ECM¹³ multipla-

¹² Disponível em: <<http://www.nuxeo.com/en>>. Acesso em: 29 out. 2012.

¹³ ECM é um conjunto de tecnologias utilizadas para gerência do ciclo de vida das informações não-estruturadas de uma empresa, contemplando as fases de criação/captura, armazenamento,

taforma (Linux, Mac e Windows) de código aberto. *Softwares* ECM, isto é, para Gestão de Conteúdo Empresarial, são identificados pelas empresas que os desenvolvem como soluções GED. Na prática, pelo fato de não existir entidades oficiais que definam as siglas ECM e GED para designar produtos ou serviços provenientes destas soluções, não há diferença entre os termos, pois não existem regras que, de fato, diferenciem GED de ECM, conforme destaca o Portal GED¹⁴. Diante do exposto, entende-se que o *Nuxeo* é um *software* de Gestão Eletrônica de Documentos.

O *Nuxeo* possui uma gama de produtos/pacotes de instalação para gestão da informação, que permitem, em síntese, difundir, armazenar, arquivar, compartilhar, buscar, pesquisar, produzir e gerenciar informação, independentemente do formato/suporte. Apesar das diversas funcionalidades disponibilizadas pela ferramenta, o foco deste trabalho dar-se-á no módulo *Nuxeo Document Management*. Neste, será analisada as funções de produção,

versionamento, indexação, gestão, descarte, distribuição, publicação, pesquisa e arquivamento. Disponível em: <<http://www.ged.net.br/glossario-ged.html>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.ged.net.br/ecm.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

classificação e avaliação de documentos. Para isso, deve-se acessar o *site* do *Nuxeo* e realizar o *download* da ferramenta, disponível no endereço eletrônico <http://www.nuxeo.com/en>.

O *Nuxeo* disponibiliza a versão 5.6 em diferentes pacotes para *download*: *Nuxeo DM Windows Installer* (.exe) – disponível para o *Windows* (248 MB), instala também o SGBD *PostgreSQL*¹⁵ e os *softwares* *JAVA*¹⁶ *Tomcat*, *OpenOffice*¹⁷ e *ImageMagick*¹⁸, se necessário; *Nuxeo DM Tomcat bundle* (.zip) – disponível para *Mac*, *Windows* e *Linux* (171 MB); *Nuxeo DM for Ubuntu & Debian* (.deb package) – disponibiliza as instruções necessárias para instalação; *Nuxeo DM VMware Image* (.zip) –

¹⁵ É um robusto sistema gerenciador de banco de dados objeto-relacional de código aberto. Disponível em: <<http://www.postgresql.org.br/sobre>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

¹⁶ Java é uma linguagem de programação e uma plataforma de computação. A tecnologia Java está presente em muitos programas, como utilitários, jogos e aplicativos corporativos. Disponível em: <http://www.java.com/pt_BR/download/faq/what_is_java.xml>. Acesso em: 12 mai. 2012.

¹⁷ É uma suíte de aplicações de escritório destinada tanto à utilização pessoal quanto profissional. Oferece editor de textos, planilha, editor de apresentações editor de desenhos e banco de dados. No Brasil o *OpenOffice* é distribuído com o nome de *BrOffice*. Disponível em: <<http://www.broffice.org/produto>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

¹⁸ O *ImageMagick* é uma ferramenta para tratar imagens em diversos formatos, com inúmeras funcionalidades, tais como: converter, redimensionar, criar, editar, cortar e juntar imagens.

imagem de CD baseada no *Ubuntu*, inclui *PostgreSQL*, *Tomcat*, *OpenOffice* e todas dependências (649 MB); *Nuxeo DM OVF* (*VirtualBox*, *RHEV*, *VMware ESX*) (.zip) - imagem de CD baseada no *Ubuntu* (649 MB).

Depois de instalada¹⁹ a ferramenta, no SO *Windows*, deve-se dar um duplo clique no ícone do *Nuxeo*, que um servidor *Tomcat* é iniciado. Também pode-se abrir o diretório onde deu-se a instalação e clicar no arquivo *Start Nuxeo.bat* que o servidor será iniciado. A ferramenta também pode ser executada sem a sua instalação, ao efetuar o *download* do pacote *Nuxeo DM Tomcat bundle*. Depois de baixado, deve-se extrair o arquivo .zip e clicar no ícone chamado *Start Nuxeo.bat*, que o servidor *Tomcat* é iniciado. Recomenda-se reinicializar a máquina, se por ventura o servidor não iniciar.

Para configurar o *Nuxeo* no SO *Linux*, deve-se optar pelo pacote *Nuxeo DM for Ubuntu & Debian*. Depois da instalação concluída, o servidor é iniciado ao clicar no ícone *Start Nuxeo*. Outra opção para utilizar a ferramenta no *Ubuntu*, é ao efetuar o *download* do pacote *Nuxeo DM Tomcat bundle*, extrair

¹⁹ Ressalta-se que a solução tem como pré-requisito para instalação o *JAVA*.

o arquivo e clicar no ícone *Start Nuxeo.bat*.

Após iniciado o servidor, deve-se abrir um navegador *web*²⁰ e digitar o endereço <http://localhost:8080/nuxeo>. Ao acessar pela primeira vez o *Nuxeo DM* na *web*, é apresentada uma tela com um assistente de configuração, que auxilia a configurar o aplicativo.

Depois de baixar, instalar, configurar e inicializar o *Nuxeo* nos SOs *Windows* e *Linux*, coube apontar dificuldades e barreiras que os profissionais da gestão documental e de arquivos, em especial o arquivista, podem ter ao operar a ferramenta.

Mesmo o *software* possuindo um assistente para configuração, este foi identificado como uma dificuldade, uma vez que o processo é todo em inglês e a opção de configuração padrão pode comprometer a performance, bem como a ampla utilização das funcionalidades.

No entendimento do pesquisador, embora tenha-se relatado dificuldade, o *Nuxeo* ainda caracteriza-se por ser um dos *softwares* de mais fácil instalação e operação que permitem gerenciar a documentação em meio eletrônico.

²⁰ Destaca-se que o *Nuxeo* roda no *Mozilla Firefox* (versão 3.5 ou superior), *Internet Explorer* (versão 7 ou superior), *Google Chrome* (versão 3 ou superior) e *Safari* (versão 4 ou superior).

Outras ferramentas de gestão documental²¹ possuem pré-requisitos para instalação, Apache²², PHP²³ e MySQL²⁴ que dificultam a utilização por parte dos profissionais de arquivo, inexistentes no *Nuxeo*, que possui como único aplicativo condicionante para o funcionamento²⁵ o JAVA. Outro fator positivo, diz respeito à realização de *webinars*²⁶ mensais que apresentam novos recursos e funcionalidades agregados ao sistema. A ferramenta também merece destaque por apresentar um ambiente de documentação que ilustra todos os processos da solução. Descrito e analisado o procedimento de instalação do *Nuxeo*, cabe estudar a função de produção de documentos na ferramenta.

²¹ *Agorum Core, Alfresco, ArchivistaBox, KnowledgeTree, Maarch*

²² Apache é um servidor *web* livre compatível com o protocolo HTTP. Criado em 1995, é a principal tecnologia da *Apache Software Foundation*.

²³ PHP é uma linguagem de programação de computadores interpretada, livre e amplamente utilizada para gerar conteúdo na *Web*.

²⁴ MySQL é um Software Livre com base na GPL, que utiliza como interface a linguagem SQL.

²⁵ Mesmo considerando que a instalação do SGBD *PostgreSQL* seja facultativa, identifica-se que este é um item fundamental para a garantir a segurança dos dados armazenados.

²⁶ *Webinar* é uma abreviação para “*web-basedseminar*”, ou seja, trata-se simplesmente de um seminário realizado em ambiente *web*. Pode ser definido também, como uma conferência *on-line*.

O processo de produção documental

O primeiro acesso ao *Nuxeo DM* dá-se através de *login* e senha pré-definidos, os quais são “*Administrator*”. Este *login* é configurado para o perfil de usuário Administrador do sistema. Ressalta-se que este perfil de usuário permite, entre outras possibilidades, criar usuários²⁷ para gerir os documentos no sistema, bem como definir as permissões de acesso que estes terão. Optou-se por testar a implementação das funções arquivísticas de produção, classificação e avaliação de documentos com o perfil de usuário Administrador do sistema.

No que diz respeito a verificação da produção de documentos no *software*, faz-se relevante apontar os recursos básicos “*sections*”, “*templates*” e “*workspaces*”, dispostos na tela principal da solução. *Sections* é o espaço proposto para publicação dos documentos criados de modo colaborativo, produzidos e aprovados. Em síntese, *sections* é destinada à comunicação, distribuição e consulta de conteúdo. Neste ambiente os documentos não podem ser alterados,

²⁷ Apesar de não ser o foco deste estudo, procurou-se simular a criação de usuários, a fim de verificar o nível de complexidade desta função. Conclui-se que criar e gerir as permissões de usuários é, do mesmo modo que o sistema, simples e executável.

editados ou movidos de um local para outro.

Workspaces é o ambiente desenvolvido para produção e edição de documentos, caracterizado por ser um espaço destinado para ordenação do documento. Ao contrário do *sections*, o *workspaces* é de acesso restrito, pois é neste ambiente que é definida a política de classificação e avaliação documental, bem como a produção do documento.

Templates tem como objetivo auxiliar os usuários a criar *workspaces*. Neste, é possível preparar um modelo estrutural das pastas que serão criadas no *workspaces*. Assim, cada nova pasta e respectiva subpasta estaria pronta para utilização, sem a obrigação de criar uma a uma.

Conforme explicitado, o processo de produção documental ocorre no ambiente *workspaces*, ao criar dentro deste, “um novo espaço de trabalho”. Após criado o novo espaço, pode-se então iniciar a produção de um documento. A próxima tela, do sistema, apresenta duas opções para produção documental: “novo documento” e “importar um arquivo”. Ao clicar no botão novo documento, a solução permite que o usuário selecione o tipo de documento que deseja criar entre as

opções existentes, as quais dividem-se em: “documentos simples” – imagem, arquivo, nota e “documentos colaborativos” – pasta, *blog*, fórum, entre outros. Já, ao clicar no botão importar arquivo, tem-se a opção de selecionar um arquivo para importação. Após definido o tipo de documento, este é produzido ao preencher o formulário de criação, com as informações: título, descrição e conteúdo.

No que concerne a produção de documentos, Flores (2006) enfatiza que:

refere-se ao ato de elaborar documentos em razão das atividades específicas de um órgão. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado. Na produção de documentos, feita por qualquer pessoa física ou jurídica, o arquivo se forma mediante o exercício da atividade própria dessa entidade, que dá lugar ao trâmite de diversos assuntos, se materializando em forma de documento (FLORES, 2006, p. 109).

Cumprida a primeira etapa da produção do documento, é apresentada uma tela com o resumo das informações, status (projeto, versão final) e metadados do documento, além do recurso de associar *tags*²⁸. Neste mesmo espaço existem abas que permitem modificar e agregar informações ao documento,

²⁸ Tag, ou em português, etiqueta, é uma palavra-chave (relevante) ou termo associado com uma informação que o descreve e permite uma classificação da informação baseada em palavras-chave/metadados. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tag_%28metadata%29>. Acesso em: 15 mai. 2012.

dispostas abaixo, bem como iniciar um *workflow* e apontar os usuários que possuem permissões para colaborar e editar o documento:

1. modificar – permite alterar os metadados do documento;
2. arquivos – permite anexar outro documento;
3. publicar – publica a versão final do documento no ambiente *sections*, mediante aprovação;
4. relações – possibilita estabelecer uma relação (baseado em, requer, conforme o) entre o documento e um texto ou outro documento. Sob a ótica da diplomática contemporânea, este ambiente permite estabelecer a relação orgânica entre os documentos;
5. comentários – permite acrescentar um comentário relacionado ao documento;
6. histórico – apresenta uma lista com eventos do documento desde sua criação. Pode ser considerada uma trilha de auditoria e também um espaço para o controle de versões do documento;
7. administrar – permite definir e gerir o acesso e as permissões dos usuários sobre o documento.

Em relação aos metadados do Sistema, comentados anteriormente, são

baseados nos padrões Dublin Core²⁹ e estão dispostos no QUADRO 1.

Campo	Descrição
Natureza	Natureza do documento.
Assuntos	Tópicos do documento.
Privilégios	Informações sobre os direitos de reprodução do documento, como por exemplo, Direitos Autorais.
Fonte	As referências do qual o conteúdo do documento é derivado (total ou parcialmente).
Pesquisa	Informações sobre o alcance geográfico do documento.
Criado em	Data preenchida automaticamente pelo Sistema quando o documento é criado.
Última modificação em	Data preenchida automaticamente pelo Sistema quando o documento é modificado.
Formato	Formato do documento.
Idioma	Idioma utilizado no documento.
Expirar em	Data em que o documento deixa de ser válido
Autor	Usuário que criou o documento. Campo preenchido automaticamente pelo Sistema.
Contribuintes	Usuários que modificaram o documento. Campo preenchido automaticamente pelo Sistema.

QUADRO 1 – Metadados do documento

Rondinelli (2005, p. 59) identifica que o termo “metadado foi cunhado pela TI para designar as

²⁹ Dublin Core é um esquema de metadados que visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e sites na *web*. Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Dublin_Core>. Acesso em: 07 ago. 2012.

informações necessárias e dar significado aos dados armazenados num sistema de computador”. A *Dublin Core Metadata Initiative* define metadados como:

Conjunto de dados estruturados que identificam os dados de um determinado documento e que podem fornecer informação sobre o modo de descrição, administração, requisitos legais de utilização, funcionalidade técnica, uso e preservação. (DCMI, 2004 apud RONDINELLI, 2005, p. 62)

Com relação aos metadados apontados, afirma-se, sob a ótica da Arquivística, que o campo “natureza” equivale à tipologia documental, já o campo “assuntos” equivale a classe e subclasse e “pesquisa” equivale ao grupo e subgrupo do documento. Além dos metadados apresentados, a opção de modificar o documento define também a versão deste, bem como permite salvar o documento em uma nova versão, possibilitando o registro das versões.

No que tange ao processo de produção de documentos do *Nuxeo DM*, este é o balizador da gestão documental, uma vez que define os metadados para pesquisa, as relações entre outros documentos, o início de um *workflow*, a classificação do documento e a definição do prazo de guarda, isto é, sua destinação. Neste âmbito, Lopes (1997, p. 82) afirma que a “principal ideia é

implantar o controle dos documentos de arquivo a partir de sua produção”.

Por fim, entende-se que com o aumento da produção documental, o cuidado com a forma de tratar e disponibilizar a documentação tornar-se-á uma prática nas instituições. Por isso, utilizar ferramentas que auxiliam a gerir de forma eletrônica a documentação é essencial, pois diante do volume de informação gerado, entende-se que é quase impossível trata-la de modo eficiente sem o auxílio da tecnologia. Ao realizar a análise do processo de produção de documentos, pode-se então proceder o estudo da função de classificação documental.

A função de classificação de documentos produzidos no *Nuxeo*

Conforme abordado, a classificação dos documentos dá-se no processo de produção documental, ao preencher os metadados do documento produzido no *Nuxeo DM*. Apesar do exposto, a ferramenta não apresenta um viés arquivístico a ponto de proporcionar ao usuário os itens hierárquicos da classificação, tais como, grupo, subgrupo, classe e subclasse. Assim sendo, cabe ao usuário alterar os campos do Sistema passíveis de alteração –

“natureza”, “assunto” e “pesquisa”. Contudo, é relevante destacar que o campo “natureza”, por apresentar a tipologia documental, não necessita ser totalmente alterado. Pode-se, neste campo, excluir ou incluir tipos documentais que não estejam previamente cadastrados no sistema.

Em relação aos campos “assunto” e “pesquisa”, estes equivalem, conforme relatado anteriormente, a classe e subclasse e a grupo e subgrupo, respectivamente. Assim, sob o viés da arquivística, esses metadados devem ser alterados para explicitar a classificação documental. Para isso, o usuário deve acessar o módulo “Gerenciar vocabulários” do “*Admin Center*”, na página inicial do *Nuxeo DM*. O usuário, ao acessar este ambiente, pode adicionar um vocabulário, modificá-lo ou excluí-lo. Para alterar o campo “assunto” este deve modificar o metadado “*topic*”, a fim de definir a classe documental. Para estabelecer a subclasse deve ser alterado o campo “*subtopic*”, que está relacionado com o campo “*topic*”. Da mesma forma que modificou-se os metadados do atributo “assunto”, o usuário precisa alterar o campo “pesquisa”. Para tanto, deve-se redefinir o vocabulário “*continent*”, para configurar

o grupo documental e alterar o campo “*country*”, para definir o subgrupo.

Com relação a alteração dos vocabulários do *software*, cabe destacar que deve-se, em um primeiro momento, excluir os itens dos campos “*subtopic*” e “*country*”, uma vez que ao tentar excluir ou modificar as informações dos campos “*topic*” e “*continent*”, o sistema apresenta uma mensagem informando que não é possível modificar os vocabulários, pois estes possuem itens vinculados aos mesmos.

No que concerne a classificação de documentos, Lopes (1996, p. 98) entende que a operação de definir a classificação e aplica-la às informações e acervos é matricial e sem ela, qualquer outra operação descritiva ou avaliativa tenderá a fracassar. Neste âmbito, Indolfo destaca que:

é fundamental para o processo de avaliação que os documentos tenham sido classificados, pois só a classificação permite a compreensão do conteúdo dos documentos de arquivo dentro do processo integral de produção, uso e acesso à informação arquivística, mantendo os vínculos orgânicos específicos que possui com a entidade geradora (2008, p. 55).

Concluída a etapa de redefinição dos metadados dos campos “assunto” e “pesquisa” pode-se examinar a função de classificação documental na ferramenta. Assim, depois de preenchidos os metadados do documento, tem-se uma

visão da classificação definida para o documento na aba resumo. Neste mesmo espaço é possível definir as palavras-chave do documento, a fim de auxiliar a ferramenta de busca. Além dos metadados, outro recurso que auxilia a classificação dos documentos, diz respeito a ordenação destes em pastas e subpastas criadas no ambiente *workspaces* conforme a estrutura das classes, subclasse, grupos e subgrupos documentais previamente definidos.

Desse modo, pode-se afirmar que a classificação de documentos no *software* atende aos preceitos arquivísticos, uma vez que permite vincular, no momento da produção, a classe, subclasse, grupo ou subgrupo que o documento está inserido. Contudo, não é possível vincular toda a hierarquia documental durante a produção do documento. No entanto, essa dificuldade é remediada ao cadastrar pastas e subpastas, no ambiente *workspaces*, o que pode configurar a hierarquização documental. Neste contexto, Schellenberg (2005, pg. 86) observa que os documentos podem ser, e geralmente são, agrupados de modo a refletir a estrutura orgânica da entidade. Sob este viés, a aba “relações” possibilita vincular os documentos que relacionam-se, ex-

plicitando a relação orgânica entre os mesmos.

Por fim, diante do exposto, afirma-se que a utilização de ferramentas para a gestão documental não compromete o trabalho intelectual do arquivista, uma vez que a produção e classificação dos documentos devem, obrigatoriamente, ser realizada considerando os princípios que embasam o fazer arquivístico. Assim, concluída a análise das funções de produção e classificação, cabe estudar a implementação da avaliação de documentos no *Nuxeo*.

A função de avaliação de documentos no *Nuxeo*

Ao implementar as funções arquivísticas de produção e classificação de documentos no *Nuxeo*, identifica-se que os processos avaliativo e o classificatório iniciam-se na produção do documento. O que difere um do outro é o fato de que a classificação dá-se de modo automático, ao contrário da avaliação.

Em síntese, a avaliação também é implantada ao preencher os metadados do documento. Para isso, deve-se definir no campo “Expira em” o prazo de guarda documental. No entanto, o pro-

cedimento de transferir, recolher ou eliminar o documento é realizado manualmente. Apesar de ser um dos campos de identificação do documento produzido no *Nuxeo*, a data definida para expirar o documento não é indexada pela ferramenta, pois trata-se apenas de uma indicação para os usuários, não sendo processada pelo aplicativo.

É relevante destacar que a ferramenta possui a funcionalidade para gerenciar o ciclo de vida de um documento. Contudo, cabe esclarecer que este ciclo de vida não refere-se as fases da Teoria da Três Idades, corrente, intermediária e permanente, mas trata-se das rotas, tarefas ou etapas que o documento passará para ser tramitado/validado em um *workflow*.

Considerando que a classificação, avaliação e o preenchimento dos campos descritores são realizados no momento da produção do documento, entende-se que a ferramenta segue a perspectiva da arquivística integrada, que conforme Lopes (1997) consiste na ideia de que a classificação, a avaliação e a descrição são consideradas inseparáveis e complementares. Neste sentido, Indolfo (2008, p. 59) compreende que as práticas arquivísticas da classificação e avaliação

fundamentam as atividades de gestão de documentos.

Cabe destacar que o *software* em questão não foi produzido com base nos preceitos arquivísticos, como por exemplo, o *ICA-AtoM*³⁰ do Conselho Internacional de Arquivos - CIA. Por isso algumas funções arquivísticas não estão totalmente estruturadas para rodar automaticamente na ferramenta. Ademais, este estudo analisa a solução GED sob a ótica da arquivologia, adequando os recursos e funcionalidades do sistema, para atender as necessidades da Gestão Arquivística de Documentos Digitais, bem como para aplicação deste por parte dos profissionais de arquivo.

Diante do exposto, coube ao pesquisador definir um espaço configurável que possa atender as necessidades da avaliação documental. Assim, utilizou-se o ambiente *sections* como repositório para o Arquivo, tanto nas fases corrente, intermediária ou permanente, uma vez que os documentos ali publicados não podem ser editados, movidos ou alterados.

³⁰ O *ICA-AtoM* significa para "Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória". É fundamentado em ambiente web, aplicativo de código aberto baseado em padrões para a descrição arquivística num contexto multilíngue, em um ambiente multiarquivos. Disponível em: <http://ica-atom.org/doc/What_is_ICA-AtoM%3F/pt>. Acesso em: 24 set. 2011.

Neste âmbito, buscou-se simular o processo avaliativo de um documento produzido no *Nuxeo DM*. Para isso, no decorrer da produção e classificação documental, utilizou-se o campo “Expira em” como o balizador deste processo, uma vez que é o metadado que permite definir o prazo de guarda do documento. Assim sendo, após preenchimento deste campo, deve-se apontar na aba “Comentários” o prazo de guarda que o documento ficará arquivado na fase corrente. Este comentário faz-se necessário em virtude de que a ferramenta não apresenta a avaliação documental de modo automatizado, conforme abordado anteriormente.

Depois de preenchida as informações da aba comentário, pode-se visualizar no “resumo” do documento os dados relacionados a avaliação, além dos demais metadados que o compõem. Assim, o campo “Expira em” ilustra a data que o documento expira e o campo “comentário” apresentar a seguinte mensagem, utilizada para fins de avaliação e como exemplo: “após cumprido o prazo de guarda de 01 (um) ano de arquivamento na fase corrente, o documento será transferido para o arquivo intermediário. Este ficará arquivado

na fase intermediária durante 05 (cinco) anos e a seguir será eliminado”.

Depois de produzido, classificado e avaliado, o documento pode ser publicado para que outros usuários possam ter acesso ao mesmo no arquivo corrente, intermediário ou permanente. Cumprido o prazo de arquivamento do documento na fase corrente, o administrador do sistema ou o usuário com permissão de acesso para esta tarefa, deverá acessar o documento no ambiente “*workspaces*” e despublicá-lo³¹, a fim de preencher o novo prazo de expiração deste. Igualmente deve-se acessar a aba “Comentário” e apontar a destinação do documento. Em seguida, o documento será novamente publicado e estará acessível no arquivo intermediário ou permanente.

No que tange a análise da avaliação documental e a aplicação da teoria das três idades na ferramenta, entende-se que o processo avaliativo pode ser aplicado no *software*. Contudo, este ao contrário dos processos de produção e classificação, não é automatizado. O campo existente para apontar o prazo de guarda ou arquivamento não é indexado pelo sistema,

³¹ Destaca-se o fato de que ao despublicar o documento, este não estará mais acessível no ambiente “*Sections*”.

sendo utilizado tão-somente como um item indicativo para os usuários. No entanto, este metadado foi utilizado pelo pesquisador como balizador da avaliação. Conclui-se que o campo “Comentário” também não é indexado pelo sistema e nem é considerado um campo específico para o processo avaliativo. Na verdade este é apenas um campo para o trabalho colaborativo. Assim, propôs-se utilizar as funcionalidades e recursos que a solução possibilita para auxiliar a avaliação dos documentos produzidos no *Nuxeo*, sob a ótica Arquivística.

Cumprida todas as etapas propostas para o estudo, isto é, instalação da ferramenta, estudo das funções de produção, classificação e avaliação de documentos, procedeu-se a organização de um manual que aborda todos os procedimentos pesquisados até então.

Produção de um manual voltado aos profissionais da Arquivística

A produção de um manual de uso do *Nuxeo* pelos profissionais da informação surgiu da necessidade, cada vez maior, do profissional arquivista aproximar-se da TI, bem como dos *softwares* e aplicativos advindos da

GED/A. Diversos autores salientam que a sociedade voltou-se para a produção de documentos em meio eletrônico, e que os profissionais que não se adaptarem a essa nova realidade ficarão desatualizados.

No início da década de 1990, Margaret Hedstrom (1991, apud COUTURE e DUCHARME, 1999) identificava as características dos arquivos eletrônicos, dando destaque ao fato de que estes são um grande desafio para a teoria e para a prática arquivísticas, no que tange a todas as funções: a produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão.

Neste âmbito, o manual produzido apresenta os passos básicos para instalação e operacionalização do *Nuxeo*, bem como a aplicação das funções de produção, classificação e avaliação de documentos. Este não visa sanar todas as dúvidas ou funcionalidades sobre a ferramenta, busca apenas ser um instrumento para aproximar os profissionais de arquivo com as soluções GED e está publicado no Blog do Grupo de Pesquisa CNPq – GED/A.

Conclusão

Com o aumento da utilização de recursos computacionais para a produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e destinação dos documentos produzidos em meio eletrônico, faz-se necessário estudar as ferramentas que auxiliam na gestão dos mesmos. Assim sendo, a pesquisa em *softwares* de GED visa aproximar os gestores de documentos às tecnologias da informação. Neste contexto, as teorias abordadas durante a realização deste estudo, bem como as informações obtidas durante os processos de instalação, aplicação e análise dos recursos e funcionalidades da ferramenta permitiram elaborar um manual para utilização da ferramenta voltado aos arquivistas, aproximando-os da TI e das ferramentas da GED/A.

Deste modo, é possível afirmar que os resultados advindos da realização da pesquisa são satisfatórios na medida em que apresentam uma análise do *software Nuxeo* frente à implementação das funções arquivísticas de produção, classificação e avaliação de documentos. No que diz respeito ao procedimento de instalação, a principal dificuldade diz respeito ao assistente de configuração da ferramenta. Com relação a análise do

processo de produção documental no *Nuxeo*, afirma-se que esta é a base para implementação da gestão documental no *software*. No que concerne o estudo da função de classificação dos documentos, conclui-se ser necessário alterar os metadados para implantar o processo de classificação, quando da produção do documento. Sobre a análise da avaliação documental, pode-se inferir que o *software* não apresenta o processo avaliativo de modo automatizado, pois o campo para definição do prazo de guarda dos documentos não é indexado. Contudo, a solução conta com uma estrutura que possibilita avaliar os documentos de modo operacional, com início na produção documental.

Por fim, torna-se propício ponderar que os resultados desta pesquisa, desenvolvida na versão 5.6 do *software*, estão passíveis de tornarem-se desatualizados, uma vez que a constante busca por melhorias e correções de *bugs* faz com que as soluções lancem semestralmente novas versões de seus sistemas.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BALDAM, R.; VALLE, R.; CAVALCANTI, M. **GED: Gerenciamento Eletrônico de Documentos**. São Paulo: Érica, 2002.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; v.1).

BRASIL. Lei n. 8.1589, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LAIS/L8159.htm>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário**. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2010glossario_v5.1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2011.

_____. **e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de arquivística**. 2ª ed. Madri, Espanha: Fundação Germán Sánchez Ruipérez, 1996.

FLORES, Daniel. **A gestão eletrônica de documentos (GED) e o impacto das políticas de software livre: uma perspectiva transdisciplinar, comparada nos arquivos do Brasil e Espanha**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado em Metodologías y Líneas de Investigación em Biblioteconomía y Documentación) – Universidad de Salamanca/Espanha, 2006.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer; v.2).

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Arquivística general: teoría y práctica**. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla, 1993.

INDOLFO, Ana Celeste. **O uso de normas arquivísticas no estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal**. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul/dez 1987.

Disponível em:

<<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/o-conceito-e-pratica-gestao-documentos.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói/São Carlos: EdUFF et EDUFSCar, 1996.

_____. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

LUCCA, Giana. **Plonarq**: gerenciamento eletrônico de documentos arquivísticos baseado em *software* livre. 2007. 77 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 5ª reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. 2 ed. Ver. Aum. Brasília: ABRQ, 2005.

SANTOS, V. B. Dos (Org.); INARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. **Arquivística: temas contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 2 ed. Distrito Federal: SENAC, 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. Separata de: **Perspectivas da ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/235/22>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”

Gustavo Silva Saldanha

gustavosalda@ibict.br

Doutor em Ciência da Informação

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Resumo: O objetivo deste estudo é discutir a condição “simbólica” do conceito de documento sob a reflexão contemporânea dos estudos filosóficos da organização dos saberes. A partir da crítica recente apresentada pelas abordagens “neodocumentalistas” à Ciência da Informação, buscou-se avaliar a condição epistemológica do campo e as novas possibilidades de interpretação de suas teorias e de sua práxis. O trabalho reconhece a ênfase atual nos estudos da linguagem ordinária e a influência da crítica pragmatista e pós-estruturalista sobre a construção do conhecimento nos estudos desenvolvidos no campo. Como consequência desta reflexão, identifica-se que o papel do conceito de “documento” na atualidade cumpre diferentes funções epistemológicas na Ciência da Informação, como crítica historiográfica, torção filosófica, revisão da práxis e estratégia discursiva teórica. Ao mesmo tempo, surge a emergência de um conceito mais amplo de “materialidade”, não apenas significado pela razão fiscalista, mas determinado sob um ponto de vista culturalista. Este conceito pode ser vislumbrando nos trabalhos dos “neodocumentalistas”, principalmente Bernd Frohmann, como também pode ser identificado em uma análise crítica das visões sociopolíticas de Paul Otlet.

Palavras-chave: Epistemologia da Ciência da Informação; Neodocumentação; Documento; Via simbólica; Paul Otlet

The document and the “symbolic way”: under tension of the “neodocumentation”

Abstract: The aim of the study is to discuss the condition "symbolic" of the concept of document from the reflection of the contemporary philosophical studies in the organization of knowledge. From the recent critical approaches presented by "neodocumentalists" for Information Science, sought to evaluate the epistemological condition of the field. As a result of this reflection, it is recognized that the role of the concept of "document" today fulfills different epistemological functions, as critical historiography, philosophical transformation, review of professional practice and theoretical discourse strategy. At the same time, there is the emergence of a broader concept of "materiality", meaning not only for the physicalist reason, but determined under a culturalist point of view.

Key words: Epistemology of the Information Science; Neo-documentation; Document; Symbolic way; Paul Otlet

Introdução

Uma das possibilidades de interpretação das abordagens recentes da epistemologia da organização dos saberes (OS) é questionar a fragilidade e a potência presentes na noção de “materialidade”. Este exercício é, claramente, uma das pautas do conjunto de autores e de trabalhos que pode ser classificado como “neodocumental” ou “neodocumentalista”, temporalmente demarcado nos últimos 20 anos. Nomes como Bernd Frohmann, Michael Buckland e Ronald Day podem receber esta denominação, ainda que tais demarcações sempre se apresentem sob o risco de incongruências do exercício filosófico de generalização. Em nossa visão, um dos aspectos mais importantes das abordagens tecidas sob os olhares destes autores está no posicionamento de um ponto de inflexão simbólico na reconstrução do conceito de “documento”.

Niels Windfeld Lund (2009, 2010) faz parte da corrente que atesta o “renascimento” das abordagens documentais. Lund (2009) observa uma crescente, desde os anos 1980, de estudos em torno do conceito elaborado, na OS, por Paul Otlet e redefinido por sua discípula, Suzanne Briet. Em sua

tentativa “arqueológica” de recuperar o conceito, Lund (2009) atenta que, a partir do termo latino *documentum*, não identificamos apenas a significação de prova, evidência escrita – *written evidence* –, mas, também, e preliminarmente, devemos relacionar a noção aos pressupostos do ensino e da instrução.

A (re)avaliação do objeto “documento” na OS se dá em um contexto de formalização da Ciência da Informação (CI); as últimas escolas e os últimos institutos de pesquisa que atuavam com práticas de preservação, organização e disseminação de artefatos “informativos”, então denominadas, em grande parte, de *Library Schools* ou *Documetation Schools*, alterarão seus nomes nos anos 1990 (acompanhando uma tendência das décadas anteriores), incorporando o significante “informação” e/ou o vocábulo “tecnologia” – o exemplo da consolidação desta transformação está em Hjørland (2000).

Deste modo, de um lado, o alargamento ilimitado das possibilidades de reflexão sobre a informação como o elemento fundamental do mundo contemporâneo – uma epistemologia ultrassincrônica –, do outro, a ausência de uma análise histórica sobre a construção do domínio da OS – uma

epistemologia pré-diacrônica, que via o desenvolvimento destes saberes pré-Segunda Guerra como paradigmas superados, como é o caso de Francis Miksa (1992) – fortalecem a necessidade de um criticismo sobre a informação, e, estruturalmente, sobre as escolhas políticas da epistemologia da CI. O “documento” emerge, neste contexto, como conceito crítico e como estratégia epistemológica de reavaliação da própria OS em sua totalidade.

Importa-nos, neste trabalho, reconhecer estas dicotomias, com foco no aparecimento de uma possibilidade de interpretação simbólica dos objetos e das práticas da OS. Esta possibilidade, acreditamos, é um dos fins mais caros da “neodocumentação” e, ao mesmo tempo, um território teórico ainda pouco explorado. A crítica desta abordagem exige, necessariamente, o questionamento de seu pioneirismo e a revisitação aos potenciais de análise simbólica da OS presentes em Paul Otlet e outras abordagens anteriores. Para o diálogo presente, parte do resultado da investigação de doutoramento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (SALDANHA,

2012), sob orientação da Prof. Dra. Maria Nélide González de Gómez, concentramos os esforços na relação entre o pensamento otletiano, o desenvolvimento de abordagens “neodocumentais” na atualidade e a distinta noção de materialidade que pode sobressair do ponto de vista expressado na contemporaneidade. As questões incidem diretamente no próprio questionamento da construção epistemológica da Ciência da Informação como campo do conhecimento.

Abrindo a “via” simbólica

O exercício capurriano de classificar a CI como sub-ramo da Retórica (CAPURRO, 1992) determina, a nosso ver, ponto demarcatório para o reconhecimento das possibilidades de interpretação simbólica do campo da OS. O “neodocumentalismo”, por sua vez, carregado de uma crítica pós-estruturalista, com linhas de interpretação balizadas por autores como o segundo Wittgenstein, Michael Foucault, Pierre Bourdieu e Bruno Latour, registram o aprofundamento desta abordagem. Em comum, encontramos em visões como de Rafael Capurro e os “neodocumentalistas”, uma ênfase na “linguagem” como pano de fundo da

argumentação filosófica dos domínios teóricos da OS.

A possibilidade de compreensão do campo a partir da linguagem nos permitirá a interpretação de uma CI reconhecida sob o viés de um enfoque simbólico, o que nos abre outra compreensão da ideia de materialidade nos estudos ditos “informativos”, ponto de inflexão dos olhares “neodocumentalistas”. As noções de “documento” e de “informação” são, assim, reconceituadas segundo uma abordagem que se sustenta na construção simbólica da realidade, onde as determinações do sentido estão atreladas à ação intersubjetiva dos indivíduos no uso da linguagem ordinária.

Em uma divisão dos modelos do conhecimento dentro das ciências sociais em geral, Martínez Rider & Rendón Rojas (2004) nos apresentam três “paradigmas”: o empírico-analítico, o simbólico e o crítico. O primeiro está enraizado no positivismo de Augusto Comte, e tem como características principais a observação, o trabalho de campo, o social como objeto “objetivável”, as metodologias quantitativas, a construção de possibilidades lógicas de verificação e comprovação. O paradigma crítico relaciona-se à Escola de Frankfurt

e tem seus fundamentos ligados à análise do sujeito dinâmico, dos grupos sociais em seu processo de emancipação, no uso da dialética como metodologia, nas formas de ideologia que convivem na vida dos sujeitos e na formação da consciência social das classes. O paradigma simbólico, uma resposta ao positivismo, parte de métodos hermenêuticos e etnográficos, contando, em geral, com técnicas qualitativas. Este paradigma apresenta em seu modelo a observação da constituição de normas sociais e a formação do consenso, e aborda a realidade como um estado de categorias linguisticamente construído.

A linguagem, aqui, tem importância vital, pois é através dela que se pode conhecer o “real”: é através de seus mecanismos de articulação, tecidos pelos grupos sociais, que se pode estudar o sujeito dentro do âmbito cultural, onde a subjetividade impera e as estratégias de interpretação são permanentemente requisitadas.

Nossa compreensão vislumbra a aproximação a esta última abordagem, delimitando a mesma em um objeto: os conceitos produzidos pela infraestrutura socioepistêmica da CI. Esta infraestrutura diz respeito tanto a “conceitos tangíveis”, ou instrumentalizados como

ferramentas institucionais, como à terminologia de linhas de pesquisa, disciplinas, grupos de trabalho, quanto a “conceitos intangíveis”, resultado de análises filosóficas ou aproximações epistemológicas, como fragmentos de teorias e modelizações. O destaque volta-se, pois, para aquilo que os autores latinoamericanos tratam por “paradigma simbólico”, ou seja, por um viés que tem a linguagem como ponto de inflexão e que, em nossa visão, pode ser desdobrado do pensamento do segundo Wittgenstein (1979).

Nesta “via simbólica”, a linguagem, enquanto complexo de signos que permite armazenagem, organização e transferência, vigorará, para a CI, como um objeto de estudo que em breve será responsável por um outro olhar sobre a epistemologia do campo – na verdade, um “velho” olhar, que resiste sobre diferentes discursos e manifestações curriculares em escolas de CI. A experiência com a linguagem demarcada pelo campo nos permite perceber que este, em certa medida, nunca se afastou absolutamente do primeiro momento, o ontológico, onde tudo é relacional e onde o mundo é carente de recontextualizações. Por sua vez, os estudos da OS tiveram na

concepção gnosiológica uma de suas principais estruturas, a representação. Com o avanço das análises semióticas, a estrutura pragmatista da área, já impressa nas práticas, ganhará cada vez mais sedimentação – e a linguagem se emancipa de vez como prioridade metodológica. E aqui encontramos a emergência (ainda que não a inauguração) de uma “via simbólica” de análise da realidade epistêmica da OS.

Dos limites e dos horizontes da “neodocumentação”

Da “diacronia negligente” (pouco temos de “história” antes da automação dos processos informacionais) a uma “sincronia crônica” (sem tecnologia da informação não somos uma “ciência da informação”), o posicionamento da CI na árvore do conhecimento é ainda objeto de atenção de Rayward (1996), um dos responsáveis diretos pelo que pode ser chamado de “neodocumentalismo” hoje por outros aspectos: a dificuldade de construção de uma historiografia da CI se dá diante da ausência de um acordo sobre qual seria o seu papel estrutural, junto de sua reclamada natureza interdisciplinar. A obra e os sonhos de Paul Otlet são colocados, então, como uma pauta de

discussão elementar para a paisagem discursiva da CI anglófona a partir dos anos 1990.

Se, a título estratégico, tomamos a “neodocumentação” para além de uma “corrente”, mas como um discurso coletivo e sólido, distinto e provocador, como aqueles discursos que se estabeleceram ao longo do tempo, em circunstâncias específicas, com base, por exemplo, em uma historiografia raywardiana da OS, percebemos que a história do campo está muito aquém dos anos 1960: sua constituição pode partir de limites espaço-temporais muito anteriores¹. Neste sentido, recupera-se, com o próprio Rayward (1996), a interface entre sincronia e diacronia, envolvendo muito mais do que uma reflexão sobre a revolução eletrônica de meados do século XX, mas, também, o estudo da história da ciência e da tecnologia, da impressão e da editoração, das instituições de informação, como

1 Rayward (1996, p. 13) nos atenta para as possibilidades de aplicação do conceito de longa duração – *durée long* – do historiador Ferdinand Braudel nos estudos da informação. Com isso, a visão raywardiana descreve as margens de construção de uma história sincrônica para o campo da informação, que demarca estudos pontuais, como investigações de eventos específicos, e uma história diacrônica, que aponta para transformações lentas, dadas em um período espaço-temporal elástico, abarcando estudos como as mudanças nas mídias de registro e de propagação da informação.

bibliotecas, arquivos e museus². Reconhecida a força deste discurso, a “neodocumentação” promoveria, de fato, outra conceituação da OS – se, na verdade, já não tiver realizado tal reconstrução.

Na visão de Lund (2009), à questão moderna do documento como registro de movimentações burocráticas – do Estado moderno e de suas instituições –, somam-se outros dois aspectos de seu significado: sua condição de prova – aquele objeto que detém a verdade das declarações –, fato que levou a noção de autenticidade a ganhar grande relevância; sua condição “informacional”, ou seja, de *renseignement*, ou objeto que fornece informações – o que, de certo modo, recupera a concepção educacional anterior do documento. Somadas, estas condições representam uma máxima do mundo moderno: a escrita como conhecimento verdadeiro, ou apenas, como verdade – *written, true knowledge* – esta, exatamente, fruto da aporia da filosofia da linguagem em seu

2 Luciano Floridi também atenta para isto em seu trabalho. Floridi (2002), ao discutir uma “filosofia da informação”, aponta que é possível reconstituir a “história do conceito informação” muito antes de seu significante se tornar legitimado. Em seu olhar, é “perfeitamente legítimo” falar em uma “filosofia da informação” no passado, antes da “revolução informacional”.

nascimento entre Platão e a Sofística, que é reconfigurado com a Bibliologia alexandrina na Antiguidade, em sua aceitação definitiva da noção de escritura como integrada à noção de conhecimento. Neste movimento, já podemos perceber a “anunciação” do caráter simbólico, envolvendo poder e desejo na significação de verdade em uma epistemologia da OS nascedoura.

A importância do documento para o mundo moderno será refletida na relação entre sociedade e ciência. No século XIX, a palavra “documentação” ganha grande prestígio entre cientistas e os diversos ramos da administração. A partir de então, a qualidade do trabalho científico e da eficiência do mercado passa a depender de uma documentação adequada e acurada. Não bastava mais, na visão de Lund (2009), apenas a combinação de argumentos lógicos como narrativa satisfatória. Era necessário, ao cientista, comprovar empiricamente – o que significaria “demonstrar documentalmente” – o processo e os resultados de sua pesquisa. Este será o cenário para o surgimento da primeira teoria do documento, nascida com Paul Otlet – tratada por Lund (2009) como *professional document theory*.

É na última década do século

XIX que, em geral, os primórdios da Documentação são identificados a partir do contato entre Paul Otlet e Henri La Fontaine. Em pauta, temos a questão da organização bibliográfica necessária perante a grande massa de documentos que a modernidade – principalmente pós-Revolução Francesa – acumulara até então. Se em algumas escolas, como a espanhola e a francesa, a noção “documentação” e o fazer que se desenvolve sob ela mantiveram seu desenvolvimento teórico³ – a expansão do discurso anglófono da CI levou ao afastamento das obras fundadoras deste pensamento, principalmente dos trabalhos de Paul Otlet e Suzanne Briet. Este “abandono” é redefinido a partir da retomada, nos fins do século XX, dos visionários conceitos e questões lançados por estes personagens da OS. O nome “neodocumentação” é, em pri-

3 Como exemplos encontramos Jean Meyriat na França e a Lopes Yepes na Espanha. Como lembra Lund (2009), “if the name of the field is ‘Library and Information Science’, there is an explicit obligation to define libraries and information (but not documentation or documents). If documentation is in the field’s name, then there is an obligation to define documentation and documents. In this regard, it is revealing that Otlet’s grand *Traité de Documentation* has been translated into Spanish but not English.” Diante disso, revela o “neodocumentalista”, uma teoria do documento continuou em desenvolvimento na Espanha, como em outras tradições, enquanto a informação, no âmbito da OS, se tornava a principal unidade de análise.

meira instância, um discurso que comenta as obras dos primeiros “documentalistas”, a saber, o cânone Otlet-Briet.⁴

O nome do “neodocumento”

Pensar uma ampla transformação da CI a partir da “neodocumentação” representaria, primeiramente, tocar as diferenças entre estas e uma “documentação pura” – ou, apenas, uma documentação otlet-brietiana. Neste cerne, caber-nos-ia pensar que o “documento” de que trata a “neodocumentação” não é o “documento” de Otlet ou de Briet. E é nesta posição que acreditamos se encontrar uma possível “virada neodocumentalista”, que se estabelece, fundamentalmente, na direção da interpretação simbólica da realidade.

Para definir o significado de “documentação”, Paul Otlet recorreria à

4 Hoje encontramos, de fato, um interesse especial à perspectiva do documento a partir de estudos que revêem o papel pioneiro de Paul Otlet e de Suzanne Briet. Este movimento reúne traduções, edições críticas, trabalhos selecionados, eventos, destacando-se nomes como Michael Buckland, Bernd Frohmann e Ronald Day, que têm em W. Boyd Rayward e S. C. Bradford grandes inspiradores. No contexto brasileiro, destacam-se os trabalhos de Maria Nélida González de Gómez, Geni Chaves Fernandes, Cristina Dotta Ortega, Marilda Lopes Ginez Lara, Eduardo Ismael Murguia, Lídia Silva de Freitas, Rodrigo Rabello, dentre outros.

noção de documento, e, para definir este, teve que, antes, (re)definir a acepção da ciência bibliográfica, ou apenas, ciência que trata de todas as classes de documentos. Esta “classe genérica” de documentos indicava o conjunto de registros dos saberes que eram correlatos ou derivados do livro – ou apenas similares, em natureza, aos livros. Deste modo, a teorização de Otlet circulava entre as noções de “documento” e “livro”, “documentação” e “bibliografia”. Apesar de reconhecer o valor da comunicação oral, será para a “documentação gráfica” que Otlet dirigirá suas atenções, uma vez que esta poderia resguardar a memória do conhecimento humano via fixação. (LUND, 2009)

Um “neodocumentalismo” trará uma visão que claramente reelabora as possibilidades de conceituar o principal ponto de inflexão colocado por Otlet. Algumas instâncias desta transformação são facilmente verificáveis, enquanto outras demandariam uma análise específica sobre a obra de cada um dos autores que vêm reconceituando o documento, como a tríade Frohmann, Day e Lund. Nosso foco, pois, incide sobre estas primeiras condições panorâmicas de distinção “documento-

documentalista” e “documento-neodocumentalista”, aqui tratado como “neodocumento” a título de diferenciação.

Em primeiro lugar, a reflexão contemporânea sobre o documento está “carregada” de influências pragmatistas, antropológicas e pós-estruturalistas, sustentadas em reflexões sobre a linguagem. Percebe-se isto diante da apropriação de autores como Ludwig Wittgenstein, Bruno Latour, Jacques Derrida e Michael Foucault, personagens recorrentes na redefinição do documento. Em segundo lugar, a reflexão “neodocumentalista” nasce, como visto, do pressuposto de crítica ao “informacionalismo” da epistemologia da OS. Trata-se, deste modo, de um criticismo à parte ao fisicalismo e ao cognitivismo da CI. Além disso, não se pode esquecer que o “neodocumentalismo” se organiza no âmbito de um mundo atravessado pelo “determinismo digital”, onde a *web* se apresenta como um dos palcos centrais de atuação do homem.

Se é um discurso organizado, ele se dá junto do nascimento, crescimento e consolidação da *web* como espaço de construção de significados sociais na ampla esfera das relações humanas em caráter mundial. Deste modo, reflete não uma visão passadista – retomar o

“documento” em seu caráter físico como objeto-chave de nossa reflexão, como pode, por vezes, significar –, mas “refundar” nossa ideia de materialidade. Por fim, o que mais nos chama a atenção é a visão ao mesmo tempo retrospectiva e inovadora que aborda a linguagem dentro da visão sobre o “documento”: tratamos agora de um “documento” que se estrutura em uma filosofia da linguagem ordinária, que é construído a partir da visão do outro, da construção coletiva do significado. Está aqui uma base crítica à epistemologia da CI, principalmente, em seus pressupostos fisicalistas e cognitivistas. Cabe-nos pensar se este discurso é, de fato, a abertura de outro domínio da OS ou uma dissidência da corrente principal da CI.

Nas cercanias de uma “micro-neodocumentação”

Aquilo que hoje chamamos de “ciência da informação” continuará sendo “ciência da informação”, pelo menos, enquanto a força de noções como “informação” e como “conhecimento” permanecer com sua sombra sobre nossa sociedade e, logo, sobre nosso campo. A “neodocumentação”, enquanto fenômeno discursivo de “redescoberta” de um pensamento – Otlet – ou de um com-

posto de interpretações sobre a Documentação – Otlet-Briet – permanecerá como um discurso paralelo na paisagem da epistemologia da CI, junto das filosofias da informação. Se toda a “batalha” de Rayward (2001) e Bradford (1961) para “lembrar” ao mundo a existência de um “documentalismo” teve, agora, seu reconhecimento, isso ainda remete a um saber específico, um discurso profissional.

Cumpra-nos pensar que, em parte, o que tratamos hoje por “ciência da informação” estará em permanente mudança, mas esta expressão permanecerá presente, e, deste modo, nos fará sempre repensar a “informação” como objeto primário, por mais que tenhamos conceitos – significados – e significantes – que podem ser conceitos já pré-estabelecidos – que responderam, no passado, por noções mais claras que a ideia de “informação”. Neste sentido, teríamos apenas a corrente “neodocumentalista” como um espaço de crítica e de construção de um discurso distinto na CI – que se aproximaria da noção de “anomalia” na epistemologia de Thomas Kuhn, em sua *Estrutura das Revoluções Científicas*.

Esta “microneodocumentação” poderia ser tratada como a extensão do

discurso crítico de cunho pragmatista e pós-estruturalista que, desde os anos 1990, usando como significante a “informação” ou o “documento”, tratou de reposicionar o papel da CI no contexto científico, para além de uma visão apenas fisicalista e/ou cognitivista da OS. Em outras palavras, o discurso “neodocumentalista” seria um aporte epistemológico contemporâneo, uma corrente interna de um discurso maior, tratado como “ciência da informação”. Mas poderíamos, inversamente, perceber a amplitude desta expressão se reconheçêssemos sua estaca de fundação e suas propostas inovadoras, paralelizando a relevância de seu aparecimento com outros discursos.

As outras rotas de uma “macroneodocumentação”

Como visto em Lund (2009), a tradição francesa – e latina, no âmbito geral – desenvolveu-se no terreno da OS de forma diferente da tradição anglófona após a Segunda Guerra Mundial. Franceses – além de espanhóis e portugueses – não abandonaram a reflexão sobre o documento na segunda metade do século XX. E, mesmo diante de um objeto de estudo distinto, noções como “informação” e “comunicação” perpas-

savam também esta tradição. Em outras palavras, a “neodocumentação”, enquanto discurso epistemológico, é tão grande e vasta dentro da OS que enquadrá-la como discurso alternativo dentro da expressão “ciência da informação” seria reconhecer uma historiografia falha, como alertado em Rayward (1996), e uma epistemologia unilateral, que só tomaria a “informação” como objeto de estudo dentro da OS.

Posicionada a “revolução” historiográfica e epistemológica construída pelos cerca de vinte anos de “neodocumentação” – de 1991, com o trabalho inaugural de Michael Buckland aos estudos contemporâneos de, por exemplo, Frohmann (2011) –, é possível demonstrar que a expressão “ciência da informação” faz parte de um discurso maior, em geral, inominável, que reuniria também a própria “neodocumentação”. Em outras palavras, não trataríamos esta última como um campo, mas, também, não diríamos ser a CI um campo científico. Ambas, como aquilo que está sob as expressões *documentation* e *library science*, estariam sob um vasto terreno de reflexão – aqui tratado pela expressão “organização dos saberes” – que atenta tanto para técnicas como para políticas de intervenção no

mundo a partir dos conceitos e ferramentas desenvolvidas por esta reflexão.

A fundamentação que nos permitiria demonstrar esta importância da “neodocumentação” como um discurso tão relevante quanto estes outros seria dada exatamente pelo significado mais superficial deste movimento contemporâneo: retomar Otlet, retomar Briet, reencontrar a primeira metade do século XX. Este recuo histórico revela uma nuance epistemológica que recharacteriza nossa filosofia: divisões triádicas, como a de Capurro (2003), dividindo a CI em um domínio fisicalista, cognitivista e social ganhariam, pois, outras configurações, posto que esta visão capurriana estaria atrelada à expressão “ciência da informação”, e não à OS. Em outros termos, a “neodocumentação” demonstra sua amplitude ao provar as limitações da expressão “ciência da informação” e de sua unidade privilegiada de análise, a “informação”. Se nos é difícil colocar a “neodocumentação” (por sua recente argumentação e pela legitimação da expressão “ciência da informação”) em pé de igualdade com a CI, é-nos possível demonstrar que o discurso neodocumental, no mínimo, reposiciona a

própria CI como discurso na OS, e, não, como campo. Temos, com isso, a abertura para outras unidades, e encontramos filosofias distintas, como aquelas voltadas para um “neodocumento”.

A emergência do “documento simbólico”: sob as filosofias do “neodocumento”

Diferentemente de autores como Capurro (2003, 2007, 2008) e Floridi (2002, 2004), Frohmann (2004, 2011) discorda do que chamaríamos de “infoimperativo”, que toma a informação como objeto consagrado das análises filosóficas de uma CI no coração da OS. De certo modo, no contexto histórico-institucional, esta procura de autores como Rafael Capurro e Luciano Floridi nada mais resulta do que da atualização do discurso da CI, que prega, desde seus primórdios nos anos 1960, a “informação” como prioridade para a construção do saber que visa a organizar o “conhecimento”.

No contexto da teoria anglo-escandinava da CI, a partir dos anos 1980 – principalmente na Noruega – Lund (2009) percebe a construção de uma ênfase na materialidade do documento, junto da elaboração de um papel social para este conceito,

principalmente seu papel dentro de uma comunidade discursiva. Trata-se, na visão lundiana, da construção de uma teoria social do documento. O âmbito de construção deste pensamento está no estabelecimento, em 1996, do programa de Estudos da Documentação da Universidade de Tromsø, Noruega, estabelecido em todos os níveis – da graduação até o doutorado. A procura por relacionar todas as classes de documentos – dos tradicionais impressos aos *broadcasts* de televisão – leva à construção de uma “teoria complementar do documento”, que sugere três ângulos que, entrecruzados, permitem uma descrição completa: físico, social e mental.

Perceberemos que, por trás dos três ângulos de Lund, há um quarto ângulo, ou quarta dimensão, que conferirá vida a estes: trata-se do ângulo simbólico, também material, mas imperceptível aos sentidos. Os três ângulos de Lund precisam ser vistos com cuidado, pois, em certa medida, representariam apenas a colaboração mútua dos modelos fisicalista, cognitivista e pragmático da CI. Este outro ângulo para o qual atentamos, é indicado por González de Gómez (2006), ao tratar da questão das “políticas simbólicas” no

âmbito dos regimes de informação. Além disso, este viés está em Otlet (1934, p. 407): na visão do advogado belga, seu maior projeto, a biblioteca mundial, resumida no *Mundaneum* tem, entre suas razões de ser, um “valor simbólico”, vinculando a ideia de “livro” como “instrumento da inteligência”. Passemos, pois, por duas abordagens que propõem uma reflexão sobre o “neodocumento” e nos permitem chegar à sua caracterização simbólica.

Buckland e a “coisa”

Segundo Michael Buckland (1991), o termo documento é utilizado desde o começo do século pela abordagem documentalista como um termo genérico que denota qualquer informação física, disponível em qualquer suporte. Para o autor, a documentação otletina – entendida como o estudo do armazenamento e da recuperação da informação – deveria focar-se em objetos potencialmente informativos. Buckland (1991) apontará para três focos distintos da análise sobre a informação, em que a noção é vista, ora como processo de informar e geração de mudanças, ora como conhecimento acerca de fatos e eventos, ora como coisa, algo atribuído a objetos, dados,

documentos. Temos, com o trabalho de Buckland (1991), uma virada no pensamento da OS, povoado pelo discurso da CI, que agora repensa o papel da materialidade.

The purpose of this examination of the notion of "information-as-thing" is to: (1) **Clarify its meaning in relation to other uses of the term "information;"** (2) **Affirm the fundamental role of "information-as-thing" in information systems;** and (3) **Speculate on possible use of the notion of "information-as-thing" in bringing theoretical order to the heterogeneous, ill-ordered fields associated with "information science."** A key characteristic of "information-as-knowledge" is that it is intangible: one cannot touch it or measure it in any direct way. Knowledge, belief, and opinion are personal, subjective, and conceptual. Therefore, **to communicate them, they have to be expressed, described, or represented in some physical way, as a signal, text, or communication.** Any such expression, description, or representation would be "information-as-thing". (BUCKLAND, 1991, grifo nosso)

Buckland (1991) deixa claro em seu trabalho que não se podem pensar os sistemas de informação sem a noção de informação-como-coisa. Sendo também papel da epistemologia da OS tratar da informação como processo e conhecimento, seu “solo” reflexivo está justamente em afirmá-la como coisa. De fato, quando tratamos da informação como processo, encontramos um número muito grande de domínios interessados neste aspecto, como Educação e Psicologia; por outro lado, quando

abordamos a informação como conhecimento, igualmente outros muitos domínios tomarão esta análise para si, como a Sociologia do Conhecimento e a Filosofia. Ao apropriar-se da noção da informação-como-coisa, a OS demarca uma posição histórico-reflexiva extremamente particular: outros domínios científicos também podem fazê-lo, mas, nenhum tem como a OS, este enfoque como objeto de metarreflexão.

Conforme lembra Rabello (2009), a partir de Michael Buckland, a intencionalidade do documentar é que define o documento.

Portanto, a produção intelectual de um conhecimento, que é particular e subjetiva, quando objetivada em um documento, esse pode adquirir diferentes valores que podem se inter-relacionar pensados sob o ponto de vista das chamadas *Ciências da Documentação* teórico-aplicadas. Vejamos alguns valores documentais e algumas disciplinas científicas neles interessados:

- *valor histórico* (testemunho ou prova histórica) e *valor jurídico-administrativo* (eminentemente de prova para o Direito) – esses valores interessam principalmente para a Diplomática e para a Arquivologia;
- *valor de conhecimento e de informação* – interessam principalmente para a Biblioteconomia e para a Documentação. (RABELLO, 2009, p. 12, grifo do autor)

Buckland (1991) nos articula, pois, uma crítica sensível ao discurso da CI: de um lado, se o que se desenvolve sob a expressão “ciência da informação” não trata da “materialidade” da

informação, a CI abandonaria aquilo que é, historicamente, seu mais frutífero terreno de reflexão. Em outras palavras, a CI deixaria de compartilhar com os demais domínios justamente aquilo que mais “conhece” para dialogar apenas com objetos que, historicamente, são matéria de reflexão de outros saberes, como é o caso do contexto do “conhecimento”.

De outro lado, a CI caía em uma contradição em dois sentidos: a) se é interdisciplinar por natureza (uma de suas estacas fundacionais), careceria de trocar um saber que desenvolve com outros domínios fronteiriços, e, neste caso, se colocaria apenas como “consumidora” de conceitos e de métodos “estrangeiros”, e não “exportadora” de um saber “tipicamente” seu; b) se é tecida na tecnologia da informação (a outra de suas estacas fundacionais), não deixa de trabalhar com a “materialidade”, apenas atua sob níveis diferentes de “fiscalidade” – ou seja, um *bit* é, também, algo físico.

Ao definir posteriormente, em seu *What is a document*, o objeto de análise privilegiado do discurso da Documentação, Buckland (1997) posiciona-se a partir de pontos de vista estruturalistas e pragmatistas da lin-

guagem, tomado o objeto a partir da intencionalidade na apreensão da ideia de documento. Só há documento se existe a intenção como tal. Deste modo, Buckland (1991) demonstra como, a partir do reposicionamento da questão da “materialidade”, tão fundamental para a Bibliologia que se estabelece na Antiguidade entre Filologia e Retórica e é retomada por Otlet, a CI é apenas um discurso na OS, e a informação, outra “matéria”, ou unidade de análise. Estes reflexos sobre um olhar “neodocumental”, estarão tanto em Frohmann (2004, 2011) como em Lund (2009, 2010).

Frohmann e a materialidade

Bernd Frohmann (2004, 2011) se posiciona junto ao terreno da Documentação e confere tão ou mais importância ao estudo do documento – e, mais do que isto, da materialidade dos instrumentos de saber.

Documentation recognizes as urgent an imperative to study ancient, medieval, or early modern documentary practices as those that feature electronic documents. What we do with electronic documents, how such practices are configured, and what they do to us are eminently worthy of study. But the digital form of contemporary documents creates **no special philosophical imperatives**, since the concept of documentary practices **was there all along**. (FROHMANN, 2004, p. 406, grifo nosso)

Frohmann (2011, p. 59) critica a visão ingênua que aborda o documento como mero condutor de informação. O pesquisador desenvolve o conceito de “documentalidade”, que se refere à capacidade e ao poder do documento em seus arranjos com outros elementos de redes, ou *assemblages*, “*to generate marks, signs, or traces*”. Segundo Frohmann (2011), seu foco na materialidade dos documentos é inspirado nos movimentos documentalistas, especialmente nos trabalhos de Paul Otlet e Suzanne Briet, que, segundo sua visão, insistiram no foco dos objetos materiais como documentos, citando o famoso exemplo do antílope de Briet. (FROHMANN, 2011, p. 57).⁵

Frohmann (2011, p. 58) recupera filósofos que quebraram a tradição da filosofia da consciência, como Wittgenstein e Derrida, para justificar seu posicionamento em torno dos documentos. O autor percebe na visão wittgensteiniana a possibilidade de tomar como uma doença filosófica a máxima da consciência como motor do

5 Frohmann (2011, p. 58) recorre a autores como Foucault, Deleuze, Latour e outros que descentralizaram a filosofia e sua relação com a consciência. Frohmann (2011, p. 65) demonstra como as representações podem “superar” – *trump* – a realidade.

mundo. Ao mesmo tempo, ele acredita ser possível transformar a noção de Derrida ligada ao “traço-estrutura de um sinal”, afirmando que qualquer instância de um signo é sempre infectada por sua iteratividade, isto é, pela possibilidade de ser reinscrito em outras cadeias de signos.

Esta cadeia de signos, somada as questões da “informação como uma coisa” na visão bucklandiana, permitiria a possibilidade de um outro significado de “documento” e, mais do que isto, transformaria nossa própria estratégia interpretativa de compreensão e de apropriação dos objetos da OS. Em nossa visão, uma das influências do pensamento “neodocumentalista”, Michael Foucault, traduziria parte desta abertura, e permitiria pensar de forma mais ampla o “reencontro” com Paul Otlet, processo central de construção das abordagens “neodocumentais” da atualidade. É com o desdobramento do conceito “neodocumental” frohmanniano que, a seguir, será possível pensar o “outro documento” em Paul Otlet, um “documento” de caráter fundamentalmente simbólico.

Otlet e o “outro documento”: apontamentos para o caráter simbólico do

objeto e da práxis da organização dos saberes

Ainda que sob os riscos da aproximação de conceitos, percebemos que uma das formas mais claras de se pensar a “via simbólica” é analisar o “documento” otletiano como semelhança (e não identidade) da noção de “discurso” desenvolvida pelo Foucault da Arqueologia dos Saberes. O exercício é possível na medida em que a análise do “documento” em Otlet carece, fundamentalmente, de uma visão que escape das noções clássicas de prova e testemunho sob o qual ele se envolve e parece não escapar. Outra visão necessária é aquela que permite a percepção de que o “documento”, em Paul Otlet, indica uma anterioridade, uma simultaneidade e uma posterioridade à materialidade pura, ou seja, existe um conceito de materialidade otletiana bem menos ingênuo do que aquele de fisicalidade. Trata-se, a noção otletiana, da tentativa de elaboração de um conceito constituído por estratos políticos, culturais, institucionais, sociais, culturais e históricos. É nos interstícios do Tratado de Documentação e naqueles presentes na análise “neodocumentalista” que, em diferentes momentos, registra-se a potência deste

significado, atrelado à noção emblemática de “livro” – principalmente àquela de “livro-signo”. (OTLET, 1934, p. 426)

Por “discurso”, na visão foucaultiana, encontramos a noção de uma característica simbólica e performática da linguagem. O filósofo francês chama de “*performance* verbal” o conjunto de signos efetivamente produzidos em uma língua natural e de “enunciado”, a “modalidade de existência própria deste conjunto de signos”. Enquanto o “enunciado” pode receber a atribuição de uma modalidade particular, o “discurso” representaria um termo impreciso, que indicaria um conjunto de performances verbais, conjunto de atos de formulação, como séries de frases, ou, ainda, conjunto de sequências de signos. Para o autor da *Arqueologia dos Saberes*, sua conceituação de “formação discursiva” permitiria demonstrar que o discurso pode ser fixado como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. (FOUCAULT, 2010, p. 121-122)

Interessa-nos do pensamento de Foucault (2010, p. 124) retirado da *Arqueologia* fundamentalmente a ideia de que este “discurso” – complexo de enunciados – é, ao mesmo tempo,

“visível e não oculto”. Sua “materialidade” é de outra ordem. Esta noção de “discurso” terá ressonância em diferentes conceituações da “retórica” – neste sentido, um contraponto ao pensamento foucaultiano, que tenta distinguir sua noção de “discurso” daquela historicamente constituída pela arte retórica – “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 132).

Paul Otlet (1934) não só atenta para tal expressão da ideia de “documento”, como propõe a visão de uma certa ciência bibliológica que se estabelece com e sem o “documento”, mesmo sendo este seu objeto privilegiado. Em outras palavras, trata-se de um exercício documental com ou sem materialidade, se tomarmos a noção “rasa” de “matéria”, pautada apenas nos preceitos da fisicalidade. Trata-se de perceber todas as possibilidades de manifestação daquilo que podemos determinar como “materialidade”, ou fixação. No entanto, o exercício de reconhecimento de uma filologia bibliológica, como também do papel da retórica na construção desta ciência,

instâncias definidas pela obra de Otlet (1934), demarca que por “materialidade” não estamos a tratar de uma unidade física, mas desta e do complexo de interpretações pela qual esta pode ser reconhecida.

A importância da relação entre materialidade – e imaterialidade – toca atualmente a filosofia da OS, principalmente por conta das provocações “neodocumentalistas” à tradição que tentou determinar a prioridade ontológica da informação na epistemologia da CI. Estas duas instâncias, a princípio contrárias e/ou contraditórias (materialidade/imaterialidade), são, como nos aponta González de Gómez (2009, p. 117), “categorizações construídas numa história social da informação, de modo que a pergunta ontológica teria que ser acompanhada, sempre, pela pergunta de por que, para que e por quem é outorgado um lócus (...)”

É retomando Buckland (1991), como o faz González de Gómez (2009), que atingimos o ponto-chave desta discussão (ou da retomada desta discussão). Em Otlet (1934) já encontramos – talvez ali sem polêmica – a indicação das relações entre OS e “informação”, seja enquanto entidade mental, seja enquanto artefato (coisa).

Buckland (1991) atenta, como lembra González de Gómez (2009), para o fato de que, também, trata-se de uma “informação física” que identifica as atividades que nós chamaremos de “práticas do cientista ou do profissional da informação”. Nesse sentido,

“o conhecimento da informação-como-coisa seria parte igualmente importante dos estudos da informação e do entendimento da informação do ponto de vista da comunicação e do conhecimento” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 118)

Isso nos ajuda a complementar nossa noção de materialidade: o que tratamos aqui por material é tanto o livro, como o documento, como *bit*. Mas procuraremos aprofundar esta visão, chegando até os dados tratados por “naturais”, verificando o extremo de uma visão nietzschiana, a qual chamaríamos “visão retórico-filológica” sobre o papel da linguagem no mundo. Completeemos, porém, o ponto de vista sobre a “materialidade” para além de objetos tridimensionais e “fatos” eletrônicos. Também o discurso em sua “naturalidade” oral é material, tanto na Retórica nietzschiana quanto no “discurso” habermasiano, outra influência marcante das abordagens contemporâneas da OS. A oralidade, apesar do ponto de vista de Lund (2004),

é também visivelmente objeto de estudo de Paul Otlet. Trata-se, tanto em filósofos como Nietzsche e Habermas, de pensar, como Michael Foucault, em uma *performance* do discurso que se manifesta, por exemplo, em um livro, mas ele, o livro, não é “a sua” materialidade, mas apenas “uma outra” condição material.

Temos aqui uma das grandes pedras de toque da uma “neo-documentação”: recuperar o caráter simbólico que há no Otlet bibliólogo, que posiciona as questões sociais e culturais que constroem a ideia de “livro” – esta, porém, tomada pela “neodocumentação” sempre sob o significativo “documento”. Na visão de Frohmann (2004), existe uma prioridade ontológica na “questão do documento” em relação à “questão da informação”. Sua “outra” filosofia da informação aponta para uma reflexão que, em verdade, “é da” Documentação.

An implication of a focus on documentary practices for **a philosophy of information is that such a philosophy is subordinate to a philosophy of documentation.** Informativeness is not the only property of documentary practices worthy of study. Many practices with documents have little, if anything, to do with informing anyone about anything. (FROHMANN, 2004, p. 406, grifo nosso)

Aproximando-se da “denscons-

trução wittgensteiniana”, sustentada na linguagem ordinária, Frohmann (2004) demonstra a necessidade de se pensar a “informatividade” como pressuposto de práticas – e a informação como efeito destas práticas. Neste âmbito, se há uma “informatividade dos documentos”, ela depende de categorias fundadas em um documentalismo – que nos faz recorrer a Otlet (1934) e a Briet (1951). Tais categorias são tratadas pelo pesquisador como: materialidade, instituição, disciplinarização social (maneiras como são disciplinarizados) e contingência histórica. Sem a vigência de elementos da “Documentação”, seria impossível, na visão frohmanniana, pensar, por exemplo, uma “filosofia da informação”.

É esta “estrutura sem estrutura”, esta base em permanente transformação, transversalizada por contingências histórico-sociais e remodelações culturais, que nos permite pensar a complexidade do conceito de “documento” em Otlet (1934). Substancialmente, esta trama nos leva a enxergar a retórica, a política, a sociologia, a psicologia, a pedagogia e outros domínios de influência na constituição de uma ideia de documento que se estabelece na obra otletiana. O complexo de edificação do conceito de um só documento dependeria da

percepção da atuação das profundas e instáveis movimentações simbólicas oriundas das linguagens que estão envolvidas no processo de construção de um significado provisório. O que se dá, pois, como “materialidade”, nada mais é do que uma grossa e rude e, ao mesmo tempo, viscosa e escorregadiça, camada de elementos simbólicos que nos leva a tomar algo como livro, como documento, como informação. Não tocamos, pois, a “coisa”, mas primeiro a compomos como “matéria simbólica”. Sua própria “materialidade” é uma pretensa “fiscalidade” que “funciona”, “atua” no mundo, por ser uma potência simbólica em atualização constante e inestancável.

Considerações finais

O atual movimento epistemológico presente na paisagem discursiva da CI, reconhecido como “neodocumentalismo”, esclarece nosso posicionamento no cerne dos estudos da linguagem ordinária, principalmente no que se refere à abordagem simbólica de construção da realidade. A retomada do pensamento de Paul Otlet (1934) e de Suzanne Briet (1951) realizada por autores como Bradford e Rayward, seguidos por Buckland, Frohmann, Day e Lund, dentre outros, revela, muito mais

do que uma revisão histórico-conceitual, a possibilidade de identificação da força dos estudos da linguagem no âmbito da OS, bem como a fundamentação da relevância de noções como materialidade e simbolismo dentro dos saberes arcaicos e hodiernos do campo. Reconhecemos, pois, que o papel do conceito de “documento” hoje, cumpre diferentes funções epistemológicas, como crítica historiográfica, torção filosófica, revisão da práxis e estratégia discursiva teórica.

O resultado da análise é a identificação da dimensão simbólica tomada como o “elemento criador” – antes de “mediador”. Os sentidos não podem se “integrar” diretamente ao objeto – isto, na verdade, o diz tanto uma visão platônica (se é extrassensível a verdade do objeto, apenas tocamos seu fragmento, e não o objeto em si) quanto uma visão cartesiana (se é fruto da minha consciência, não toco o objeto, mas, sim, a representação que minha consciência permite conceber do objeto).

Em nosso caso, pela via simbólica, não tocamos, não vemos, não degustamos o objeto, não pode ele nos escapar ao mundo sensível por ser “metafísico” ou por ser um “ente” de nossa consciência, mas, pelo fato fazê-lo a partir de uma camada simbólica de

discursos que estão “impregnados” na noção do objeto – o que aproximar-se-ia do que Wittgenstein (1979) chama de “solo áspero”, para conceituar o mundo da linguagem que o pragmatismo da linguagem ordinária observa/investiga. A definição extrema seria: nunca tocamos o objeto, mas, sim, criamos o objeto simbolicamente sobre a “aspereza” que julgamos tocar.

Reconhecemos, finalmente, que está (também) em Paul Otlet (1934) esta consideração. O caráter simbólico da realidade investigada pela OS se manifesta nas amplas noções de “livro” e de “documento” tecidas pelo advogado belga. Não podemos determinar uma noção de “documento” na obra otletiana apenas sustentada pela raiz etimológica e/ou pelos seus desdobramentos no mundo medieval e moderno a partir de seu uso. O caráter político e filosófico do pensamento de Otlet (1934) demarca a potência simbólica de seus objetos de reflexão e coloca o “documento” como uma força antropológica de transformação social.

Referências

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

_____. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, p. 804-809, 1997.

CAPURRO, R. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: MITCHAM, Carl (Ed.). **Metaphysics, Epistemology and Technology**. Research in Philosophy and Technology. New York: Elsevier, 2000. v. 19. p. 79-85, Disponível em: <<http://www.capurro.de/ny86.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

_____. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND. 1991. Proceedings. London, Los Angeles: TaylorGraham, 1992. p. 82-96.

DAY, R. Poststructuralism and information studies. **Annual review of information science social and technology (ARIST)**, v. 39, p. 575-609, 2005.

_____. **The Modern invention of information: discourse, history and power**. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FLORIDI, L. Afterword library and information science as applied philosophy of information: a reappraisal. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 658-665, 2004.

_____. On Defining library and information science as applied philosophy of information. **Social Epistemology**, v. 16, n. 1, 37-49, 2002.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.

_____. Reference, representation, and the materiality of documents. In: **COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI**. 2011. Anais. Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.

_____. Revisiting “what is a document?” **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia”. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996.

_____. **Configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: um estudo de caso**. 1982. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

_____. Da organização dos saberes às políticas de informação. **INFORMARE – Cad. Prog. Pós-grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996.

_____. Dos estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O Campo da Ciência da Informação: Gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.

_____. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.

N.; ORRICO, E. G. D. (Orgs). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006. p. 29-84.

_____. A Reinvenção contemporânea da informação. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009

_____. A Representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ci Inf.**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: ensaios filosóficos. Coimbra: Almedina, 2004.

HJORLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, Londres, v. 56, n. 1, p. 27-41, jan. 2000.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O Poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2008. p. 21-44.

LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010.

_____. W. Document Theory. **ARIST**, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MARTÍNEZ RIDER, R. M.; RENDÓN ROJAS, M. A. Algunas propuestas latinoamericanas de objetos de estudio para la investigación bibliotecológica. **Rev. Interam. Bibliot.**, Medellín (Colômbia), v. 27, n. 1, p. 13-44, ene./jun. 2004.

MIKSA, F. L. Library and Information Science: two paradigms. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND. 1991. *Proceedings..* London: Taylor Graham, 1992. p. 229-243.

NIETZSCHE, F. **Da retórica**. 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

OTLET, P. **Traité de documentatation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editions Mundaneum, 1934.

RABELLO, R. A Dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Enc. Bibli**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., ISSN 1518-2924, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011.

_____. O Documento na Ciência da Informação: tradição e inovação conceitual a partir de uma abordagem histórica e epistemológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 2009.

João Pessoa: UFPB, 2009, p. 277-303.

RAYWARD, W.B. The History and historiography of information science: some reflections. **Information and Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

SALDANHA, G. S. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas. Rio de Janeiro, 2012. 439 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Evidência da Informação em plataformas digitais: da reflexão teórica à construção de um modelo¹

Moisés Rockembach

moises@rockembach.com

Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais – Universidade do Porto / Universidade de Aveiro (Portugal)

Resumo: Apresenta conceitos de evidência aplicável a diversas disciplinas, a partir das reflexões de Gil (1988, 1996, 1998 e 2005) em diálogo com diversos autores, convergindo para sua utilidade em Ciência da Informação. Trazemos a luz alguns modelos de informação baseada em evidência, identificando suas características, e propomos um modelo de evidência da informação em plataformas digitais, partindo de uma abordagem inter e transdisciplinar da Ciência da Informação, onde a conjunção de elementos (tipo informacional, contexto orgânico, situação, memória orgânica, interatividade e necessidade) produzem níveis variáveis de evidência, conforme reflexão de Silva (2006). A abordagem principal acontece na gênese informacional, uma das etapas de um ciclo de informação. Conclui que os elementos da evidência podem ser estudados sob quaisquer suportes, mas que as características de dinamicidade e ubiquidade da informação digital potencializam seus usos.

Palavras-chave: modelos de evidência, ciência da informação, plataformas digitais.

Information evidence in digital platforms: from the theoretical reflection to the construction of a model

Abstract: Presents concepts of evidence applicable to various disciplines, since Gil (1988, 1996, 1998 and 2005) in dialogue with several authors, converging to its usefulness in Information Science. We show some information models based on evidence and their characteristics, and propose a model of evidence of information on digital platforms, from an approach of Information Science inter and transdisciplinary, where the conjunction of elements (informational type, organic context, situation, organic memory, interactivity and need) produce varying levels of evidence, based in Silva (2006). The main approach is in the information genesis, one of the stages of a cycle of information. Concludes that the evidence elements may be studied under any supports, but the characteristics of dynamicity and ubiquity of digital information potentiate their uses.

Keywords: models of evidence, information science, digital platforms.

¹ O presente artigo representa uma síntese de um dos capítulos da tese de doutorado do autor intitulada “Modelo de evidência da informação em plataformas digitais: estudo exploratório no âmbito da Ciência da Informação”, defendida na Universidade do Porto (Portugal) em 2013.

Introdução

Conforme previu Bell (1974), vivemos em uma Sociedade da Informação, que por sua vez superou a Sociedade Industrial anteriormente preponderante. A informação sempre esteve presente nas bases da sociedade, mas o modo como hoje é produzida, processada e disponibilizada, impactada pela revolução digital e tendo seu valor agregado em termos financeiro – afinal, informação é poder e também transforma-se em dinheiro –, faz com que a infraestrutura informacional, notadamente os sistemas de informação, canais de comunicação e os profissionais específicos destas áreas (de informação e de comunicação) que lidam com o tratamento deste capital abstrato, permeiem toda a cadeia de valor nesta sociedade moderna. As plataformas digitais (que incluem os aplicativos, juntamente com os dispositivos que dão suporte a informação) e a forma como são utilizados tem um papel fundamental neste contexto.

Daqui podemos partir para uma crítica sobre a gênese informacional, ou seja, como as informações são produzidas e utilizadas para fins diferentes das quais foram originalmente criadas. Nossa abordagem parte da

evidência e seus usos nos estudos de informação. Neste sentido, uma pergunta nos inquieta, afinal, o que é a evidência? Uma palavra utilizada em diversas situações, mas ao mesmo tempo facilmente confundida com informação, com prova ou mesmo com a verdade. Para os estudos em Ciência da Informação é fundamental esclarecer como podemos utilizar a evidência como meio de qualificar a informação sob aspectos cognitivos e como forma de representação da realidade, por isto, faz-se importante buscarmos definições dessa terminologia.

Entendemos como essencial a fundamentação a partir de dois autores considerados importantes na produção do presente artigo, que em diálogo com os demais autores citados no decorrer do texto corroboram noster ponto de vista. Fernando Gil pesquisou durante muitos anos diversas características relacionadas a evidência, notadamente nos livros “Tratado da Evidência” (1996) e “Modos de Evidência” (1998), e é utilizado para trazer diversas luzes à questão. Acrescido a isto, vemos na reflexão de Silva (2006), sobre valor probatório da informação, aplicável a Ciência da Informação, a descrição de elementos que compõem níveis variáveis de

evidência, um excelente ponto de partida para discutir acerca de um modelo que suporte a evidência em plataformas digitais.

Reflexões acerca da evidência

Para compreender o conceito de evidência, precisamos primeiramente levantar junto à algumas disciplinas como elas tratam-na e a partir desta terminologia, concentrar-nos em uma forma que seja adequada aos nossos estudos de informação. Etimologicamente, temos como origem a palavra *evidentia*, proveniente do latim: possibilidade de ver, clareza, de *videre*, (MORFAUX, LEFRANC, 2005, p.214). Já segundo Soares (2000), “evidência significa luminosidade, transparência, imediatez, visão intuitiva, e conota certeza, convicção, crença inabalável” (SOARES, 2000, p.109). Gil (1998) ainda afirma que “evidência, sabemo-lo, é da família de vidência, visão, vista. A palavra vem do verbo *video: ex video* é uma vidência que vem de dentro” (GIL, 1998, p.84). Já no Direito podem existir evidência sob duas modalidades amplamente reconhecidas, o flagrante delito e a notoriedade (de duração permanente ou declarada permanente na memória coletiva), sendo que ambas

modalidades dispensam a prova (GIL, 1996). Através da Filosofia, Abbagnano (2007) também conceitua a evidência:

[...] Portanto, em toda a filosofia contemporânea que se inspira na fenomenologia, a E[vidência]. readquiriu caráter objetivo, voltando a designar a apresentação ou manifestação de um objeto como tal, qualquer que seja o objeto e quaisquer que sejam os métodos com os quais se pretende certificar ou garantir sua presença ou manifestação. Nesse sentido, Scheler falou de "E[vidência]. preferencial" para indicar as inter-relações hierárquicas e objetivas dos valores que guiam e sugerem as escolhas humanas (Formalismus, p. 87). No mesmo sentido, às vezes são qualificadas de evidentes as proposições analíticas ou tautológicas cuja verdade resulta dos seus próprios termos, como, p. ex., "O triângulo tem três lados" (ABBAGNANO, 2007, p.392).

Se por um lado, uma evidência tautológica ou axiomática não pode ser contraposta (onde podemos citar como exemplos os princípios da Matemática e da Geometria), já que deriva de suas proposições iniciais, por outro lado uma evidência que não é axiomática em seus princípios (como a informação gerada a partir da observação empírica de fatos ou fenômenos) será maior ou menor dependendo da clareza dos elementos que a compõem. A construção da evidência possui influência do sujeito produtor da informação, já que “[...] a evidência tem a sua sede no eu, é uma experiência subjetiva. Mas não tem origem no eu, e nisto reside o seu enigma” (GIL, 1996, p.241).

A evidência possui uma estrutura interna do ser humano, com dois componentes principais, observando que “a percepção é, com a linguagem, a outra estrutura da evidência” (GIL, 1996, p.59). Neste sistema, o *input* configura-se a partir dos sentidos humanos e o *output* pela linguagem, a expressão desta evidência sob forma de testemunhais, termos evidenciadores como dizer que viu, ouviu ou sentiu algo (GIL, 1996). Gil afirma que “a linguagem fixa os parâmetros da experiência [...] ela própria é de certo modo uma estrutura de evidência” (GIL, 1996, p.55).

Gil (1996) se pergunta sobre uma das questões cruciais da evidência em relação a percepção direta dos sentidos, “como a apreendemos quando nada na sensação é fixo?” (GIL, 1996, p.61). Por outro lado, relativizar totalmente a garantia de apreensão da realidade a partir dos sentidos humanos não nos parece produtivo em termos de sistematização do conhecimento, pois

a infalibilidade da percepção interna dispensa qualquer prova ou justificação, já que constitui uma evidência imediata. Duvidar deste fundamento último do conhecimento seria pôr em causa todo o edifício do saber, pois não encontraríamos qualquer outro fundamento possível (SOARES, 2000, p.111).

A partir destas observações, podemos concluir que o termo evidência

está relacionado com aspectos cognitivos, de compreensão de algum fato ou acontecimento e esta compreensão pode determinar uma mudança de crença e julgamento do sujeito sobre uma visão de mundo ou algum tema específico. É uma fonte de argumentação e qualidade de clareza da informação. A evidência ainda é

o modo de apresentação próprio ao encadeamento das razões – e não há outro modo de apresentação. Mostra-se sem se dizer e sem ser preciso dizê-lo, tal como a indicação linguística da presença (GIL, 1998, p.98).

A evidência é uma relação de certezas, onde uma vai fortalecendo a seguinte, até que a rede composta por estas certezas valide uma a outra, de tal forma que constitui-se em uma experiência de mundo, mas também em forma lógica de pensamento.

Sobre a relação entre crença e evidência, Gil diz que [...] a evidência é uma forma de crença: uma crença ‘absoluta’ à qual não nos podemos esquivar. (GIL, 1998, p.3). Entretanto, não deixa de realizar uma crítica a própria evidência, destacando o caráter alucinatório em evidenciar o mundo, pois representar o que se capta através dos sentidos humanos e comunicar através da linguagem não escapa de um processo de transformação da realidade

em algo diferente dela mesma. Como o autor cita, “[...] toda a crença revela um fundo alucinatório: crer é emprestar realidade ao que pode não ser real” (GIL, 1998, p.42).

Outro ponto fundamental na produção da evidência é o julgamento, ou o juízo, que o sujeito realiza sobre a crença. Neste interím, Soares (2000) afirma que:

Se o juízo verdadeiro deve ser medido pelo juízo evidente, isto significa que, idealmente todo o verdadeiro encontra na evidência uma espécie de idéia reguladora, um desideratum para o qual deverá tender, embora não possa identificar-se totalmente com ele, uma vez que nem todos os juízos verdadeiros são realmente evidentes. Assim a distância entre verdade e evidência deverá ser sempre mantida e, no entanto, também sempre tendencialmente superada. Numa situação epistémica ideal todos deveriam ser capazes de formular juízos evidentes; mas nessa situação difuminar-se-ia o critério para avaliar da verdade dos juízos, uma vez que a medida deixaria de ser medida, ou melhor não haveria nada a medir. É condição necessária para medir haver uma certa heterogeneidade entre a medida e o medido. (SOARES, 2000, p.116)

Para concluir esta etapa, ainda colocamos lado a lado os termos evidência e *evidence* (ing), algo que pode causar certa confusão. Gil (1998) também questiona-se “não é a evidência o fim último da prova (como aliás regista o inglês *evidence*)? Porquê opor evidência e prova?” (GIL, 1998. p.91). Geralmente, o termo *evidence* possui conotação de prova, podendo ser

utilizado legalmente para comprovar um crime. Na área forense

[...] pode constituir-se de impressões digitais em uma arma, uma faca ensanguentada, ou um vestido manchado de sêmen: a evidência, é, paradigmaticamente, o tipo de coisa que se pode colocar em um saco plástico e rotular como ‘Evidência A’² (KELLY, 2008).

Na evolução da prática jurídica, a prova adquire um novo *status*,

o regime das provas legais ou *statutory proofs*. No âmbito da prova judiciária, estas diferentes mutações realizam a passagem do ‘oral’ ao ‘escrito’ que é o sentido epistemológico de uma modernidade anunciada [...] (GIL, 1988, p.39).

Desta forma, salientamos que o uso que enxergamos na evidência não está condicionado à questão comprobatória ou normativa, características da prova. A evidência pode vir a ser fonte de prova, consoante as necessidades legais, de legitimação e exercício do poder, contudo, o que propomos é um modelo que tenha enfoque na informação, conferindo-lhe clareza e qualidade, atributos que podem ser identificados na evidência.

² For the forensics expert, evidence might consist of fingerprints on a gun, a bloodied knife, or a semen-stained dress: evidence is, paradigmatically, the kind of thing which one might place in a plastic bag and label ‘Exhibit A’. (KELLY, 2008). Disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/evidence/>>. Acessado em 14 fev. 2012.

Um modelo de evidência da informação em plataformas digitais

O tema da informação baseada em evidências não é totalmente novo, pois inicia-se com a Medicina Baseada em Evidências, que por sua vez estendeu-se a diversas especialidades médicas e inclusive a área específica do estudo da informação, a partir da Biblioteconomia Baseada em Evidência (HJØRLAND, 2011, p.1301). A seleção da informação mais adequada aos procedimentos médicos, caso da Medicina Baseada em Evidências, mas também aplicável à áreas distintas, depende cada vez mais do auxílio dos mediadores (profissionais da informação) além dos usuários finais. Eldredge exemplifica que “cardiologistas devem ter as evidências em mãos para apoiar suas decisões de empregar procedimentos, como uma cateterização. Bibliotecários, da mesma forma, são chamados com frequência cada vez maior para fornecer a evidência solicitada” (ELDREDGE, 2000).

Estas propostas possuem suas vantagens e desvantagens. No caso da Biblioteconomia Baseada em Evidência, podemos citar a melhoria das técnicas (utilizando a melhor evidência possível com base nos métodos quantitativo e

qualitativo), o incentivo a estratégias de pesquisa rigorosas para apoiar decisões que afetam a prática biblioteconômica, o incentivo a comunicação através da revisão por pares, a representação de uma abordagem global para a busca de informações e desenvolvimento do conhecimento e ainda, na ausência de uma resposta satisfatória, aderir a tabela de hierarquia de evidência, dando prioridade aos níveis mais elevados de evidência disponível (ELDREDGE, 2000). Entretanto, há desvantagens em seguir estritamente este modelo, devido ao caráter empírico e positivista que se impõe ao escolher a melhor evidência, notadamente quando, em uma hierarquia de níveis de evidência (*ibid*), as pesquisas qualitativas (discussões de grupo, observações etnográficas, histórico, etc.) situam-se em 9º nível, correspondente ao último lugar desta classificação. Isto significa que, em uma hierarquia de valores, o qualitativo corresponde ao menos evidente, o que pode produzir um efeito de ocultação ou opacidade de bons resultados de pesquisa. Deste modo, não podemos nos furtar de uma crítica ao modelo, posto que “a questão da ‘melhor evidência’ é um problema da Teoria da Ciência” (HJØRLAND, 2011, p.1303) e a

vigilância crítica se faz aqui necessária. O jogo de legitimação da informação (o ato de fazer prova) e a credibilidade da autoria também podem estar implícitos nesta hierarquização.

Nosso modelo, entretanto, não provém dos acima relatados, tendo sido construído a partir da análise conceitual e da composição de elementos que possam suportar a evidência da informação. Com principal fundamento na literatura em Ciência da Informação, e auxílio de diversas ciências correlacionadas, e tendo como base modeladora o Paradigma da Complexidade (MORIN, 1990, 2005), o Paradigma Tecnológico (CASTELLS, 2005) e o Paradigma Pós-Custodial (SILVA, RIBEIRO, 2002), projetamos a elaboração de um valor de evidência da informação a partir de uma reflexão sobre o valor probatório descrita no Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (DeltCI):

No entanto, para a Ciência da Informação trans e interdisciplinar que defendemos, o contributo evidencialista ou probatório da Arquivística é útil desde que equacionado por uma soma complexa e fundamental, a saber: tipo informacional + situação + contexto orgânico + memória orgânica + necessidade + interatividade = níveis variáveis de evidência (entendida como um importante componente de idéias acerca da natureza do processo pelo qual o ser humano constrói e usa argumentos). (SILVA, 2006, p.167).

A reflexão acima parte desta visão trans e interdisciplinar, essencial para o estudo de um objeto – em nosso caso a informação – que permeia diversas ciências. Podemos constatar mais um contributo da reflexão, que é o uso da evidência como fonte de construção de argumentos e que esta fonte deve ser composta por vários elementos que, se sistematizados e possuírem um alto valor informacional, podem favorecer os aspectos cognitivos sobre determinado assunto, objeto ou acontecimento.

Sobre o ambiente escolhido para análise, as plataformas digitais, vemos por um lado que a adoção massiva deste meio demonstra uma convergência para o digital, com um novo comportamento por parte do sujeito que interagia com a informação em papel e agora vê novas possibilidades com o suporte eletrônico, que conforme Lévy (1996) possui na virtualidade uma potencialidade superior, alargando as fronteiras do tempo e espaço. As plataformas digitais são mais do que simplesmente o suporte da informação, envolvem maior dinamicidade, virtualidade, interatividade, ubiquidade e disseminação, se comparadas com os suportes analógicos. Por outro lado, os suportes digitais não acabaram com os suportes analógicos, da mesma

forma que os meios de comunicação anteriores a digitalização dos conteúdos (jornal, rádio, televisão, etc.) não se extinguiram com a internet, coexistindo e complementando-se na função de informar.

Vejamos portanto os seis elementos que compõem a evidência da informação em plataformas digitais.

Tipo Informacional

Iniciando pelo tipo informacional, buscamos a conceituação de Silva (2006), que descreve abaixo:

Um tipo informacional, diferentemente do tipo documental, é apenas a unidade de sentido (representações mentais e emocionais) formatada ou tecida por um código (palavras, imagens, números, notação musical, etc.) e por um nexos lógico ou estético (a estruturação específica deste código) (SILVA, 2006, p.165).

Três componentes representam o tipo informacional, primeiramente significa a representação de idéias elaboradas pelo cérebro humano, que a partir do segundo componente, a codificação desta informação para sua posterior comunicação, juntamente com o terceiro componente, a sistematização destes códigos de forma semanticamente compreensível (o nexos lógico ou estético) complementa a descrição acima. Isto nos leva a análise do que

representa o conteúdo informacional resultante deste processo, uma análise semântica onde a vigilância epistêmica (a apreensão crítica do processo de gênese informacional e das intencionalidades, tanto do produtor, quanto daquele que faz uso da informação) tem papel fundamental para a produção de um alto nível de evidência.

Esta crítica presente na vigilância epistêmica é intrínseca à análise da evidência. Definir algo como verdadeiro ou falso é arbitrário no âmbito do conhecimento e depende tanto de parâmetros pré-estabelecidos quanto das práticas de poder:

[...] a consequência disso é que o vínculo direto comumente admitido entre conhecimento e verdade é desfeito na medida em que ‘em si mesma, a verdade é apenas um efeito – e o efeito de uma falsificação que nomeamos pela oposição entre o verdadeiro e o falso’. A verdade é produzida no jogo histórico das práticas concretas de poder (FOUCAULT apud CANDIOTTO, p.58)

O questionamento sobre o conteúdo informacional é importante, tanto quanto a congruência das afirmações feitas no decorrer da argumentação. Gil afirma que “A evidência é a de uma ordem das coisas onde as expectativas cognitivas devem principalmente encontrar satisfação e

que, por assim dizer, inclui o conhecimento que dela se tem. Ela é *index sui et veri* (GIL, 1996, p.46). Ele chama de ‘indicadores epistêmicos’ um “contínuo que vai da maior à menor evidência e desta à probabilidade e à surpresa” (GIL, 1998, p.81). O autor exemplifica com exemplos, no extremo positivo, termos como ‘é evidente’, ‘evidentemente’, ‘sem dúvida’, ‘inquestionavelmente’, entre outros, que compõem uma expectativa plenamente satisfeita do sujeito com a evidência. Enquanto isso temos no extremo oposto, por exemplo, ‘estranhamente’ ou ‘bizarramente’, que mostra um preenchimento da expectativa da evidência em aberto. Ainda entre os dois extremos podemos observar termos como ‘claro’, ‘é manifesto’, ‘mais ou menos’ ‘possivelmente’, ‘talvez’, ‘apesar de’, entre outras (*ibid*).

Por sua vez, a produção de um conjunto de informações validadas como evidentes por uma área específica configura-se o que Gil (2005) nomeou como comunidade epistêmica, o exercício pelos especialistas de um domínio sobre determinada disciplina ou campo de conhecimento (GIL, 2005). A legitimação das informações pela comunidade epistêmica também pode

configurar-se como prova, consoante as necessidades de produção informacional.

Além disto, a análise da composição dos tipos informacionais pode ser feita a partir de séries, que em Ciência da Informação configura-se em uma

sequência informacional seja qual for o suporte [...] que tanto pode ser modelada pelos ditames da produção (seja burocrática ou administrativa, científica, técnica, literária, etc.), como pelos do uso/recuperação, sendo ambos válidos (SILVA, 2006, p.160).

Contexto Orgânico

Por sua vez, o contexto refere-se a toda infraestrutura que envolve a produção, usos e fluxos da informação. Este contexto favorece a formação de uma infosfera (FLORIDI, 2010), conceito que remete a biosfera, contudo baseado em informação, que inclui o ciberespaço (configurando-se em um espaço digital da informação), mas se projeta além disto, pois a infoesfera inclui também os espaços analógicos da informação. Silva (2006) traz uma terminologia sobre contexto, aplicável ao nosso estudo:

[...] define-se como uma unidade agregadora de elementos materiais (um edifício, um ou mais aposentos quaisquer que constitui cenário para a ação info-comunicacional), tecnológicos (mobiliário, material de escritório, computadores com ou sem ligação a Internet, etc.) e simbólicos (o estatuto e os papéis desempenhados pelas pessoas ou actores

sociais) que envolvem o(s) sujeitos de ação info-comunicacional através de momentos circunstanciais delimitados cronologicamente (situação). (SILVA, 2006, p.144)

Silva (2006) ainda classifica o contexto em dois tipos, o orgânico e o efêmero, sendo o orgânico dividido entre institucional e informal. Já o contexto efêmero “[...] possui uma variedade de graus que vão do mais acidental e volátil [...] até o mais perene e regulado [...]” (SILVA, 2006, p.145). Vasconcellos (2008) complementa o papel do contexto dentro de uma teoria sistêmica, afirmando que “Contextualizar é reintegrar o objeto no contexto, ou seja, é vê-lo existindo no sistema. E [...] colocando o foco nas interligações, veremos este sistema interagindo com outros sistemas” (VASCONCELLOS, 2008, p.112).

O contexto torna-se a estrutura que suporta a continuidade da evidência e uma das estruturas que mais identifica as plataformas digitais são os hiperlinks utilizados no seu desenvolvimento. No contexto digital, hiperlinks não representam somente um endereçamento de um site para outro. É um caminho que o autor da informação aponta, mas também é toda a influência e poder de convencimento que ele utiliza para que os demais sujeitos interagentes da

informação trilhem este caminho. Este poder e influência é exercido de uma forma mais ou menos convincente, dependendo da credibilidade do autor ou da forma que o hiperlink se insere no conteúdo informativo. Este aspecto liga-se nomeadamente ao do conceito de interatividade, outro dos elementos da evidência e que será visto posteriormente.

A quebra ou perda de hiperlinks também é a perda de contexto da informação, pois afeta diretamente a estrutura de conexão entre dados. Por isto também é importante a preservação do contexto das interfaces, das estruturas hipertextuais e dos bancos de dados, pois é fundamental para a recuperação da informação, relacionado ao elemento memória que veremos adiante.

Situação

Recorremos novamente ao DeltCI para conceituarmos “situação”:

Em comportamento informacional identifica o estado circunstancial, temporário, de duração mais ou menos reduzida e contínua, que dá historicidade à ação informacional propriamente dita. Definida, assim, leva vantagem sobre o sentido ambíguo e demasiado abrangente usado na “teoria das situações” adaptada e divulgada por Keith Devlin (DEVLIN, 2000:60). Quando um contexto é demasiado efêmero confunde-se com situação, mas, em geral, cada contexto orgânico compreende um número ilimitado de situações e é dentro destas que se desenrolam

as atitudes e as necessidades comportamentais dos sujeitos face à informação. (SILVA, 2006, p.163)

A situação ou conjunto de situações localizam um evento ou acontecimento no tempo e juntamente com o contexto delimitam as condições de produção da informação. Uma situação, como citado por Silva (2006), traz historicidade à ação informacional e seu início e fim podem ser limitados a eventos ou fatores marcantes dentro de um período de tempo. No âmbito da evidência, compreender as condições que desencadearam a produção informacional, unindo contexto com a situação, torna possível o estudo da intencionalidade e das necessidades do autor em produzir determinada informação, tanto em um ambiente individual, quanto coletivo ou institucional.

Memória Orgânica

A memória é talvez um dos aspectos mais presentes nos estudos de informação, pois remete a recuperação daquilo que foi produzido e armazenado, independente do seu formato ou suporte. Há uma busca crescente em melhoria de técnicas ou tecnologias capazes de acelerar o processo de recuperação da informação e a filtragem de acordo com

as necessidades dos usuários. Mas vejamos primeiro uma reflexão advinda da Filosofia, partindo de Morfaux e Lefranc (2005):

MEMÓRIA (lat. memória de meminisse, ter no espírito, lembrar-se) Relação do homem com o seu passado e consciência que ele toma disso. A memória pode ser individual (lembranças, história pessoal) ou coletiva (história mas também lenda e mito). Nos dois casos intervêm os “quadros sociais da memória” (expressão de M. Halbwachs) como os calendários, os rituais religiosos ou cívicos, etc. Na psicologia tradicional das faculdades, a memória é descrita ou antes reconstituída segundo quatro graus: fixação, conservação, chamamento ou evocação, reconhecimento, o que poderia descrever a prática de um arquivista. O termo memória utiliza-se também sempre que há ausência de consciência do passado ou consciência muito incerta (v. Reminiscência) (MORFAUX, LEFRANC, 2005, p.390)

Há implícito neste conceito mais de um uso do termo memória, desde a construção da memória coletiva de Halbwachs (1990) até a memória vista sob perspectiva psicológica trazendo ainda uma metáfora às atividades tradicionais de um arquivista. Trazemos também um conceito aplicável a Ciência da Informação a partir de Silva (2006):

Engloba a pessoal e a institucional e consiste na capacidade de acumular informação em condições de uso imediato. No caso da memória institucional ou externa ao ser humano as condições de uso fácil e rápido pressupõem as técnicas de descrição (inventariar e catalogar) e de criar classes lógicas (classificação) e descritores (indexação e elaboração de thesaurus) que possibilitam

uma recuperação fina e exaustiva do conteúdo (informação). Não há memória sem preservação, mas esta só se justifica por critérios internos, ou seja, que decorrem da actividade e das necessidades orgânico-funcionais do produtor/receptor. (SILVA, 2006, p.154)

A escrita tornou-se uma forma de expressão, comunicação e expansão da memória, representada neste caso pelos registros e documentos, pessoais e institucionais. Entretanto, mais do que o suporte, o conteúdo informacional é o fator preponderante de resgate do passado. O documento representa a prova e frequentemente adquire um *status* de verdade na reconstrução dos fatos, algo que, se não bem administrado, através de uma vigilância crítica, transforma-se de acordo com seus usos e torna-se o que Le Goff chamou de documento/monumento, “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2004. Vol.1, p.103)

Já no que se refere ao ambiente das plataformas digitais, a memória não é desmaterializada, mas virtualizada. A desmaterialização da informação, termo muito utilizado hoje em dia quando trabalhamos sobre a convergência digital

dos conteúdos, é um conceito que não leva em consideração o fato da informação existir ou transferir-se para outro suporte material (armazenada nos discos rígidos, ópticos, etc.) e representada em *bytes*. Entretanto, a informação não é só material, mas também torna-se virtual, com novas possibilidades de criação, compartilhamento e reedição. A preservação da memória também ocorre de forma diferente, se comparado com os meios aplicáveis aos suportes tradicionais da informação:

Se até o momento a categoria ‘preservação’ assegurava a memória dos registros do conhecimento, sobretudo na Ciência da Informação, com o advento do ciberespaço percebe-se que a preservação não atende satisfatoriamente a memória virtual, devido a complexidade das novas representações, dada a virtualidade, tanto dos signos, quanto da mídia (MONTEIRO, *et al.* 2008, p.18)

Em uma memória onde não se identifica a letra do autor (informação digital), onde não se identifica a fala do autor (escrita coletiva) e mediada pela *web 2.0*, outro fator que se sobressai e constitui-se no próximo elemento da evidência é justamente a interatividade presente nas plataformas digitais.

Interatividade

A interação é um dos três componentes da Teoria Sistêmica (jun-

tamente com sistema e organização) e que por sua vez "[...] exprime o conjunto das relações, ações e retroações que se efetuam e se tecem num sistema." (MORIN, 2005, p.265). Silva (2006) ainda complementa que "em sentido literal a interação é uma acção recíproca de dois ou vários agentes" (SILVA, 2006, p.151).

Há, segundo Primo (2005), um deslocamento da visão sobre um sistema quando trabalhamos o aspecto da interação, pois "[...] o foco se volta para a relação estabelecida entre os interagentes e não nas partes que compõe o sistema global." (PRIMO, 2005, p.2). Silva (2006) traz como definição:

Nesta dimensão humana e social ressalta a evidência da comunicação ser ou consumir-se plenamente como interação. E por esta via encontramos o conceito interactividade em Informática: Neologismo utilizado para designar o grau de interacção entre o utilizador e o sistema informático durante um processamento em modo conversacional (MORVAN, 1988: 189). Alargando o âmbito de modo a integrar conceitos como o de usabilidade, participação, partilha e intencionalidade mais ou menos orgânica, a interactividade é apropriável, como conceito operativo pela Ciência da Informação, nomeadamente em modelos teórico-práticos como o SIAP (Sistema de Informação Activa e Permanente). (SILVA, 2006, p.151)

Em plataformas digitais esta interação pode acontecer entre pessoa-computador (LE COADIC, 2004, p.47) ou pessoa-computador-pessoa (LE

COADIC, 2004, p.48), sendo que o computador é equivalente a quaisquer dispositivos digitais, fixos ou móveis, que possuam interface com o sujeito/usuário e que possibilitem a interação.

Com a ressalva destacada por Primo (2008), apontando que os usos tecnicistas e mercadológicos tornaram muito popular a expressão interatividade, associada a programas informáticos, publicidade, até o meio acadêmico, sob distintas terminologias, pretendemos que este termo seja aqui delimitado pela construção colaborativa de conteúdos, principalmente em plataformas digitais. Ainda levamos em conta a aceção de Almeida (2003) que acredita que interações mediadas, interação face a face e interação quase mediada (cf. THOMPSON 1998, p.80 *apud* ALMEIDA, 2003), são o fundamento da interatividade, pois "objetiva fundir em apenas uma forma de interação as características existentes nos três tipos de interação" (ALMEIDA, 2003).

Necessidade

O indivíduo contemporâneo e digital demonstra necessidade de elaborar seus planos e organizar seu dia

através do vasto conhecimento disponível nas plataformas digitais. Esta necessidade de informação, que pode ser espontânea ou induzida, é expressa pelo conceito abaixo:

Em Psicologia este conceito tem a ver com motivação e engloba as "forças" que impelem os indivíduos para algo, podendo ser de vários tipos, desde as biológicas/fisiológicas até às de auto-realização. Em Ciência da Informação e mais especificamente em comportamento informacional o conceito não perde essa base psicológica, embora corresponda a um vector (constituído por um ou vários impulsos de ordem diversa) que predispõe ou orienta directamente um individuo a buscar e a (re)produzir Informação em determinada situação dentro de um determinado contexto tendo como pano de fundo um meio ambiente. (SILVA, 2006, p.156)

Os estudos de comportamento informacional dos usuários são a fonte principal para a elaboração ou melhoria dos sistemas de informação, já que gerarão dados relativos as necessidades informacionais destes sujeitos. Silva (2006) exemplifica que este comportamento informacional tem relação com "[...] o modo de ser ou de reagir de uma pessoa ou de um grupo numa determinada situação e contexto, impelido por necessidades induzidas ou espontâneas" (SILVA, 2006, p.143). Para o aspecto da evidência, o mais importante é definir se a fonte de informação evidenciada cumpre com os objetivos de informar, isto é, possui

clareza e completude, além de satisfazer as necessidades informacionais.

Partindo da pesquisa de doutorado sobre evidência da informação (ROCKEMBACH, 2013) apresentamos o modelo que exemplifica as relações entre os elementos da evidência anteriormente citados:

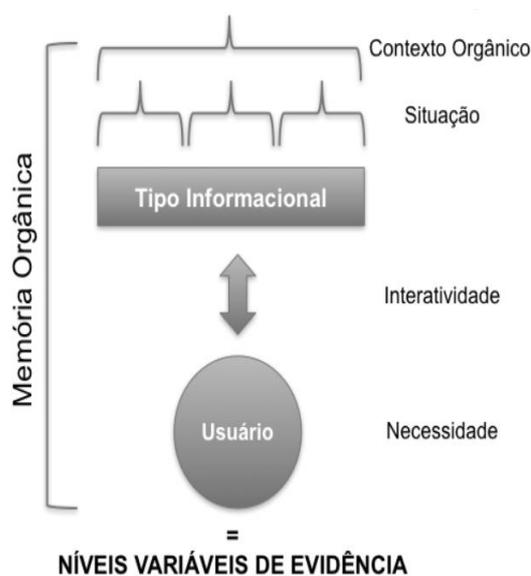


Figura 1 – Modelo de evidência da informação

Enquanto que o *input* do sistema parte da necessidade informacional do usuário/sujeito da interação, juntamente com o tipo informacional que é gerado, o *output* corresponde aos níveis variáveis de evidência, que permite a Ciência da Informação

[...] em vez de controlar a veracidade da informação que se produz ou usa, acompanhar/estudar como vai sendo agregada

verdade, inverdade e outros ingredientes semânticos, em suma, mais e mais informação ao longo de um processo tão dinâmico, quanto infundável (SILVA, 2006, p.167).

A pergunta que fica aqui é: como medir os indicadores destes elementos da evidência? Este modelo não procura determinar valores numéricos por escala às fontes de informação, pois isto tornaria o modelo rígido e consequentemente geraria discrepâncias, consoante o tipo de informação a ser analisada. Por outro lado, procuramos fazer uma escala onde levamos em conta os elementos de evidência e em como a informação se aproxima ou distancia dos parâmetros considerados ideais para uma evidência com completude, clareza e qualidade de informação. Níveis de evidência em maior grau podem ser atingidos levando em consideração uma série de perguntas relativas:

- a vigilância epistêmica;
- a forma de apresentação da informação;
- a completude das informações;
- ao cumprimento dos objetivos de informar;
- a credibilidade da autoria;
- a organização e recuperação da informação;

Para tanto apresentamos abaixo as variáveis (elementos da evidência) e seus respectivos indicadores:

Tabela 1 – Variáveis da evidência e seus indicadores

Varíavel	Indicadores
Tipo informacional	Avaliar tanto as informações conforme sua função, quanto à validade do seu conteúdo (vigilância epistêmica)
Contexto	Avaliar como são apresentadas as informações e seus componentes externos (que o contextualizam)
Situação	Avaliar se a informação possui historicidade (data de criação/atualizações)
Memória	Avaliar como são organizadas e preservadas as informações para os usos da evidência (recuperação da informação)
Interatividade	Avaliar nível de interatividade proporcionado na produção e fluxos da informação, além dos dispositivos e aplicativos utilizados (mobilidade e comunicação)
Necessidade	Avaliar se a busca da informação é satisfatória (se as fontes são evidentes)

A proposta apresentada tem por princípio relativizar os usos da informação como evidência e com crítica sobre a gênese informacional. Os indicadores apontarão para uma maior evidência desde que os elementos apresentem aspectos positivos relacionados as avaliações realizadas. Consequentemente, aspectos negativos

representaram uma menor evidência da informação.

Relativo ao elemento tipo informacional, a avaliação é realizada sobre as informações quanto sua função e validade do seu conteúdo, considerando a vigilância epistêmica da parte do usuário. Esta avaliação envolve:

- Conferência da veracidade da informação com outras fontes;
- Citações de dados científicos ou referências;
- Identificação de equilíbrio e da imparcialidade da informação;
- Capacidade do usuário em separar as informações opinativas das que contém relatos de fatos acontecidos. Por outro lado, implica em saber que essas opiniões podem representar certa visão de mundo e que nem sempre o relato de fatos é totalmente verídico;
- Avaliação quanto à objetividade da informação publicada;
- Capacidade do usuário na crítica da veracidade das fontes de informação, quanto à credibilidade dessas fontes, pois a credibilidade conferida aos

produtores, nem sempre significa veracidade na informação.

A vigilância epistêmica é exercida avaliando as fontes de informação, se cumprem o objetivo de informar ou, por outro lado, se produzem desinformação ou falha na informação³.

Neste sentido é avaliado:

- I. Se o autor representa ter conhecimento sobre o assunto e se pesquisou o tema em questão ou apenas está reproduzindo o conteúdo, sem reflexão crítica sobre a informação. Desta forma, poderá gerar falha na informação, de forma não-intencional (*misinformation*);
- II. Se o autor está manipulando a informação intencionalmente, produzindo desinformação (*disinformation*).

No contexto orgânico é importante identificar como a informação é representada em termos de:

- *Design*;

³A informação geralmente é representada pelo seu aspecto positivo, cumprindo sua função de informar. Contudo, há aspectos negativos da informação, a desinformação (*disinformation*) e a falha na informação (*misinformation*), onde a primeira tem cunho intencional na função de desinformar e a segunda não-intencional (Cf. FLORIDI, 2010).

- Formatação;
- Existência de revisão de ortografia;
- Componentes externos: metadados, *cookies*, etc

Boa formatação, boa ortografia e design com usabilidade e acessibilidade, agregam maior credibilidade e consequentemente aumentam a clareza e evidência da informação. A adição de componentes externos, que registrem dados sobre a informação disponibilizada (metadados) ou sobre o acesso (*cookies*), por exemplo, também auxiliam em uma melhor contextualização da informação.

Quanto a situação, a historicidade da informação torna possível identificar a reconstrução de um acontecimento passado no tempo. Para isto torna-se importante verificar a existência dos itens a seguir:

- Data de criação da informação;
- Datas de atualização da informação;
- Dependendo da informação, a vigência do conteúdo, determinando o seu valor de uso.

A temporalidade da informação tem relação com o contexto em que foi

produzida e para uma maior evidência é importante que estas informações sejam ostensivas e de fácil visualização.

Avaliar como as informações são organizadas, preservadas e recuperadas tem ligação com o elemento memória, sendo importante conhecer:

- Sistema de organização da informação;
- Condições de navegação em plataformas digitais;
- Instrumentos de recuperação de conteúdo;
- Formas de indexação das informações;
- Adoção de medidas para preservação e recuperação futura da informação.

Sistemas com informação indexada, organizada e com facilidades de recuperação e uso produzem melhores condições para a evidência, bem como formas facilitadas de navegabilidade em plataformas digitais.

A interatividade avalia tanto os canais de comunicação utilizados, como os dispositivos e aplicativos disponibilizados, com o intuito de proporcionar maior mobilidade dos sistemas informacionais. São levados em consideração:

- Dispositivos digitais utilizados e potencialidades de mobilidade;
- Aplicativos utilizados, identificando o tipo de comunicação (síncrona ou assíncrona) e frequência de uso;
- Recursos interativos utilizados nas plataformas, tais como comentários de usuários ou produção colaborativa de conteúdo.

Um maior nível de interatividade proporcionará um nível de evidência equivalente, já que compartilhar a informação⁴ e contar com comentários ou contribuições de diversos usuários possibilita a construção de uma informação baseada em evidências.

A necessidade informacional, por fim, é ligada a satisfação dos usuários quanto as fontes de informação pesquisadas e as preferências na busca. Nas plataformas digitais incluem-se pesquisas em:

⁴ É compreensível que certas informações, por força da Lei ou por opção, não possam ser compartilhadas, notadamente aquelas relativas à informações pessoais, financeiras, estratégicas (empresariais), segredos de Estado ou de Justiça. Entretanto, a interatividade traz uma maior discussão sobre as informações, contribuindo com novas abordagens, opiniões e pontos de vista, tornando-as mais claras e portanto evidentes. O problema, portanto, não reside na disponibilização ou interatividade sobre a informação, mas nos maus usos potenciais.

- Arquivos, bibliotecas ou repositórios digitais;
- *Sites e blogs* institucionais;
- Enciclopédias digitais e fóruns temáticos;
- Redes sociais;
- Páginas de busca, entre outros...

A cada fonte de informação é conferida um certo tipo de credibilidade e confiança por parte do usuário. Da mesma forma, a avaliação quanto a frequência de pesquisa de cada fonte, consoante o tipo de informação, nos indica características relevantes do comportamento informacional.

Considerações finais

Os elementos da evidência podem ser estudados sob quaisquer suportes, entretanto a informação produzida e utilizada em plataformas digitais, por possuir características de dinamicidade e ubiquidade, potencializa os usos. A convergência da informação para o digital, observada em toda a sociedade, contribui para esta abordagem.

A vigilância epistêmica é fundamental para esta filtragem da informação de qualidade, assim como estar atento e procurar produzir a

informação com a maior completude possível, através dos elementos da evidência (tipo informacional, contexto orgânico, situação, memória orgânica, interatividade, necessidade). A informação de qualidade passa por diminuir a dúvida e uma boa forma de eliminar a dúvida consiste em tornar clara a informação, evidenciando-a.

Os pontos principais a serem observados na evidência da informação passam por esta vigilância epistêmica contínua, tanto dos mediadores (profissionais da informação), quanto dos usuários. Também abrange a análise das fontes de informação, a disponibilização da informação com ampla interatividade, garantindo que se possa acrescentar e melhorar a qualidade informacional, verificação de como esta informação é apresentada, seu contexto, historicidade e como ela é organizada e acessada. Trazer a informação para a evidência – torná-la evidente – é importante para que todo sistema de informação possua mais qualidade, tanto na produção, quanto na recuperação dos dados.

Neste sentido, os profissionais da informação podem servir de mediadores da informação como evidência, planejando e construindo sistemas que

levem em consideração os elementos que constituem o modelo e auxiliando os usuários a encontrar informação evidente e de qualidade.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2007.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. “Novas Tecnologias e Interatividade: além das interações mediadas.” **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** v.4 n.4, agosto, 2003. Disponível em <http://www.dgz.org.br/ago03/Art_01.htm> Acesso em 14 jan. 2012.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1974.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Volume I. 8ª edição. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ELDREDGE, Jonathan D. Evidence-based librarianship: an overview. **Bull Med. Libr. Association** October; 88(4), 2000. Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC35250/>> Acesso em 20 ago. 2012.

FLORIDI, Luciano. **Information: A very short introduction**. New York: Oxford University Press. 2010.

GIL, Fernando. **Acentos**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

_____. **Modos da evidência**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

_____. **Tratado da evidência**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

_____. **Provas**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HJØRLAND, Birger. "Evidence-Based Practice: An Analysis Based on the Philosophy of Science." **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, 62(7) (2011): 1301–1310. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.21523/abstract>> Acesso em 04 jan. 2013.

LE COADIC, Yves. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **ENCICLOPEDIA EINAUDI**, v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo, Ed. 34, 1996.

MONTEIRO, Silvana Drumond *et al.* A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** v.9 n.6, dezembro, 2008. Disponível em <http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art_02.htm> Acesso em 10 fev. 2013.

MORFAUX, Louis-Marie, LEFRANC, Jean. **Novo Dicionário da filosofia e das Ciências Humanas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2005.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. **Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador**. 2005. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/limc/pesquisa.html>> Acesso em 12 fev. 2013.

ROCKEMBACH, Moisés. **Modelo de evidência da informação em plataformas digitais: estudo exploratório no âmbito da Ciência da Informação**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Porto, 2013.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação**: da compreensão do fenômeno a construção do objeto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da;
RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2006.

SOARES, Maria Luísa Peres Couto. Evidencia e sujeito. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**. nº 13. 2000, Ed. Colibri, Lisboa

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

Prolegômenos para a construção do conceito documento arquivístico¹:

Parte I – Da concepção essencialista e teórico-relacional

Rodrigo Rabello

rdgrabello@yahoo.com.br

Doutor em Ciência da Informação pela UNESP e pós-doutor pelo IBICT

Resumo: Com vistas a contribuir para a construção da acepção de documento arquivístico, buscou-se trazer um panorama sobre pressupostos essencialistas e teórico-relacionais tocantes ao conceito, contemplando construtos influenciados por reminiscências do “espírito positivo” do século XIX. Para tanto, o percurso teórico-conceitual abordado tomou como parâmetro a noção de “conhecimento objetivo”, na filosofia, e as noções de “forma documental”, na diplomática, de “testemunho”, na historiografia, de “prova”, no direito, e de “origem e organicidade”, na arquivística. À luz dessa trajetória, chegou-se ao caráter relacional da noção objetiva de documento arquivístico a partir de sua natureza jurídica, administrativa e histórica.

Palavras-chave: Documento; Arquivística; Interdisciplinaridade.

Prolegomena for building archival document concept

Part 1: of the essentialist and theoretical-relational concept

Abstract: In order to help build meaning for the term ‘archival document’, a panorama presents itself here on essentialist and theoretical-relational assumptions regarding this concept, dwelling on constructs influenced by reminiscences of the 19th century “positive spirit”. With that intent, the theoretical-conceptual course taken adopts, as parameters, the notions of “objective knowledge” from Philosophy; “documental form” from Diplomats; “testimonial” from Historiography; “proof” from Law; and “origin and organicity” from Archivistics. This led to the relational character of the objective notion of archival document from its juridical, historical and business nature.

Keywords: Document; Archivistics; Interdisciplinarity.

¹ O presente texto traz parte das reflexões iniciadas na pesquisa de doutorado intitulada “A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da ciência da informação”, defendida em 2009 na UNESP/Marília e que contou com o financiamento da FAPESP.

Introdução

No campo das ciências sociais e da filosofia da ciência tem sido recorrente a polarização de concepções teóricas que defendem que o conhecimento científico ou se estabelece a partir de uma positividade orientada para o desvelamento da essência dos fenômenos ou se forja de positivities que estabelecem alguma relação e/ou estão tensionadas por demandas de saber que envolvem questões tocantes, por exemplo, à linguagem, à cultura e à política.

Tais discussões têm aberto caminho para a reflexão sobre as bases epistemológicas que vêm conduzindo a produção de conhecimento em distintos campos do saber. Considerando a arquivística como cenário e o documento arquivístico como objeto, pretende-se abordar aspectos orientadores da produção de conhecimento neste campo à luz de uma dimensão interdisciplinar. Entende-se que o conjunto de noções preliminares tangentes ao documento possa ilustrar a conjectura de demarcações de quadros teóricos da arquivística que abordam positivities em posicionamentos essencialistas ou, noutra direção, reticentes ou contrários a essa acepção.

Partindo de um recorte teórico sem grandes pretensões genealógicas, compreende-se que a abordagem essencialista em questão encontra um de seus principais fundamentos no “espírito positivo” do século XIX que concebe o conhecimento como algo objetivo e, em particular, na corrente filosófica que melhor traduziu este “espírito” – o positivismo. O encontro da essência, sob essa concepção, depende dos métodos e do conhecimento científico. O papel do cientista, nesse contexto, seria de representar a essência do objeto estudado por intermédio de formalismo lógico e metodológico e de teoria e linguagem apropriada.

No presente texto, objetiva-se analisar um panorama sobre a construção teórica essencialista de documento arquivístico por meio de um percurso que privilegia a relação da arquivística com outros campos do saber, resgatando reminiscências do referido “espírito positivo”. São apreciados, portanto, elementos teóricos de disciplinas que têm como pano de fundo norteador a noção de objetividade do conhecimento científico refletida na concepção de documento objetivo.

Os elementos teóricos referenciados ao quadro relacional proposto

correspondem à noção de “conhecimento objetivo”, na filosofia, e às noções de “forma documental”, na diplomática, de “testemunho”, na historiografia, de “prova”, no direito, e de “origem e organicidade”, na arquivística.

Da objetividade do conhecimento: contribuições da filosofia

A corrente filosófica do século XIX que defende a ideia estrita de objetividade do conhecimento e que, sob esse viés, subsidia o estudo de fenômenos sociais por meio da ciência é denominada de positivismo e tem como principal expoente o filósofo francês Auguste Comte.

Nas obras *Opúsculos de Filosofia Social*, em particular, no opúsculo de 1822, e *Curso de filosofia positiva*, de 1842, o filósofo elenca alguns parâmetros de cientificidade a ser empregados no campo dos estudos sociais. Essa orientação abrange a filosofia da história e a investigação de fenômenos sociais, fornecendo-lhes bases teóricas e sugerindo suposta igualdade ao estatuto de positividade evocado para si pelas ciências da natureza.

Para tanto, o filósofo dialoga com distintas concepções teóricas para

estabelecer aspectos norteadores de sua teoria política. Se por um lado Comte problematiza a concepção metafísica de filósofos como Rousseau, sob a alegação de que estes simplesmente buscavam “[...] recriar os fatos de forma imaginativa” para explicar a origem e o desenvolvimento da sociedade, por outro ele se identifica com a defesa da “[...] observação rigorosa e objetiva dos fatos”, preconizada por Condorcet (BENOIT, 1999, p.138).

A ideia de rigidez no processo de construção de conhecimento científico no positivismo decorre da objetividade reivindicada pelas ciências naturais. Deste arquétipo de ciência, para Comte, desdobrariam os instrumentos para a realização da observação dos fenômenos sociais. Sob essa concepção, a observação deve ser realizada com a ausência de emissão de juízo de valor, ou seja, com o exercício da neutralidade do observador. Nessa direção, a fonte de apoio da observação – a “prova científica” – seria aquela dotada de força persuasiva e de credibilidade. A produção de conhecimento, segundo Comte, deve ter no cientista a única autoridade política munida de fundamentos razoáveis e críveis.

No *Opúsculo* de 1822, Comte (1972, p.85-86) apresenta o seu projeto político em três séries de trabalhos: 1) apreensão do processo histórico como base positiva da política; 2) educação positiva para preparar os espíritos no âmbito da moral; e 3) modificação da natureza com ações político-positivas para a transformação da sociedade. Esses trabalhos, conforme argumenta Comte, direcionam-se à incorporação da teoria positivista com vistas a uma nova organização social.

Conforme observa Benoit (1999), a delimitação do objeto científico e a concepção de história restrita a três momentos – denominados de “estados” ou “leis”: 1. teológico ou fictício, 2. metafísico ou abstrato e 3. positivo ou científico – além de ser o pilar do sistema filosófico de Comte, também antevê a tese de “fim da história”.² A proposição comteana de um “pacto social” – pressuposta na ação coordenada entre os indivíduos a partir do conhecimento científico – foi

² Segundo explica Benoit (1999, p.196), o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel também preconizou a tese de “fim da história” quando defendeu que a evolução do espírito voltava-se sobre “*si mesmo*”, ao fazer de si objeto; porém, Karl Marx rompeu com Hegel ao observar materialmente o movimento da história na “práxis revolucionária dialética” do proletariado tendo como base a categoria iluminista de “revolução permanente”.

construída com o objetivo de por fim aos movimentos revolucionários contemporâneos ao filósofo. Para tanto, Comte defende que a “arte da política” deveria se restringir aos cientistas por serem os supostos detentores do conhecimento objetivo (BENOIT, 1999, p.200-202).

Da objetividade formal do documento: contribuições da diplomática

A disciplina diplomática emergiu da premência de sistematização de procedimentos técnicos para a análise da forma do documento a partir de questionamentos advindos da crítica documental, a qual carecia de maior rigor formal.

A palavra “diplomática” deriva do vocábulo grego *διπλω* (*Diplo*), que significa duplo. No decorrer da história, o *diploma* (ou documento) veio a significar um “[...] escrito emitido por autoridade soberana, e logo, se estendeu para incluir qualquer documento emitido em forma solene” (DURANTI, 1995, p.23). Nessa direção, a palavra *diploma* significava para os gregos

[...] qualquer escrito que constava de duas partes unidas entre si. [Desse modo,] diploma se referia a documentos escritos sobre tabuinhas articuladas por dobradiça e chamadas de *dípticos* [*diptychum*]; durante o Império Romano, se aplicava em tipos específicos de documentos emitidos pelo imperador ou pelo senado (PAULIUS RABIKASKAS, 2000).

A aferição da veracidade dos documentos praticada durante a Idade Média impulsionou a busca por maior “rigor procedimental”³. A “fase empirista” culminou, após a metade do século XVI e início do XVII, nos primórdios do estabelecimento da diplomática como uma disciplina.

Naquele período, a busca de maior rigor procedimental se deu a partir do estudo *Acta Sanctorum* publicada, em 1672, pelos jesuítas liderados por Jean Bolland. Nesse estudo, Daniel Van Papenbroek declarou ser falso um diploma assinado pelo rei Dagoberto I, invalidando, assim, vários diplomas que eram tidos como autênticos pelos beneditinos da Abadia de Saint Denis. Com o questionamento dos resultados por parte dos beneditinos deu-se início à

³ Dentre os acontecimentos históricos relacionados a tal enfoque, merece destaque as ações do Papa Inocêncio III, no século XII, para punir os falsificadores dos documentos pontifícios, obrigando-os a iniciar um processo de análise crítica dos documentos. Outro exemplo comumente reportado pela literatura refere-se ao registro da comprovação da falsificação de dois documentos por Petrarca, que notificou esse feito em uma carta dirigida à Carlos IV de Luxemburgo, Imperador de Roma (Sacro Império Romano-Germânico), no século XIV. Além desse exemplo, destaca-se o de Lourenço de Valla, que, no século XV, constatou a falsidade de um documento atribuído a Constantino, o qual regulamentava uma doação feita no século IV, vulgarmente chamada de *Donatio Constantini* (VALENTE, 1978).

denominada “guerra diplomática” (BELLOTTO, 2002a, p.15).

Em resposta à *Acta*, o monge Jean de Mabillon realizou um estudo que resultou na obra dividida em seis partes intitulada *De rediplomatica libri VI*. Nessa obra foram estabelecidas as regras fundamentais da crítica textual (DURANTI, 1995; RONDINELLI, 2002). A partir dos avanços procedimentais obtidos com a diplomática, esse campo passou a ser objeto de estudo jurídico ao se estabelecer como disciplina auxiliar em faculdades de direito, perceptivelmente, a partir da metade do século XVIII, ocasião em que foram editados inúmeros trabalhos sobre a matéria na Alemanha, França, Inglaterra, Espanha e Itália (DURANTI, 1995, p.25).

No século XIX, precisamente em 1821, a criação da *École des Chartes*, em Paris, foi o marco que definiu a evolução da paleografia como disciplina autônoma, bem como a “[...] afirmação dos princípios diplomáticos que passaram a ser adotados pelos historiadores como instrumento de avaliação dos documentos medievais” (RONDINELLI, 2002, p.44). A criação da *École* ofereceu oportunidade “[...] aos futuros arquivistas e eruditos para o

estudo de paleografia, diplomática, etc.” (BAUER, 1957, p.358).

Autores como Bauer (1957) e Paulius Rabikauskas (2000) defendem que, além da tradição francesa, a diplomática beneficiou-se das contribuições teóricas de uma perspectiva alemã. Nessa direção, os autores citaram a obra *Beitragenzur Urkundenlehre* (v.1, 1877 e v.2, 1878), escrita por Ficker (1826-1902); e *Die Urkunden der Karolinger* (2.v., 1867), de autoria de Sickel (1828-1908), na ocasião em que estes autores trabalhavam na Áustria. De acordo com Bauer (1957, p.359), os estudos de Júlio Ficker e Teodoro Sickel avançaram nos seguintes aspectos: 1 - criação de procedimentos de crítica dos documentos medievais com vistas a assegurar o seu valor científico; e 2 - atribuição de valor histórico ao documento arquivístico, proporcionando ao historiador informações mais confiáveis.

Autores como Bellotto (1991) e Guimarães (1994) consideraram que a diplomática tem o seu objeto de estudo voltado a uma espécie documental específica que é o *documento escrito gerado na área pública*. Segundo Paulius Rabikauskas (2000), “[...] os documentos considerados públicos são

aqueles que emanam de uma autoridade pública”, sendo de igual interesse para a diplomática os documentos privados que gozam de fé pública, como é o caso, por exemplo, dos documentos privados notariais.

Conforme argumenta Tamayo (1996, p.55), a noção de documento diplomático se expressa nas coisas que podem proporcionar o registro de uma notícia escrita originária de um acontecimento qualquer, seja qual for o seu significado e importância. Precisamente, o documento diplomático se refere “[...] aos feitos e acontecimentos da vida e do tráfico jurídico-econômico” e, ainda, direciona-se “[...] à materialização por escrito de um ato ou de um negócio, em virtude do qual se cria, se modifica ou se extingue uma situação jurídica.”

O documento diplomático é composto, segundo Núñez Contreras (1981, p.39), de conteúdo escrito, natureza estritamente jurídica e forma de redação. Os principais elementos (ou caracteres) do documento são: “externos” ou extrínsecos, físicos, formais ou de estrutura; e “internos” ou intrínsecos, substantivos ou de substância.

Os “elementos externos” são compostos de a) *matéria*, suporte material, b) *meio*, escritura, que irá fixar o conteúdo, c) *formato*, modo em que se apresenta a matéria na sua articulação com a escritura, signos gráficos, que constituem a escritura e os selos.

Os “elementos internos” são representados pela *língua*, ou seja, na articulação de signos gráficos somada à escrita que constitui um discurso construído mediante fórmulas determinadas.

Os elementos externos e internos formam o “discurso do documento”, constituindo o marco expressivo do conteúdo, também denominado de “teor documental”. O modo estilizado de apresentação do conteúdo é denominado de *forma*. A forma é responsável, portanto, pela constituição do documento como um todo. É justamente por isso que “[...] o objeto específico da diplomática é o estudo da forma do documento” (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.40-2). Conforme ressalta Bauer (1957, p.357), a análise dos elementos internos e externos da forma permite a distinção de um documento de outro, diferenciando aspectos como autenticidade, falsificação, procedência e modo de

transmissão. Para Duranti (1995), a forma reflete as estruturas

[...] políticas, legais, administrativas e econômicas, assim como cultura, hábitos e mitos que fundam uma parte integrante do documento escrito porque formulam ou condicionam as ideias ou os feitos que elegemos para que constituam o conteúdo do documento (DURANTI, 1995, p.27).

Como observa Núñez Contreras (1981, p.44), a *forma* apresenta duas variedades: a extrínseca e intrínseca.

A “forma extrínseca” pode se apresentar fora do teor documental, isto é, em marcas de validação – subscrições, outros signos, selos – e em marcas de chancelaria, ou seja, naquelas emitidas por escritórios que expedem o documento – matéria que foi escrita ou suporte da escritura, escritura, língua, estilo. Mas esta forma pode apresentar-se no teor documental, precisamente no conteúdo que expressa confiança – invocação, corroboração, data etc. – e naquele que expressa cortesia – intitulação, direção, saudação.

A “forma intrínseca” é aquela que afeta a substância do documento, ou seja, o seu conteúdo. Essas formas incidem no objeto do documento e se apresentam como dispositivos que podem constituir “acessórios preliminares” - notificação, preâmbulo, exposi-

ção – e “acessórios complementares” ao dispositivo – menção de solenidade, sanções.

Ainda segundo Núñez Contreras (1981, p.42), no documento diplomático é possível encontrar:

- a) protocolo inicial: invocação (simbólica e verbal), intitulação, direção, saudação etc.
- b) texto: preâmbulo, notificação, exposição, dispositivo, sanção, correção etc.
- c) protocolo final : subscrição, data (tópica e cronológica) etc.

Conforme observado, as fórmulas que precedem o texto são nominadas de “protocolo” ou “protocolo inicial” e as que aparecem após o texto são denominadas de “protocolo final” ou “escatocolo”. Enquanto os protocolos, destinados a dar validade ao documento, são as partes menos variáveis, o texto caracteriza-se justamente por sua variabilidade.

Em síntese, Bellotto (1991, p.30) esclarece que os documentos diplomáticos apresentam “[...] natureza estritamente jurídica que refletem, no ato escrito, as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e

os cidadãos.” Para tanto, tais documentos obedecem a “[...] requisitos formais de redação”, ou seja, seguem fórmulas semânticas preestabelecidas – variáveis segundo lugar, época, o órgão emissor e tipo de conteúdo – do ato escrito, com vistas a garantir sua validade jurídico-administrativa e sua aplicabilidade. Com efeito, o documento diplomático pode exercer valor jurídico-legal, ao passo que “[...] pode desempenhar função de prova em um processo, na maioria das vezes, na condição de instrumento público-administrativo”.

Ademais, em primeiro lugar, no ato ou ação do órgão gerador do documento, se sobressaia função administrativa, passando a se destacar sua natureza jurídica e, num momento posterior, seu valor histórico. Seguindo esse raciocínio, Nuñez Contreras (1981, p.36) explica que “[...] o interesse secundário surge quando, cumprida sua finalidade [...], o documento pode ser consultado pelo público, por ter adquirido valor histórico”.

Da objetividade testemunhal do documento: contribuições da historiografia

Os termos história positivista, história científica, história metódica, história tradicional, história histori-

cizante ou historicismo e história rankeana foram atribuídos pelo movimento historiográfico francês dos *Annales*⁴ para nominar o paradigma no campo da história que, até o início do século XX, predominou nas atividades acadêmicas de investigação e ensino.

A historiografia do século XIX era concebida como o “modo que não convém para fazer história” (CHARTIER, 1978, p.516), sendo recorrente a utilização do termo “história positivista” para se referir a este paradigma. A expressão “história positivista”, segundo explicam Chartier (1978) e Burke (1992), foi empregada de modo depreciativo para se referir à obra de Auguste Comte. Para Reis (2004, p.20), essa expressão é controversa. De acordo com a tese defendida pelo autor, o paradigma “antigo” na França deveria

⁴ O denominado “movimento dos *Annales*” (REIS, 2004) ou “*História Nova*” (LE GOFF, 1978; BURKE, 1992) ou “Escola dos *Annales*” (BURKE, 1997) foi fruto do encontro e da troca de ideias, com a elaboração de projetos, entre Lucien Febvre e Marc Bloch, em Estrasburgo, França. O êxito teórico iniciou quando o projeto de publicação do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale* se concretizou, em 15 de janeiro de 1929. Esse movimento surgiu do questionamento da forma de narrativa “tradicional”, que enaltecia os grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado, etc., em que a documentação oficial – em grande medida, diplomas arquivados – era a fonte principal de análise.

se denominar história “positiva” ao invés de “positivista”, que remeteria à Comte, haja vista a preponderância da influência da concepção de Leopold Von Ranke naquilo que veio a se denominar na Alemanha de “história metódica”⁵.

A história “positiva” francesa teve como marco a fundação da *Révue Historique*, realizada por Gabriel Monod, em 1870. A concepção de “ciência objetiva” trazida para o campo historiográfico e o ideal de conhecimento verdadeiro resultou na busca de critérios metódicos para a crítica dos documentos (OFFENSTADT, 2006, p.87). Nessa direção, os parâmetros de crítica externa e interna dos documentos, proporcionada pela diplomática, teve um importante papel (REVEL; CHARTIER, 1979). No campo historiográfico, o aperfeiçoamento da crítica do documento ocorreu com a busca da autenticidade. A crítica “[...] persegue os [documentos] falsos e, por consequência, atribui uma importância fundamental à datação” (LE GOFF, 1994, p.543).

⁵ Nas palavras de Reis (2004, p.20), os “[...] ‘positivistas’ franceses praticarão os mesmos princípios defendidos por Ranke, mas traduzidos para o espírito francês [iluminista, atualizado] [...] pela filosofia comtiana e seu ‘espírito positivo’, bem como influenciada pelo evolucionismo darwiniano.”

Essa perspectiva historiográfica foi difundida no ensino superior por historiadores como Monod, Lavissee, Seignobos, dentre outros, que defenderam a necessidade de métodos rigorosos para a reconstituição da realidade histórica (OFFENSTADT, 2006, p.87). A suposta oficialidade isenta do documento arquivístico lhe garantiu *status* e lugar privilegiado para a escrita da história, ampliando significativamente as possibilidades interpretativas desse campo de investigação. Pode-se dizer que Ranke auxiliou a elevar a história à categoria de ciência, dando ao historiador acesso a uma “nova morada”, a universidade (GAY, 1990).

Nas palavras de Reis (2004, p.31), “[...] os ditos positivistas escapavam do evento presente e de seu caráter explosivo pelo culto do evento passado, embalsamando-o e *arquivando-o*.” Essa seria, portanto, a “[...] estratégia objetivista de evasão da história: o historiador procura se separar de seu objeto, o vivido humano.” Foi no âmbito da história “positiva” que se estabelece a prerrogativa de que “não há história sem documento” (LE GOFF, 1994, p.539).

Ao valorizar os documentos de arquivo, a concepção “positiva” de

história evidenciou as limitações das fontes narrativas, em particular, das crônicas. Aquela concepção contribuiu para a valorização da

[...] escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição [todavia] foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como “pré-história”. (BURKE, 1992, p.13).

Tal abordagem foi responsável pela ideia de que os documentos são caracterizados pela “escolha do historiador”. Dessa concepção resultaram os entendimentos de “testemunho histórico”, de “fundamento do fato histórico” e de “prova histórica”. Na acepção “positiva”, a objetividade do documento “[...] parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*.” (LE GOFF, 1994, p.536).

A história “positiva” passou a atribuir, a partir de então, o estatuto de objetividade ao documento arquivístico. Para o historiador, a proveniência do documento é relevante, haja vista a importância de localizar a origem da fonte, dever que equivale, segundo Bloch (1997, p.128), a sua submissão a uma “[...] regra universal de probidade.” O questionamento do historiador aos

documentos dessa categoria “[...] hesita naturalmente perante os escritos que se apresentam ao abrigo de garantias jurídicas impressionantes: diplomas oficiais ou contratos privados”. Sob o prisma historiográfico “positivo”, Bauer (1957, p. 354) entende que o valor jurídico do documento pode se manifestar em “[...] monumentos escritos, com existência própria e independente, mediante os quais ficam garantidas as ações jurídicas”.

Da objetividade probatória do documento: contribuições do direito

A produção de documentos jurídicos decorre da necessidade de fixação da manifestação da vontade de diferentes segmentos da sociedade para manter uma relação jurídica, ou seja, uma relação em que as partes e a própria autoridade jurídica estão sujeitas às regras. Como salienta Bauer (1957, p.354), essa manifestação material (ou documental) ocorreu ao longo da história em diversos suportes e acarretou a criação de diferentes disciplinas que acompanharam, nalguma medida, essa evolução, como a história do direito, a epigrafia, a papirologia, a paleografia e aquela que se ocupa do próprio documento, ou seja, a diplomática.

Para o direito, o documento se apresenta como objeto que possui como características a sua forma escrita, a representação de um ato ou fato e a função probatória no âmbito de um processo. Nesse sentido, os documentos jurídicos se caracterizam por trazer formas específicas, sendo representados na legislação, na doutrina e na jurisprudência, sob o caráter de “fonte do direito” (GUIMARÃES, 1994, p.70).

A noção de documento como meio de prova transcende àqueles tipicamente jurídicos, abrangendo tanto os documentos narrativos (testemunhais) como os administrativos. Segundo Núñez Contreras (1981, p.37), o documento jurídico é aquele instrumentalizado num contexto jurídico para a “garantia de direitos”. Parte do trabalho dos especialistas do direito consiste em identificar o valor probatório dos documentos escritos, ou seja, para que se possa evidenciar a informação fixada (em distintos suportes) para o seu emprego como meio de prova. Por exemplo, a prova da nomeação de um agente público pode se dar mediante documentos narrativos (artigos de jornais), de natureza administrativa (comprovante de pagamento de salário) e de natureza eminentemente jurídica

(diploma ou documento de nomeação de cargo).

Em relação ao suporte do documento como meio de prova, a escrita pode incidir em diferentes meios, como papel, madeira, pedra, gesso, plástico, entre outros. (SOUZA, 1998). No caso dos documentos jurídicos eletrônicos, autores como Guimarães, Nascimento e Furlaneto Neto (2005, p.24-25) observam que a forma (física e intelectual) influenciará a eficácia probatória jurídica, levando ao questionamento dos critérios de confiabilidade. No contexto do documento jurídico eletrônico, os conceitos de conteúdo escrito e de forma de redação assumem dimensão ampla.

Em relação à função probatória do documento, no estudo de Guimarães (1994) foram elencados alguns construtos do campo doutrinário do direito que buscaram definir o conceito de documento, a saber:

[...] a coisa representativa de um fato e destinado a fixá-lo de modo permanente e idôneo, reproduzindo-o em juízo (SANTOS, 1980, p.338)

[...] todo escrito que corporiza uma declaração de verdade ou ciência (declaração testemunhal: destinada a representar um estado de coisas) ou uma declaração de vontade [...] (ROCHA, 1989, p.729)

[...] prova histórica real consistente na representação física de um fato. O elemento de convicção decorre, assim, na prova documental, da representação exterior e

concreta do *factumprobandum* em alguma coisa (MARQUES, 1986, p.203)

[...] prova casual de um fato ou ato (GAGLIARDI; ALMEIDA, 1985, p.57)

No quadro acima, a ideia de objetividade do documento pode ser apercebida em máximas como “representação permanente e idônea de um fato”, “prova de um fato ou ato”, “declaração de verdade ou ciência” e “prova histórica real”.

A motivação social para a realização de críticas sobre a “lisura do documento” (autenticidade e fidedignidade) se reflete na adoção de uma legislação específica para o delineamento de parâmetros normativos, indicativos e referenciais.

No Código de Processo Civil brasileiro, o artigo 332 trata da abrangência do documento como meio de prova⁶. Segue a redação do respectivo artigo:

Art. 332 – Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para

⁶ O documento jurídico como meio de prova é tratado no Código de Processo Civil (BRASIL, 2001), no Livro II, Título VIII – Do procedimento Ordinário, particularmente, no Capítulo VI – *Das provas* – Arts. 332 a 443. Essa temática também é abordada, sob o ponto de vista da falsidade documental, no Código Penal (BRASIL, 1999), na Parte Especial, Título X – Dos crimes contra a Fé Pública, especificamente, no Capítulo III – *Da falsidade documental* – Arts. 296 a 305.

provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa. (BRASIL, 2001).

Conforme observado, a prova documental deve compreender “todos os meios legais” – ou seja, previstos em Lei – bem como deve ser “moralmente legítima”, virtude essa conferida ao documento que não esteja em desconformidade às exigências impostas pela Lei, sobretudo após a submissão do documento a criteriosa avaliação realizada por autoridades legítimas e competentes. Vejam-se, a seguir, algumas restrições relativas à reprodução mecânica e cópia de documento particular que podem definir a autenticidade e a legitimidade do documento em juízo:

Art. 383 – Qualquer reprodução mecânica, como fotográfica, cinematográfica, fonográfica ou de outra espécie, faz prova dos fatos ou das coisas representadas, se aquele contra quem foi produzida lhe admitir a conformidade.
Parágrafo único – Impugnada a autenticidade da reprodução mecânica, o juiz ordenará a realização de exame pericial.

Art. 385 – A cópia de um documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original.

§1º - Quando se tratar de fotografia, esta terá de ser acompanhada do respectivo negativo.

§2º - Se a prova for uma fotografia publicada em jornal, exigir-se-ão o original e o negativo. (BRASIL, 2001).

Conforme observado, a lei brasileira estabelece parâmetros para evitar que reproduções ou cópias sejam

usadas sem uma garantia prévia de que seu conteúdo seja *autêntico e verídico*.

Outro dispositivo presente no Código diz respeito à *veracidade* documental e encontra-se no seguinte artigo:

Art. 387 – Cessa a fé do documento, público ou particular, sendo-lhe declarada judicialmente falsidade.

Parágrafo único – A falsidade consiste:

I – em formar documento não verdadeiro;

II – em alterar documento verdadeiro. (BRASIL, 2001).

O documento público ou particular submetido a essa legislação deixará de ter fé pública quando a sua veracidade e/ou autenticidade for questionada ou comprovadamente invalidada por meio da análise técnica de profissionais, tais como historiadores, paleógrafos, diplomatas, profissionais da área de informática, dentre outros, e por autoridades e agentes públicos competentes, como peritos criminais, juízes de direito, dentre outros.

Da objetividade da prática arquivística: contribuições da diplomática contemporânea

A função da diplomática para a identificação e descrição da forma da espécie documental ganhou novas e complementares aplicabilidades quando foi instrumentalizada para o tratamento e organização dos documentos no âmbito

dos arquivos modernos. A diplomática contemporânea, denominação atribuída por Luciana Duranti (1995)⁷, tem como objeto o tipo documental, sendo, por esse motivo, também denominada de tipologia documental (BELLOTTO, 2002). Tal disciplina também é conhecida como diplomática moderna, diplomática especial ou diplomática arquivística.

Luciana Duranti desenvolveu e coordenou o projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) na University of British Columbia, em Vancouver, Canadá. A primeira parte do projeto analisou a estrutura de documentos gerados e mantidos eletronicamente. Ademais, essa pesquisa buscou desenvolver sistemas digitais de produção e preservação de registros mediante o estudo da sua autenticidade diplomática. As investigações realizadas por Duranti foram um marco para o estudo arquivístico de documentos contemporâneos, tendo na tipologia um instrumento importante para recriar o contexto de produção e acumulação do

conjunto documental que constituirá o fundo arquivístico⁸.

Portanto, ao passo que a diplomática dedica-se à espécie documental, documento singular, a diplomática contemporânea tem como objeto o tipo documental que pressupõe a relação orgânica de documentos similares, tipos documentais, considerando uma mesma origem, ou seja, procedência. Nessa direção, a diplomática contemporânea assume caráter instrumental à prática arquivística de constituição dos conjuntos arquivísticos ou fundos por meio do respeito aos princípios da proveniência e da procedência.

O princípio da proveniência toma como referência a origem do documento e o sentido a ele atribuído pelos órgãos geradores e/ou acumuladores. Já o princípio da procedência, ou da ordem original, está pautado na forma de organização dos documentos realizada pela pessoa ou entidade geradora e/ou acumuladora. A observância da ordem original facilita a visualização do arranjo e a dinâmica

⁷ De acordo com Bellotto (2001), as italianas Paola Carucci e Luciana Duranti foram as principais responsáveis, nas décadas de 80 e 90, por conferir o sentido moderno de diplomática.

⁸ A investigação desenvolvida por Rondinelli (2002) aborda a contribuição teórica dos estudos liderados por Duranti (1995, 2001) para a arquivística e para a diplomática contemporânea, sobretudo em relação aos estudos sobre gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos.

organizacional da instituição e é igualmente fundamental para a criação de conjuntos ou fundos arquivísticos (LOPES, 1996). Segundo enfatiza Camargo (1993), tais princípios ocupam posição central para que os arquivos cumpram a sua finalidade prática – de natureza jurídica, administrativa e histórica – ao contemplar “[...] os diversos estágios por que passam os documentos, de modo a viabilizar a própria existência da instituição a curto, médio e longo prazo”. Ambos os princípios são relevantes para a compreensão da função e das formas de uso, bem como para a materialização da memória das ações envolvidas e expressas no teor dos documentos, mantidos em relação a determinado contexto.

Ao se dedicar à tipologia documental e aos conjuntos documentais, chancelarias e instituições de expedição, a diplomática contemporânea apoia-se no “método diplomático” para o estudo da “[...] gênese, formas e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos por eles representados [...] com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza” (DURANTI, 1995, p.20). Com isso, a diplomática con-

temporânea reúne elementos teóricos em sua prática procedimental e analítica com vistas à aferição da objetividade não apenas dos documentos, mas também dos conjuntos arquivísticos.

A diplomática contemporânea, segundo Bellotto (2002, p.19-12), contribui para a investigação da gênese documental, auxiliando a contextualização das atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Nesse sentido, a diplomática auxilia a arquivística para estudar a junção da *actio* (ação, fato, ato) com a *conscriptio*, que corresponde aos elementos essenciais do documento jurídico público. Nessa fusão de elementos documentais é considerada a relação matéria-meio-conteúdo. A matéria corresponde aos aspectos físicos e estruturais; o meio relaciona-se à espécie documental que compreende a fórmula diplomática e a disposição semântica das palavras dentro do texto – *conscriptio*; e o conteúdo abrange aspectos substanciais caracterizadores do tipo documental como a proveniência, a função do documento dentro do seu contexto de produção e a ação e o fato implícito – *actio* (BELLOTTO, 2002, p.33-34).

A diplomática contemporânea considera, portanto, os elementos estru-

turais e contedúísticos dos documentos à luz de sua possível inserção num conjunto arquivístico no qual se possa observar a origem e a relação orgânica dos documentos com outros de mesma natureza. A instrumentalidade da diplomática contemporânea à arquivística implica que os procedimentos daquela levam em consideração a forma do tipo documental, contemplando a autenticidade do documento. À luz desse propósito, faz-se mister comentar que a autenticidade do documento nem sempre coincide com sua autenticidade legal, embora ambas, mesmo independentes, possam levar à autenticidade histórica válida, por exemplo, numa disputa judicial. A esse respeito, Duranti (1995, p.29) faz a seguinte diferenciação:

- documentos legalmente autênticos – são aqueles que “[...] suportam uma prova sobre si mesmos, a causa da intervenção durante ou depois de sua criação, de um representante de uma autoridade pública que garanta sua genuinidade”;

- documentos diplomaticamente autênticos – são aqueles “[...] escritos de acordo com as práticas do tempo e lugar indicados no texto e firmados com os

nomes das pessoas competentes para criá-los”;

- documentos historicamente autênticos – são aqueles que comprovam e atestam a veracidade dos fatos, “[...] o que verdadeiramente teve lugar ou informam o que é a verdade.”

Além disso, para a autora, o conceito de autenticidade não deve ser confundido com o de genuinidade, pois o documento é autêntico quando “[...] possui todas as informações originais e verdadeiras de uma determinada origem; é genuíno, por sua vez, quando provém diretamente da fonte geradora” (DURANTI, 1995, p.29).

Um dos pilares dos estudos de Duranti (1994; 1995) foi construído a partir da aceção de documento diplomático como sinônimo de registro, algo que evidencia uma ampliação conceitual por transcender àqueles documentos tipicamente arquivísticos. Nessa aceção, além dos registros escritos em suporte papel, os documentos digitais passaram a ser considerados.

Essa abertura de horizontes é relevante para a assimilação de aspectos que influenciam o processo de produção,

a natureza e as características do registro; tais aspectos podem influir, igualmente, na configuração da forma documental (estrutura), da função (conteúdo escrito para uma finalidade) e do contexto de produção e armazenamento. O estudo desses aspectos permite a análise tipológica para a apreensão dos elementos de autenticidade dos registros que compõem os conjuntos arquivísticos, sendo também constituídos pelos sistemas gerenciados eletronicamente.

Dentro da perspectiva tipológica proposta por Duranti (1995), o registro se caracterizaria essencialmente por sua autenticidade, a qual assume o papel de testamento de criação e/ou de manutenção por um indivíduo ou entidade (pública ou privada); por sua naturalidade, entendida como a espontaneidade na qual o registro será produzido para cumprir uma determinada função; pelo inter-relacionamento inevitável entre os diferentes registros na lógica dos conjuntos arquivísticos; e por sua unicidade, que corresponde à função única que um determinado registro terá, por exemplo, num contexto jurídico-administrativo.

A acepção de “autenticidade tipológica” de Duranti (1995) converge com a noção de autenticidade proposta por Fuster Ruiz (1999, p.107), já que, em ambos os casos, são apreendidas como um dos valores mais importantes do documento arquivístico. Para Fuster Ruiz, a questão da autenticidade ficou mais complexa com os novos suportes (eletrônicos, digitais etc.) por serem dificilmente reconhecidos em tribunais de justiça e em outras instâncias. Somando-se à autenticidade, outros elementos, como a objetividade, a originalidade, o caráter seriado do conjunto orgânico e a origem funcional, compõem os principais valores atribuídos ao documento arquivístico.

A objetividade refere-se à espontaneidade e à ausência de traços subjetivos incidentes durante o processo de produção documental, refletindo o caráter objetivo dos documentos arquivísticos. Com efeito, a originalidade refere-se ao produto da produção natural e habitual das atividades administrativas. O caráter seriado do conjunto orgânico corresponde às famílias de documentos – de mesma espécie ou de mesma tipologia – em “séries documentais”. Nesse sentido, o documento arquivísticos e “[...]”

condiciona aos demais documentos de sua série e é condicionado por ela” (FUSTER RUIZ, 1999, p.107). A origem funcional corresponde à relação do documento arquivístico com a pessoa ou entidade produtora e/ou acumuladora.

Da natureza relacional da concepção objetiva de documento arquivístico

Pensar o conhecimento como algo objetivo – sob o prisma filosófico do positivismo – traz luz aos primeiros intentos de se equiparar métodos procedimentais e gnosiológicos do campo das ciências naturais ao campo dos estudos das humanidades. O “espírito positivo” dos novecentos resultou na difusão da necessidade de rigidez, de ausência de emissão de juízo de valor, isto é, de neutralidade do observador durante o processo científico. A divisão e a institucionalização do trabalho do cientista social nas universidades culminaram na criação de disciplinas acadêmicas, como foi o caso da diplomática, da história, do direito e da arquivística. A concepção de documento como algo objetivo nas disciplinas citadas pode ser observada diante da confiança atribuída por estas ao suporte informativo como veículo à verdade e ao conhecimento. Com a

trajetória conceitual ensaiada no bojo de cada uma dessas disciplinas, chegou-se a sínteses que demonstram o caráter relacional da concepção objetiva de documento arquivístico, fundamentada em sua natureza jurídica, administrativa e histórica, conforme é possível observar a seguir.

O documento tipicamente diplomático constitui-se como um testemunho ou registro fixado por escrito, cumprindo requisitos formais de redação e sendo gerado na área pública e/ou emitido ou validado por autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras. Apresenta conteúdo variado, congregando aspectos materiais e formais identificáveis a partir da análise dos seus elementos externos e internos, que lhe conferem validez, solenidade e fidedignidade, sendo munidos de legitimidade social e eivados de fé pública. Com efeito, apresenta-se com o meio de prova jurídica, sendo passível de submissão à sistematização imposta pelo direito.

As características dos documentos diplomáticos se confundem conceitualmente, em todo ou em parte, com as dos documentos arquivísticos já que ambos os conceitos apresentam natureza jurídica, administrativa e

histórica. Nessa direção, pode-se dizer que todo documento arquivístico é um documento diplomático, mas nem todo documento diplomático é um documento arquivístico, pois, para sê-lo, aquele necessitaria estabelecer *a priori* relações com outros documentos de um mesmo conjunto, ou seja, precisaria estabelecer, segundo Duranti (1997), “vínculos arquivísticos”, algo essencial para a sistematização dos conjuntos arquivísticos. Além disso, a própria institucionalização do documento num arquivo é um fator determinante para sua adjetivação conceitual.

O documento histórico “positivo” encontra nos atributos do documento diplomático e arquivístico elementos de objetividade orientadores, haja vista que supostamente este suporte informativo garantiria ao historiador da história “positiva” subsídios para os critérios científicos esperados para a narração e a reprodução realística e fidedigna dos fatos do passado. Isso porque o documento arquivístico apresenta institucionalização de duas ordens: a primeira procede da pessoa ou entidade produtora e/ou acumuladora do documento; a segunda decorre da própria inserção do documento no arquivo. Outro fator relevante foi que a

diplomática, ao passo que revelou padrões ou “leis” para a análise e representação da forma do documento, trouxe critérios metódicos para a realização da crítica documental com a utilização de procedimentos analíticos rígidos e supostamente neutros, ou seja, ausentes de juízos, elevando o trabalho do historiador ao patamar científico.

O documento tipicamente jurídico é aquele que apresenta formas específicas – sobressaindo-se a forma escrita – que podem ser fixadas em distintos suportes para representação de uma relação jurídica. Isso implica que o documento jurídico pode provar ou testemunhar, ou seja, representar idoneamente um ato ou um fato num processo em que se funda a ação ou a defesa. No âmbito do direito, a noção de verdade documental está diretamente relacionada à ideia de lisura, que perpassa pelas noções de autenticidade e fidedignidade. O documento jurídico só será assim concebido se estiver em conformidade com os meios legais de um regime jurídico e após comprovada fé pública, ou seja, sua legitimidade moral. Desse modo, o documento jurídico é passível de exame pericial, isto é, avaliação realizada por autoridades legítimas e competentes. O documento

jurídico como meio de prova pode transcender sua função típica ao admitir em seu espectro conceitual os documentos administrativos e os documentos narrativos (testemunhais). O caráter probatório de um documento jurídico pode ter o sentido de prova histórica, de representação permanente e idônea do ato ou fato ou de declaração de verdade ou ciência.

O conceito de documento arquivístico – ao apresentar natureza histórica, jurídica e administrativa – estabelece relação com a acepção de documento empregada nas disciplinas diplomática, história e direito, sendo orientado por uma perspectiva essencialista de positividade que pressupõe a noção de objetividade do conhecimento.

Sob sua natureza relacional, o valor probatório e testemunhal do documento arquivístico pode ser aferido mediante a análise da função originária do documento presente desde sua *gênese*, em relação direta com a motivação de uso e com o sentido – teor documental – atribuído pela pessoa ou entidade produtora e/ou acumuladora. Com efeito, o sentido da objetividade do documento arquivístico é construído a partir das noções de origem e de

organicidade – que culminam em direção à concepção central de autenticidade – tendo como pressuposto as noções de naturalidade, de originalidade ou espontaneidade na produção do registro, do seu caráter seriado num conjunto e da univocidade da sua origem funcional. Portanto, o documento arquivístico pode ser analisado a partir de sua forma, isto é, das características intrínsecas e extrínsecas da espécie documental – objeto típico da diplomática “clássica” – e, somando-se a isso, a partir da ordem orgânica do tipo documental em cotejo com outros documentos a ele vinculados sob mesma origem, ou seja, proveniência – objeto da diplomática contemporânea.

Conforme observado nos pressupostos da diplomática contemporânea, esses aspectos de objetividade atribuídos ao documento também estão refletidos na interpretação do trabalho arquivístico. Sob esse viés, a atuação do arquivista perpassaria por saberes técnicos objetivos que se direcionam ao trabalho analítico da autenticidade e fidedignidade do documento em contexto, operacionalizando ações de tratamento e organização documental com vistas à constituição de conjuntos arquivísticos.

Considerações finais

Os pressupostos essencialistas abordados nas disciplinas estudadas atribuem ao documento arquivístico e ao próprio arquivo o sentido pelo qual é possível chegar à origem causal das ações institucionalizadas e ao princípio do conhecimento representado sob a forma de registro. Nalguma medida, essa concepção retoma, mediante o discurso científico, a gênese da palavra latina *archium* ou *archivum* ou da grega *arkhêion* – morada dos Arcontes (magistrados), primeiros guardiões de documentos oficiais. Isso porque tais termos tem como raiz a palavra grega *arkhê* – ἀρχή – que inicialmente significou para os filósofos pré-socráticos “origem ou princípio das coisas”⁹.

A gênese da significação da palavra grega *arkhê*, interpretada por Derrida (2001, p.11) em seu sentido ontológico e nomológico, constitui-se um referencial para a comparação da concepção de “origem” na antiguidade com o entendimento de “objetividade” do documento na arquivística contemporânea:

⁹De acordo com Derrida (2001, p.11), o termo *arkhê* pode conotar, num só tempo, começo ou princípio da natureza e da história e comando ou princípio da lei.

- *arkhê* ontológico – está relacionado à origem. O documento, o conjunto arquivístico ou o arquivo constituiriam a representação inequívoca da origem – ou essência – de algum fenômeno subjetivo e/ou social. Esse entendimento traz subsídios para pensar a atribuição de objetividade no âmbito de quem faz uso da informação e busca o testemunho e/ou a prova documental no arquivo, ou seja, o usuário/cidadão e/ou o profissional/pesquisador – historiador, agente público do campo jurídico, cientista social, dentre outros.

- *arkhê* nomológico – está relacionado a algo que induz à ordem. Os procedimentos arquivísticos seriam realizados ou concebidos como técnicas objetivas que desvelariam a essência do documento. Isso induziria à organização de conjuntos arquivísticos de modo a representar fidedignamente a forma e a tramitação do documento em seu contexto originário e orgânico. Essa compreensão traz subsídios para pensar a atribuição de objetividade no âmbito das ações de quem trabalha no arquivo ou se dedica a investigá-lo – arquivista, cientista da informação, historiador.

Assim como ocorreu com outras disciplinas, a institucionalização

da arquivística na academia se beneficiou do desenvolvimento teórico e metodológico com base na concepção de ciência fundamentada no positivismo. A influência desta epistemologia e da decorrente aceção de cientificidade tem sido questionada em diferentes campos do conhecimento, inclusive por teóricos da arquivística e da ciência da informação. Esses últimos têm buscado fundamentos nos campos das ciências sociais e da filosofia para questionar os construtos que atribuem objetividade inalienável ao documento arquivístico, ao arquivo ou às práticas arquivísticas.

Dentre os argumentos levantados, destacam-se aqueles que evidenciam a subjetividade presente no documento ou nos conjuntos arquivísticos ou, ainda, a influência da linguagem, da cultura ou das relações de poder tocantes ao arquivo como espaço de produção de discursos. Há também aqueles que suscitam implicações éticas de pesquisa, tanto para os sujeitos que usam o arquivo, como para aqueles que têm o arquivo como objeto de estudo ou de práticas profissionais. Destacam-se, ainda, aqueles que defendem a constituição de uma arquivística pós-moderna ou funcional. Essas e outras proposições que problematizam o essen-

cialismo tangente ao conceito de documento arquivístico serão abordadas na segunda parte destes prolegômenos¹⁰.

Referências

BAUER, W. Documentos. In: _____. **Introducción al estudio de la História.** Trad. da 2.ed. alemã por Luis G. de Valdeavellano. 3.ed. Barcelona: Bosch, 1957. p.354-377.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** São Paulo: T. A.. Queiroz, 1991.

_____. O espaço da diplomática no ensino da arquivologia, **Caderno de Arquivologia**, Santa Maria, v.1, n.1, p.138-155, 2001.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002. 120p.

BENOIT, L. O. **Sociologia comteana: gênese e devir.** Prefácio de Isabel Maria Loreiro. São Paulo: Discurso editorial, 1999. 427p. (Coleção Clássicos e Comentadores).

BLOCH, M. **Introdução à História.** Ed. rev. aum. e criticada por Étienne Bloch. [S.l.]: Forum da História/Publicações Europa-América, 1997.

¹⁰ A segunda parte deste estudo está em elaboração para divulgação possivelmente entre os anos de 2013 e 2014.

BRASIL. **Código penal**. Obra coletiva de autoria da Ed. Saraiva. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Legislação brasileira).

_____. **Código de processo civil**. Obra coletiva de autoria da Ed. Saraiva. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 31.ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (Legislação brasileira).

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.

_____. **A Escola dos Annales**: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 154p.

CAMARGO, A. M. A. Informação, documento e arquivo: o acesso em questão. **Núcleo da Associação dos Arquivistas Brasileiros**: Núcleo Regional de São Paulo, São Paulo, n.11, p.1-12, maio/ago. 1993.

CARUCCI, P. **Il documento contemporâneo**: diplomática e criteridiedizione. Roma: La nuova Itália scientifica, 1987.

CHARTIER, R. História positivista. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e

Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p.516-518.

COMTE, A. Plano dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade. In:_____. **Opúsculos de Filosofia Social**: 1819-1828. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972. p.55-136. (Biblioteca dos Séculos).

_____. **Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti e trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2.ed. São Paulo: Abril, 1983. p.3-20. (Os pensadores).

DERRIDA, J. **O mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2011.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

_____. **Diplomática**: usos nuevos para una antiguaciencia. Tradução de Manuel Vásquez. Carmona: S & C Ediciones, 1995. 170p.

_____. The archival bond. **Archives an Museum Informatics**, Vancouver (Canadá), v.11, p.213-218, 1997.

_____. (Coord.) **InterPares project**. International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. Vancouver: UBC, [2001]. Disponível em: <http://www.interpares.org.index.html>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

ELIAS, A. A. V. **A vontade de verdade, a informação e o arquivo**. 2012. 122p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FUSTER RUIZ, F. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. In: **ANALES DE DOCUMENTACIÓN**, 2., [S.l.: s.n], 1999. p.103-120. Disponível em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad02/AD07-1999.PDF>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. In: _____. **O Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.63-93.

GUIMARÃES, J. A. C. **Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros**. 1994. 250f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C.;
NASCIMENTO, L. M. B.;

FURLANETO NETO, M. O contexto jurídico da informação. In: _____. **Aspectos jurídicos e diplomáticos dos documentos eletrônicos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005. p.7-19. (Instrumenta 2).

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p.253-288.

_____. Documento/monumento. In: _____. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios).

LOPES, L. C. Os princípios fundamentais e as práticas da arquivística. In: _____. **A informação e os arquivos**. Niteroi: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996. p.67-103.

NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: _____. **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p.25-44.

OFFENSTADT, N. Positivisme. In : _____. **Les mots de l'historien**. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2006b. p.87-88.

PAULIUS RABIKASKAS, S. J. **Diplomática general**. Tradutor: P. Manuel Anguiano Villegas. Roma: [s.n.], 2000.

PRET, R. L. Entre valores e verdades: análise sobre a influência do positivismo nas concepções da arquivística sobre documentos. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 12, 28-31 out. 2011. Brasília. Anais... Brasília: UNB; ANCIB, p.194-210, 2011.

RABELLO, R. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 118p.

REVEL, J.; CHARTIER, R. L. Febvre et les sciences sociales. **Historiens et Géographes**, Paris, n.272, fév. 1979.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 160p.

SOUZA, G. A. Prova documental. In: _____. Curso de Direito Processual Civil. 2.ed. ampl. e rev. Presidente Prudente: Data Júris Ed., 1998. p.682-699.

TAMAYO, A. Segunda parte: Diplomática. In: _____. **Archivística, diplomática y silografía**. Madrid: Catedra, 1996. p.55-225.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística Contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v.11, n.3/4, p.177-198, jul./dez. 1978.

Os Arquivos, a Arquivística e o Discurso: alguns marcos históricos e conceituais

Thiago Henrique Bragato Barros

sean.vogel@gmail.com

Bacharel em Arquivologia, Mestre e Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP.

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Resumo: A Arquivística enquanto área tem passado nos últimos 30 anos por mudanças profundas em seu universo prático e teórico. Essas transformações assim, como aquelas que estabeleceram a disciplina durante o século XIX, e que a reorganizaram na década de 1950, foram fundamentais para o atual estágio da área. Busca-se com este artigo a descrição de elementos históricos do percurso da Arquivística, a fim de demarcar aspectos discursivo-conceituais da área. Abordam-se aspectos da Arquivística por meio da análise, ora histórica, ora discursiva, de teóricos da arquivística responsáveis, em um primeiro momento, pela enunciação da teoria arquivística. Como parte de um segundo momento, discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, calcando-se majoritariamente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional, e o universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980 mais consolidada.

Palavras-chave: Análise do Discurso; História Arquivística; Epistemologia.

Archives, Archival Science and Discourse: some historical and conceptual marks

Abstract: The Archival Science field has experienced in the past 30 years profound changes in its practical and theoretical universe. These changes, as well as those who established the discipline during the nineteenth century, and that the rearranged in the 1950s, were fundamental to the current field stage. We seek with this article describe historical elements of the Archival Science in order to demarcate discursive and conceptual aspects of the field. We cover Archival Science aspects through analysis, sometimes historical, sometimes discursive by key authors responsible in the first instance by the enunciation of archival theory and methodology and as part of a second phase, we discuss about the expansion and multiplicity of the latest archival theory exploring the Brazilian universe, representing a more recent territory of theoretical and professional development and the Canadian universe, representing an place with more consolidated theoretical discussion and practical application of the policies established post-1980

Key words: Discourse Analysis; Archival Science History; Epistemology.

Introdução

A Arquivística, enquanto disciplina científica, tem passado nos últimos 30 anos por mudanças profundas em seu universo prático e teórico. Essas transformações, assim como aquelas que estabeleceram a disciplina durante o século XIX, e que a rearranjaram na década de 1950, são frutos de mudanças na maneira pela qual a sociedade produz, usa, compartilha e compreende documentos administrativos, jurídicos, literários, dentre outros relacionados à esfera institucional dos arquivos.

A ampliação e revisão teórica que corre na atualidade teórica-prática da área, sinaliza uma profunda mudança no universo de atuação do arquivista, à medida que as instituições modificaram como produzem e organizam seus documentos em um universo administrativo, de uso massivo e irreversível de tecnologias multimídia, apresentando-se como um dos maiores desafios para os arquivistas e a Arquivística do presente e do futuro. Portanto, a disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas do presente nos sistemas de gestão de documentos, pensando nos documentos que devem ser preservados para o futuro.

É necessário destacar também, que a construção e percurso da Arquivística enquanto teoria e prática esteve, desde seu início, em maior ou menor grau, atrelada à construção da historiografia, à medida que os documentos custodiados pelas instituições arquivísticas como um todo serviram e servem como fontes para a construção do passado no presente, e *como* os historiadores escreveram e escrevem história refletiu na organização dos arquivos e na construção de sua teoria. Esse seria, portanto, um primeiro estágio de seu desenvolvimento teórico, que irá permanecer em maior ou menor grau em todos os estágios de seu desenvolvimento.

A partir da década de 1950 outras áreas irão aproximar-se dos arquivos e dos arquivistas, as mudanças tecnológicas e sociais ocorridas no mundo pós Segunda Guerra Mundial, irão influenciar na aproximação entre a administração e a Arquivística e áreas correlacionadas, como pode ser notado nas obras de W. K. Lamb, no Canadá, Theodore R. Shellenberg, nos Estados Unidos, Peter Scott, na Austrália, e Robert-Henri Bautier, na França, que irão buscar ampliar maneiras de encarar antigas práticas, como é o caso de

Bautier em relação à Diplomática, ou apresentar novas maneiras de organização e compreensão dos arquivos, como é o caso da obra de Peter Scott e o *series system*, e também, estabelecer políticas e princípios relacionados à avaliação e gestão, como é o caso de W. K. Lamb e Theodore R. Shellenberg.

Existirá, então, a partir da década de 1950 uma *ampliação* teórica que irá refletir na prática arquivística durante as décadas de 1960 e 1970 levando a diversificação das relações disciplinares e profissionais dos arquivistas ao redor do mundo, relacionando-se com a administração, com o surgimento da avaliação e a gestão documental, a informática e reprografia, com o aumento do uso dos cartões perfurados e microfimes e também, uma aproximação em maior ou menor grau, dependendo da realidade de cada país entre os bibliotecários, arquivistas e curadores de museus.

Nesta breve descrição do percurso da Arquivística até a década de 1970, é possível dizer que os arquivos e a Arquivística estão, portanto, relacionados a uma gama institucional muito maior do que aquela tradicionalmente estabelecida e difundida nos manuais e dicionários técnicos da área.

Na medida em que as relações entre os arquivos e a sociedade vão tornando-se mais complexas, a realidade profissional e técnica deverão responder de algum modo a essa complexidade. Assim, quando estamos falando de buscar compreender a prática e teoria Arquivística, por um viés discursivo, buscamos descrever e ilustrar essas relações, nem sempre tão claras, entre os arquivos, a História, a Administração, a Informática e a Ciência da Informação e também, as relações que estabelecem entre os arquivistas, bibliotecários, gestores, sistemas de informação, ou seja, uma gama de profissionais especializados que só tende a aumentar.

Dentro da pluralidade teórica da Arquivística atual, destacam-se os estudos autores que buscam uma reaproximação da Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios da História e das Ciências Humanas por meio de autores como Terry Cook, Hugh Taylor, Brien Brothman e Tom Nesmith refletindo sobre aspectos até então pouco explorados no universo teórico da Arquivística. Pode-se citar também, autores que buscaram estabelecer um estrato científico à atividades arqui-

vísticas, como David Bermman, Chris Hurley e Verne Harris, destacados como figuras importantes desta iniciativa. Destaca-se também, os esforços de redefinição e rearranjo dos princípios tradicionais da área, como, por exemplo, autores que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina, como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, dentre outros.

Assim, Arquivística e os arquivos, são, portanto, na atualidade, uma área e uma instituição que estabelecem uma série de justaposições práticas e teóricas. Atravessada transversalmente por relações científico-profissionais, que refletiram e reiteram em maior ou menor grau no desenvolvimento de métodos, políticas e técnicas relacionadas a aquisição, organização, seleção, difusão e acesso aos documentos arquivísticos.

Busca-se neste artigo abordar aspectos histórico-conceituais da Arquivística por meio da análise, ora histórica, ora discursiva, de teóricos da arquivística responsáveis, em um primeiro momento pela enunciação da teoria arquivística, como o caso das obras *Manual de Arranjo de Descrição de Arquivos (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven)*

de Muller, Feith, e Fruin; *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* de Sir Hillary Jenkinson; e *Modern Archives: Principles and Techniques* de Theodore R. Schellenberg.

Como parte de um segundo momento, discute-se a respeito da ampliação e da multiplicidade mais recente da teoria arquivística, não mais calcada em grandes manuais que buscam cobrir o assunto da teoria de tratamento de arquivos de maneira totalizante, mas de uma ótica da especialização dos arquivistas e de sua teoria, que ocorre/ocorreu nos últimos 30 anos. Por fim metodológico, calca-se majoritariamente no universo brasileiro, representando um território mais recente de desenvolvimento teórico e profissional, e o universo canadense, representando um território de discussão teórica e aplicação prática dessas políticas pós-1980 mais consolidada.

Elementos de análise do discurso: parâmetros para a análise

Tratando-se de um estudo que busca demonstrar as estruturas do pensamento produzido pelos arquivos e pela Arquivística, poderíamos abordar o tema baseando-se em uma série de

metodologias, tradicionalmente utilizadas em estudos de ordem epistemológica.

Optou-se por utilizar a Análise do Discurso (doravante denominada AD), enquanto aporte metodológico, à medida que a área tem o por objetivo o estudo das estruturas discursivas e ideológicas nas produções textuais, levando a construção e o estabelecimento de relações inovadoras entre os textos e discursos estudados.

Abordam-se alguns elementos conceituais básicos da área, a fim de deixar claro como podem ser produzidas análises discursivas, sinalizando o percurso da disciplina do discurso nos seus 50 anos de existência.

Um ponto fundamental para isso é que, ao chegar ao Brasil, a AD já não era a mesma no momento de sua implantação (início da década de 80), a ordem dos textos de Michel Pêcheux e seu grupo, lidos no Brasil, não correspondeu ao percurso gradual e militante realizado na França entre os anos de 1969 e 1983. Textos da década de 80 eram (e ainda o são) lidos antes e paralelamente aos textos do final da década de 60, num gesto de prolongamento/complementação, que muitas vezes dificulta o entendimento e coloca

pensamentos díspares em um mesmo arcabouço conceitual, como por exemplo, autores como Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau.

A AD assim como tantas outras disciplinas desenvolvidas durante o século XX, foi/é uma disciplina permeada por outros campos de conhecimento, no caso, majoritariamente as Ciências Sociais e a Linguística, porém, seu objeto e objetivo são únicos, uma vez que, parafraseando Pêcheux (2008), é pela atuação do sujeito que se constrói o discurso e é só por meio da ideologia que se constrói o sujeito.

Desta forma, as relações com o objeto em AD funcionam na relação língua-discurso-ideologia. A definição de discurso, não se relaciona em nada com a noção elementar de mensagem, entendimento comum na área da comunicação.

Orlandi define discurso como:

desse modo, diremos que não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2007, p.21)

O discurso é entendido na AD como um espaço aberto, partindo da língua, atravessado pela ideologia e

circunscrito por sua própria história. Na literatura sobre AD é possível encontrar, atrelado ao conceito de discurso, a metáfora relacionando o discurso com uma rede: o tecido discursivo.

Outro conceito fundamental para análise é o de *formação discursiva*, relacionado com um terceiro conceito o *enunciado*, esta relação se estabelece da seguinte maneira: “Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, é uma proposição a um conjunto dedutivo”. (FOUCAULT, 1996, p.135).

Segundo Guespin (1971),

o enunciado é a sucessão de frases emitidas entres dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; **um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso.** (GUESPIN, 1971 apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.196, grifo nosso)

A relação simbólica que se estabelece entre o discurso e o enunciado é que permite a análise, na medida em que é por meio do enunciado que constrói a análise, possibilitando assim, a construção de um *corpus*, visando

descrever o conjunto de relações entre os enunciados e formações discursivas.

A noção de enunciado está relacionada com o conceito de formação discursiva (doravante FD) numa reação entre a enunciação e formação discursiva e atravessando esta relação tem-se o conceito de formação ideológica (doravante FI). O primeiro autor a iniciar a discussão pensando na noção de formação discursiva é Foucault e, posteriormente, essa noção torna-se parte dos conceitos básicos para compreensão da disciplina arquivística, devido a sua ampliação conceitual na obra de Pêcheux e de J. J. Coutine.

Courtine (1981) define a formação discursiva da seguinte maneira:

o nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria “um feixe complexo de relações” funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante situado num dado lugar, num dada conjuntura, no interior de uma formação discursiva, sob a dependência do interdiscurso dessa última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz de sentido” de uma formação discursiva determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das regularidades pré-terminais “aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados (...). O nível de formulação: refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal” Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema

de formação. (COURTINE, 1981 *apud* BRANDÃO, 1997, p.41)

A FD é a relação entre os enunciados, determinando o que pode ser dito, na medida em que, os enunciados estão inscritos historicamente, formando um conjunto de sentidos que se relacionam com a ideologia, que legitima e atua como um filtro aos sentidos. Maingueneau (1997) esclarece que não se trata de considerar a formação discursiva como algo produzido por um sujeito único e exclusivo, mas por uma *posição* circunscrita no espaço-tempo que pode claramente se relacionar.

A FD, portanto, é um conceito de conexão entre o enunciado, o sujeito e a ideologia. É o espaço entre o que pode ser dito, devido ao contexto histórico, permeado pela ideologia, revelando que o sentido não está na palavra, na frase ou no texto, mas acontece na discursividade.

A formação discursiva é o conjunto de enunciados relacionados a partir de uma posição e de um lugar, e de sujeitos específicos. Por exemplo, encara-se aqui a Arquivística como uma formação discursiva e, encará-la como tal, é perceber que seu conjunto de técnicas, saberes, sujeitos estão relacio-

nados pelos enunciados que produzem, e estes enunciados estão relacionados com o contexto ideológico, com o poder, em um jogo social estabelecido no espaço-tempo. Desta forma, a Arquivística, enquanto um espaço discursivo, nunca está finalizada, é passível de mudanças e possui os apagamentos provocados pela própria ação da ideologia.

Assim, ao encará-la desta maneira, pode-se perceber que os métodos e políticas da disciplina estão sujeitos a um embate externo, e que a desconstrói e modifica sua prática institucionalizada. Deve-se acrescentar, ainda, que as políticas e métodos trabalhados na área só são possíveis a partir da posição histórica em que foram construídos, e o significado e sentido de uma política modifica-se à medida que a o sujeito ocupa posições diferentes no contexto. A FD é a posição do discurso no espaço-tempo.

Palavras iguais podem significar coisas diferentes, pois se inscrevem em formações discursivas diferentes e esta diferença ocorre porque são sujeitos e contextos diferentes, cabe então, ao analista do discurso observar as condições de produção dos textos e

remeter àquele enunciado uma determinada formação discursiva.

A FD é, portanto, o espaço em que a materialidade enunciativa tem a possibilidade de ser interpretada e compreendida a partir da posição histórica e ideológica que o sujeito encontra-se. Sobre a FI (Formação Ideológica) em específico, segundo Pêcheux, ela pode ser considerada:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações (PÊCHEUX, 1997, p. 166).

A Formação Ideológica são os elementos externos à própria formação discursiva, as relações que a formação discursiva estabelece no nível de sua institucionalização, ela é a formação que atravessa e modifica a formação discursiva.

A FI é, então, um conjunto de práticas e atitudes circunscritas no espaço-tempo, que atravessa várias formações discursivas e interliga a rede discursiva. Pêcheux e Fuchs explicam a FI e sua ligação com as formações discursivas com o seguinte exemplo:

[...] a formação ideológica religiosa constitui, no modo de produção feudal, a forma da

ideologia dominante; ela realiza “a interpelação dos indivíduos em sujeitos” através do Aparelho Ideológico do Estado religioso “especializado” nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc...) que, sob a figura da religião, intervém, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto no próprio interior das relações de produção feudais. Na realização destas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto componentes combinadas cada vez em formas específicas; por exemplo, e enquanto hipótese histórica a ser verificada: de um lado a pregação camponesa reproduzida pelo “Baixo-Clero” no interior do campesinato, de outro o sermão do alto-clero para os Grandes da nobreza, logo duas formações discursivas [...]. (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p.167)

Existe no exemplo uma única FI, que permeia outros dois exemplos de FD, que dado a conjuntura apresentada pode conter um número bem maior de FDs. Pode-se ainda citar, por exemplo, a própria Arquivística. Como todas as disciplinas estão sujeitas aos acontecimentos externos a si próprias, e os embates entre o poder e o saber provocam mudanças em sua estrutura discursiva, analisar o discurso é perceber esses atravessamentos e mostrá-los na análise.

Portanto, para se analisar um discurso, é necessário um jogo de métodos comuns àquela formação discursiva, esta análise é mediada pela teoria do discurso, mas para se identificar/compreender um determinado discurso são necessários métodos

que são produzidos no interior daquela produção discursiva. Estes métodos são permeados pelas formações ideológicas e estão inscritos no espaço-tempo.

Pêcheux e Fuchs (1997) colocam que, para analisar-se o discurso, são necessários três campos articulados, determinando seu quadro epistemológico geral: Materialismo Histórico, Linguística e Teoria do Discurso. Além desses três campos é fundamental também, como é colocado por Pêcheux, o campo do sujeito, de natureza psicanalítico-ideológica, já que se deve pensar que o discurso é produto do texto contextualizado, mas evidentemente esse texto foi produto de sujeitos, que não são pessoas, são determinadas posições que se encaixam institucionalmente e que refletem particularidades com seu contexto linguístico e histórico.

A grande diferença entre a análise do discurso e a linguística clássica é de que, enquanto uma preocupa-se como as reações signo-sentido estáveis passíveis de regras, a AD interessa-se pela língua sendo utilizada; quando a língua é utilizada, mutações são provocadas, pelos sujeitos, pelas ideologias, enfim, pelas formações discursivas existentes (INDURSKY, 1997).

Pode-se afirmar que o discurso é passível de estudo, porque possui partículas que podem ser isoladas para análise. Essas partículas, os enunciados e o conjunto de enunciados devidamente contextualizados, transformam-se em formação discursiva, e esta formação discursiva é permeada pelo abstrato campo das formações ideológicas.

No livro *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2008), Pêcheux trata o discurso como acontecimento, dizendo que o discurso pode desestruturar-se e reestruturar-se a partir das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele emerge.

Além disso, o discurso é o índice capaz de uma inquietação nas filiações sócio-históricas de identificação, na proporção em que ele forma, simultaneamente, um efeito dessas filiações e um trabalho “(mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (2008, p. 56)”.

Pêcheux (2008) afirma que a identificação não se dá de forma linear, que não existe ligação sócio-histórica que não sofra, de uma forma ou de outra, o que ele denomina de “infeli-

cidade” no sentido performativo do termo, levando a um desvio de pessoa, pois é em relação ao *outro*, objeto da identificação, que ocorre a variação.

O método de análise é complexo, pois todos os textos irão remeter a uma pluralidade de formações discursivas. Contudo, à medida que nos aproximamos do *corpus*, começamos a reconhecer alguns padrões de institucionalização discursiva e ideológica.

Do princípio a ampliação: a invenção da arquivística

A Arquivística quanto prática profissional moderna irá desenvolver-se a partir da Revolução Francesa, fazendo parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de movimentos que buscavam autonomia.

Podem-se citar como exemplos, a independência dos Estados Unidos (1776-83), Irlanda (1782-84), Bélgica (1787-90) e Holanda (1783-87)¹. Nesse sentido, a Revolução Francesa, foi o momento marcante na mudança da estrutura social no mundo ocidental, pois provocou alterações em toda a estrutura social do ocidente e dentre os

¹ Segundo Hobsbawn, E. J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

feitos da revolução, relacionados à autonomia e à construção da democracia moderna, está o estabelecimento do acesso aos cidadãos aos documentos públicos, neste primeiro momento, relacionado aos documentos do antigo regime e medievais.

A Revolução Francesa é, assim, a revolução de seu tempo e não apenas uma revolução, embora a mais proeminente de sua espécie (HOBSBAWN, 2008, p.13)

Evidentemente, que existiram antecedentes à Revolução Francesa e o estabelecimento dos Arquivos Nacionais, mas é a partir desta ação que se instaura os arquivos enquanto um espaço público, iniciando o desenvolvimento de métodos para a organização e acesso a esses documentos. Algo que fica claro no percurso da Arquivística e dos arquivos é que, a difusão e usos pressupõem um estado democrático, que possibilita o acesso e uso de seus documentos públicos.

A prática Arquivística e a própria teoria dos arquivos tem seu ponto alto no fim do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses. Esse manual instaura a formação discursiva da Arquivística, no sentido de existir uma confluência de enunciados postulados anteriormente,

sintetizados nessa publicação. Sua importância é consenso na área, já que foi o primeiro, atingindo arquivistas ao redor do mundo. Como apontam Ketelaar, Horsman & Thomassen (2003, p. 249, *tradução nossa*), em artigo publicado referente ao centenário do manual holandês, “*O manual de arranjo de descrição de arquivos* (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria Arquivística e de sua metodologia” Essa citação reforça a importância dada a esta obra pela comunidade arquivística internacional, apesar de ser uma das bases da Arquivística, existiu por trás de sua publicação o desenvolvimento de uma política de organização e acesso aos documentos arquivísticos.

Segundo Ketelaar Horsman & Thomassen,

durante o século XVIII, a administração holandesa começou a considerar os arquivos como uma fonte de conhecimento da história de suas cidades e dos atos heroicos de seus antepassados. (KETELAAR HORSMAN & THOMASSEN, 2003, p.249, *tradução nossa*)

Segundo os autores, isso se deve às mudanças que aconteceram na Holanda no fim do século XVIII, porque a República dos Países Baixos foi substituída pela República do Báltavo, fazendo com que os arquivos

do antigo regime perdessem sua função administrativa e devido ao desenvolvimento na Europa do positivismo histórico de Leopold von Ranke, serão considerados documentos históricos e coube aos arquivistas-historiadores reunir e organizar a documentação do antigo regime.

A arquivística irá influenciar-se profundamente desta visão durante o século XIX, até a publicação do livro que irá consolidá-la, o manual holandês de Muller, Feith e Fruin.

Os usuários predominantes dos arquivos no período da consolidação [séc. XIX] eram os historiadores moldados de Ranke que viam a escrita da história como o que 'tinha acontecido (RAIDER, 2009, p.145, *tradução nossa*).

Taylor (1984, p.26, *tradução nossa*) ironiza: "o modelo de Ranke como um protótipo, minando as ricas veias da prova documental e encontra uma das mais incríveis indústrias pesadas saindo da idade do vapor"

Essa mudança de cenário provocou a evolução da Arquivística Holandesa. No início do século XIX, começou-se a aplicar métodos da diplomática para o arranjo e descrição nos arquivos medievais, servindo de subsídios para traçar o percurso histórico holandês. Num momento

posterior, na segunda metade do século XIX, é perceptível a aproximação dos arquivistas-historiadores holandeses com as ideias já mais modernas da *École des Chartes*.

Terry Cook, em trabalho sobre os fundamentos históricos da Arquivística, faz a seguinte aceção a respeito do livro holandês:

Muller, Feith, e Fruin produziram seu manual para a associação de Arquivistas Holandeses em cooperação com o Arquivo Nacional e o Ministério do Interior. Cada uma das cem regras no manual foram formalmente discutidas pela sociedade durante os anos de 1890. Típico dos trabalhos feitos por comitês é escrito com muito cuidado e com uma série de exemplos. Mesmo em relação a regras, é perceptível esse aprofundamento. O manual também reflete as idéias de Muller tomadas da teoria Francesa, devido a seus estudos na *École des Chartes* e do conceito alemão de proveniência, utilizado em uma série de arquivos da Holanda. (COOK, 1997, p. 21, tradução nossa)

Esse manual pode ser considerado não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então.

Décadas mais tarde, outro autor irá marcar o campo teórico dos arquivos e da Arquivística, Hilary Jenkinson irá publicar outro "manual" que irá apoiar-se princi-

palmente no manual holandês no que diz respeito à descrição e arranjos dos arquivos e em sua própria experiência frente ao *Public Record Office*. Diferente do manual holandês, uma obra coletiva e institucional, estamos falando de uma obra individual.

Jenkinson iniciou seus estudos a partir do trabalho desenvolvido com os medievais especificar no arquivo inglês, estudando paleografia e diplomática², esse dado irá influenciá-lo durante toda a sua carreira profissional. Pode-se considerar Jenkinson o grande naturalista da Arquivística. É possível encontrar, ao longo de sua obra, uma série de enunciados nesse sentido, como, por exemplo, em uma biografia do autor:

A carreira Arquivística é um serviço. Ele existe para manter a ordem e tornar o trabalho de outras pessoas possível... Seu credo, a santidade da prova, sua tarefa, a conservação de pedaços de prova unidos aos documentos sob sua guarda; ele tem o objetivo de fornecer, sem prejuízo ou reflexão tardia, para todos aqueles que desejam conhecer os caminhos do conhecimento... O bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto à Verdade que o mundo moderno produz. (DAVIS *apud* COOK, p. 1997 p.23, tradução nossa)

A partir dessa citação é possível compreender a visão bastante positiva que o autor possuía dos arquivos e dos arquivistas. Os arquivos são objetivos,

² Ver em Staplerton, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, *Archivaria*. N.17, fall 1983 p 65-85.

neutros, invisíveis e passivos; o arquivista é compreendido como um guardião dos documentos, o documento arquivístico é entendido como um resíduo natural da atividade administrativa, imbuído com uma única verdade, que cabe ao historiador e ao arquivista-historiador, entendê-la. O arquivista não é responsável pela seleção dos documentos e não interfere conscientemente na documentação que guarda e organiza.

O olhar do autor, apesar de participar dos momentos que modificaram profundamente a sociedade moderna, volta-se claramente para a visão já cristalizada, dos arquivos e dos arquivistas do século XIX, e utilizado o trabalho desenvolvido na Holanda como base para elaboração do seu livro.

Complementando essa visão, é possível encontrar textos já no fim de sua carreira, em 1947, a mesma perspectiva. (JENKINSON, 1980, p.238, tradução nossa). “Eles [os arquivos] vieram juntos e alcançaram seu arranjo final, por um processo natural: é um crescimento, como de um organismo ou como de uma árvore ou de um animal”. Jenkinson acreditava, ainda, que os arquivos eram antes de tudo naturais, e que a palavra “coleção”

deveria ser abolida dos vocabulários arquivísticos. Continua: “Um documento avulso de um fundo de arquivo não teria, por si só, maior expressão do que teria um único osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido”. No mesmo texto, vai ainda mais longe, sugerindo que os arquivistas também estão entre os animais.

A santidade da prova e verdade do documento arquivístico, como o próprio autor coloca ao longo de sua obra, colocam o arquivista em uma posição bastante cômoda, não possibilitando, nas grandes massas de arquivos modernos, o exercício da avaliação e da construção de uma visão mais crítica e menos passiva aos arquivistas-historiadores do início do século XX. Porém, a "santidade da prova" encarado-a como uma posição enunciativa remetendo ao discurso da Arquivística, nos diz que a disciplina está endossando o positivismo histórico e aplicando-o profissionalmente nos arquivos, levando os sérios desdobramentos teóricos para disciplina, à medida que a proveniência é entendida a partir de uma única perspectiva; à do órgão criador e do seu sistema de arquivamento, limitando as possíveis

narrativas e visões dos usuários diretos e indiretos destes arquivos.

A partir da década de 1950 é iniciado um movimento de ampliação profissional, ainda que, em essência, a perspectiva do positivismo histórico permaneça na prática e teoria arquivística. Segundo Stapleton (1983), Theodore Schellenberg assumiu a responsabilidade do recém-criado Arquivo Nacional Americano, em 1935, responsável pela custódia de dez milhões de metros cúbicos de documentos, acumulados por um período de um século e meio.

A Segunda Guerra Mundial foi responsável não só nos Estados Unidos, mas na Grã-Bretanha, Canadá e Austrália, dentre outros, por um aumento considerável na produção de documentos jurídico-administrativos de órgãos que foram extintos no pós-guerra aumentando os depósitos dos Arquivos Públicos e Nacionais consideravelmente. Cook complementa essa assertiva:

Quando os arquivos nacionais em Washington foram criados em 1934[1935], herdaram uma reserva impressionante de aproximadamente um milhão de metros de documentos federais, com uma taxa de crescimento de mais de sessenta mil metros anualmente. Em 1943, com a expansão do estado devido a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, o

crescimento atingiu mais de 600 mil metros de documentos anualmente. (COOK, 1997 p.10, *tradução nossa*)

Este fenômeno de sedimentação e ampliação, perceptível em uma série de países, sinalizava um novo horizonte teórico e prático para os arquivos, ainda que arraigado no núcleo do pensamento arquivístico americano, canadense, dentre outros, Hillary Jenkinson (1922 e 1949) começa a ser refutado, principalmente no que se relaciona à avaliação de documentos e a um papel mais ativo do arquivista em relação aos documentos que coleta e descreve, já que era impossível, devido ao aumento do acervo, manter o controle e a integridade dos arquivos sem nenhum tipo de procedimento de avaliação e seleção, "a fina arte da destruição" (1962), como enuncia W.K. Lamb e nos livros publicados por Schellenberg durante as décadas de 1950 e 1960.

É um período de ampliação teórica e revisão das antigas posições em relação aos arquivos, Schellenberg, o arquivista mais conhecido desta nesta perspectiva, segundo Ridener (2009) passa a ver os arquivos, com uma ótica mais relacionada a gestão – que evidentemente amplia aspectos práticos e teóricos da área, mas cria vários

problemas de cunho terminológico, profissional e de identidade, porém, inegavelmente, reconfigura as relações dialógicas da disciplina.

A avaliação irá inaugurar um novo campo para o desenvolvimento de políticas e técnicas relacionadas à seleção e disposição dos documentos arquivísticos, expandindo as relações discursivas da arquivista para além do campo historiográfico e a partir deste momento a disciplina irá desdobrar-se e expandir-se, estabelecendo intersecções prático-teóricas, com uma gama institucional maior.

A arquivística na década a partir da década de 1980: o Brasil e o Canadá.

As décadas de 1980 e 1990 representam um momento diferente para a Arquivística à medida que os documentos eletrônicos começam a tomar a cena e os arquivistas percebem a necessidade de revisão e redefinição das políticas e métodos aplicados aos documentos tradicionais e aos recém criados documentos eletrônicos.

É perceptível, na realidade documental Norte Americana e Europeia, uma diversificação e uma pluralização das obras voltadas não só às questões relacionadas aos documen-

tos eletrônicos, mas a revisão, ora sob uma ótica conservadora, ora sob uma ótica inovadora sobre o papel dos arquivistas, dos arquivos e da organização, avaliação e uso dos mesmos e o aumento da profissionalização dos arquivistas. (Nesmith, 2004)

No cenário Latino Americano os anos 1980 e os anos 1990 representam o aparecimento e aumento de instituições arquivísticas, da profissionalização dos arquivistas e dos cursos universitários voltados para o ensino e pesquisa voltados para a teoria e práticas Arquivísticas.

No caso brasileiro, o desenvolvimento teórico da Arquivística caminha entre as tradições Norte Americana e Europeia em maior ou menor grau dependendo época e do contexto em que se discute. A Arquivística, enquanto área profissional e carreira universitária, foi deixada de lado, em grande parte pelas características antidemocráticas e autoritárias do governo brasileiro como aponta Jardim (1994 e 1999), que culminaram com uma falta de incentivo político e fiscal.

Pode-se dizer que o desenvolvimento teórico da Arquivística

Brasileira acontece em ondas, a maioria delas provocadas por políticas ou incentivos advindos do Arquivo Nacional, especialmente a partir do final dos anos 1950, com a visita de pesquisadores internacionais, quer seja para a emissão de pareceres a respeito da situação dos acervos ou para ministrar cursos voltados para a teoria e a prática Arquivística.

Entre 1995 – 2012 é possível perceber uma aproximação com as correntes teóricas ao redor do globo com a vinda de pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra para proferir cursos, palestras e outras atividades acadêmicas ou estágios de professores/pesquisadores brasileiros em território canadense, dentre os pesquisadores podemos destacar: Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, Terry Eastwood, Luciana Duranti, dentre outros pesquisadores advindos da teoria e prática canadense.

Assim, é possível dizer que, as décadas de 1980 e 1990 foram a época da institucionalização dos arquivistas enquanto profissionais especializados e dos arquivos enquanto instituições culturais e de gestão.

O momento econômico e político do país têm um reflexo profundo nessas mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, uma vez que o acesso e uso dos documentos públicos fazem parte de uma sociedade que em princípio se estabelece como democrática.

Os anos 1980, no Canadá, foram marcados pela reconfiguração, revisão conceitual e a descentralização administrativa e institucional, e também do estabelecimento dos primeiros cursos universitários voltados à Arquivística. Porém, se o percurso da Arquivística foi, nesse período, especialmente no caso canadense, fundamentalmente positivo e calcado em uma visão de crescimento e de um projeto subsidiado a história e administração, a década de 1980 foi a época da revisão e da reconstrução de paradigmas e um dos grandes responsáveis por isso, dentre outros autores, foi Hugh Taylor.

Os anos 1980 representam na realidade Norte Americana o início de uma crise profissional e teórica, à medida que os documentos eletrônicos iniciam um processo de mudança na produção de documentos e na realidade das organizações. Como bem coloca Berman (1989, p.55, *tradução nossa*)

"Ocasionalmente uma revolução introduz novas formas de comunicação, e com elas novas definições do conteúdo informacional que eles cobrem".

Também é um momento de rearranjo não só de relação dos Arquivos e a Administração, mas também um momento de rearranjo da sua relação com a História, a realidade da historiografia, já não era a mesma daquela presente nas décadas de 1960 e 1970 e isso levava a uma intensificação desta crise.

Hugh Taylor irá buscar em seu trabalho reconhecer padrões e buscar, dentre outras coisas, uma integração maior e mais dinâmica entre a gestão de arquivos e os arquivos histórico-culturais, ele vê problemas graves na gestão de documentos:

O sistema lida admiravelmente bem com a 'limpeza doméstica' e operacionalização dos documentos no nível da série, mas falha em controlar a correspondência dos altos níveis da administração [...]. (TAYLOR, 1984, p.28, tradução nossa).

A sua perspectiva tinha por trás os estudos de Marshall McLuhan, filósofo canadense da comunicação, que irá influenciá-lo em seu entendimento a respeito do conceito de informação.

Taylor (1984) irá apontar também que seria necessária uma maior aproximação entre os arquivistas e outros profissionais que trabalham com a aquisição e disseminação de documentos, citando bibliotecários e especialistas em informação, destacando que o foco das ciências humanas, sociais, artes, ou seja, a gama de usuários que só se diversifica e amplia, não é mais nos documentos históricos em si mesmos, mas a herança cultural multimídia.

Sua posição é crítica e ampliadora, busca desmitificar preceitos preestabelecidos nas décadas anteriores e encarar a incipiência dos modelos de avaliação e descrição "nossos inventários que mal arranham a superfície das valiosas e recuperáveis informações em nossa custódia." (TAYLOR, 1984, p.30, *tradução nossa*). Assim, Taylor irá desencadear a partir da década de 1980 um novo movimento de revisão e redefinição e de um rearranjo mais crítico das práticas arquivísticas.

Taylor (1984 e 1993) sugere que não existe separação entre os documentos "correntes" e "arquivísticos" e que existia a necessidade de treinamento e integração entre ambos, à medida que os departamentos e usuários

gerais dos arquivos precisam compreender o sistema como um todo, o que ele chama de uma visão ecológica dos arquivos e da informação arquivística.

Para o autor,

Enquanto o século XIX foi o centro da redescoberta da história como a conhecemos e os velhos guardiões de documentos provinham a maioria das fontes materiais, o século XX é o da redescoberta da complexidade da informação (TAYLOR, 1993, p.210, tradução nossa).

Porém, Taylor (1993, p.210, *tradução nossa*) pondera que o arquivista deve seguir seu próprio caminho e não cair no mundo dos cientistas da informação – “Nós devemos ser cuidadosos com a sirene do hipertexto nos atraindo aos recifes da proveniência perdida”.

Sua posição é de buscar relações com outras profissões, mas manter a independência teórica da Arquivística, que se de um lado têm-se os cientistas da informação, que se encontravam em ascensão nos Estados Unidos na década de 1990, do outro existia os profissionais da cultura material, tão importantes para a realidade Arquivística como à aplicação com bases de dados e hipertextos.

À medida em que a ACA (Association of Canadian Archivists)

apresenta-se como uma Associação profissional e uma sociedade científica voltada aos estudos dos arquivos, inicia-se também o processo de separação entre os arquivistas e os historiadores, uma vez que no Canadá, em contraponto ao Brasil, manteve por décadas uma relação direta com os historiadores e o campo historiográfico.

Esta percepção é possível ao longo da obra da Taylor (1984, 1988 e 1993) e outros como Eastwood (1985). O estudo da história deixa de ser obrigatório e passa a ser desejável, a relação com o documento arquivístico passa a ser vista como distinta, de um lado o historiador, voltado ao estudo a relações entre os documentos, buscando refletir sobre o passado no presente, do outro o arquivista, responsável por facilitar o acesso, avaliar e descrevê-los, não só para os historiadores, mas para a sociedade.

Taylor (1984) apesar de não defender o que ele chama de “profissionalização” do arquivista, como um profissional independente e fechado em si mesmo, ele defende que cada vez mais a abordagem histórica aos arquivos parece ser mais restritiva, o que causa problemas para avaliação e descrição, que deve contar com uma

gama maior de conteúdos para a sua elaboração, uma abordagem mista entre o universo da gestão e o universo historiográfico.

Os anos de 1980 e 1990 representam uma mudança de foco da Arquivística no Canadá, e começam a existir divergências, onde diferentes profissionais vão buscar novas maneiras de tratar e dar acesso aos documentos. Ainda, é também uma época do aumento do débito federal e a partir de 1985, o repasse de recursos ao Arquivo Público³ começa a ficar escasso, Millar (1998) e Taylor (1984).

Os *arquivos totais*, política que permaneceu na prática arquivística canadense durante os anos 1970 início de 1980, enquanto política de aquisição de documentos, deixarão de ser o fundamento básico à medida que sua aplicação demandava uma quantidade razoável de recursos humanos e financeiros, isso pode ser constatado quando o *Canadian Council of Archives* criado em 1985, como parte da

³ Na atualidade *Library and Archives Canada* é uma instituição federal, adquirido, preservando e dando acesso ao patrimônio cultural canadense, combinando o Arquivo Público do Canadá(fundado em 1972, renomeado Arquivos Nacionais Canadenses em 1987 e a Biblioteca Nacional(fundada em 1953). Ver em LIBRARY AND ARCHIVES CANADA. << <http://www.collectionscanada.gc.ca/index-e.html> >> Acesso em 20 de Março de 2013

iniciativa de construção de uma rede de cooperação entre o Arquivo Público e os Arquivos Provinciais, criando comitês e relatórios⁴ voltados a estabelecer parâmetros, buscando normalizar práticas de descrição dentre outras atividades. Nem chegam a citar a política, era o momento realmente de revisão e redefinição da prática, que leva os reflexos latentes na teoria Arquivística durante as décadas de 1980 e 1990.

Millar (1998) afirma que a política nacional em arquivos passa dos *Arquivos Totais*, para a busca por um sistema nacional de arquivos que, de certa forma, irá levar ao um desenvolvimento de políticas de maneira mais coordenada entre os arquivos públicos do país.

Essas mudanças estruturais e conceituais na prática arquivística canadense deve-se também ao fato do aumento irreversível da descentralização administrativa, levando a mudança em como as instituições públicas e privadas irão constituir-se. Para Taylor (1993) a tendência seria de

⁴ Ver em CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES: <<<http://www.cdnouncilarchives.ca/intro.html> >> Acesso em 20 de Janeiro de 2013

essa descentralização intensificar-se nas décadas seguintes.

É neste período, mais precisamente em 1986, que foi editada uma das primeiras normas internacionais para a descrição de documentos: a RAD (*Rules for Archival Description*), que servirá como uma das bases para a formulação da norma do ICA (*International Council on Archives*) na década de 1990, aplicada na atualidade em uma série de países, inclusive no Brasil.

A partir dos anos 1980 e 1990 a teoria canadense bifurca-se e torna-se mais rica e complexa à medida que os fatores institucionais e organizacionais modificam-se.

O surgimento da *macroappraisal* enquanto uma política de avaliação documental e a resignificação do conceito de proveniência, na realidade canadense e australiana, irão provocar mudanças profundas no cenário teórico e prático da disciplina, Arquivística funcional ou pós-moderna, baseando-se nos estudos de Nesmith, Cook e Taylor. Segundo Cook,

em um resumo de uma sentença a *macroappraisal* refere-se ao valor social de ambos os contextos funcionais e estruturais e a cultura organizacional em que os documentos são criados e usados por seus criadores e a relação entre os cidadãos grupos, organizações – ‘o público’ – desse contexto estrutural e

funcional. (COOK, 2005, p.111, tradução nossa)

A avaliação é entendida como uma política contextualizada pelo seu valor social, “*Macroappraisal* envolve um teoria para determinar o valor dos documentos e uma nova prática de criar (estratégia, metodologia e critérios) para implementar a avaliação, que determina o valor” (COOK, 2005 p.112, tradução nossa).

A *macroappraisal* envolve a decomposição dos fundos documentais em funções e a triangulação da relação que estabelece entre o produtor de documentos, o cidadão e o que Cook chama de *hotspots*, que são áreas de conflito entre as esferas de valor que se estabelecem entre os cidadãos e a instituição documental.

É possível, baseando-se na trajetória descrita ao longo deste artigo, que a Arquivística em seu percurso histórico e conceitual tem filiado-se a um conjunto conceitual e profissional diverso, a fim de buscar responder as demandas sociais e institucionais. Passou de um estágio embrionário relacionada ao positivismo histórico do século XIX e tem buscado partir dos últimos 30 anos, deixá-lo no passado e

se relacionar com a história e outras áreas de maneira menos subserviente.

Considerações finais

A Arquivística, ainda que uma área recente, apresentou durante seu estágio inicial e desenvolvimento posterior, saltos teóricos e práticos, à medida que ocorriam mudanças institucionais, sociais ou como começa a ocorrer a partir da década de 1980 mudanças paradigmáticas, uma vez que o campo entra em crise, quer seja pela descentralização administrativa ou pela produção eletrônica de documentos. Elevam os rearranjos metodológicos e o desenvolvimento de novas políticas, que como no caso da *macroappraisal*, que busca preservar de maneira mais eficiente documentos considerados fundamentais, para os direitos e deveres fundamentais, de uma determinada sociedade, sem cair na dicotomia reducionista dos valores primários/secundários.

Se em algum momento da história da área, a proveniência era compreendida de maneira restrita e o papel do arquivista resumia-se ao de guardião documental, hoje ainda que a "santidade" da prova paire sob algumas políticas e advindas de países europeus,

por exemplo, a Arquivística ocupa uma posição privilegiada na atualidade. Especialmente, nos países emergentes e recentemente redemocratizados, como o Brasil, África do Sul, dentre outros, que podem, sob a égide do percurso recente da Arquivística, apresentar novas maneiras de dar acesso e legitimar os direitos recentemente adquiridos.

Apresentaram-se algumas considerações com um viés histórico, a respeito do percurso da Arquivística, à medida que, essa é uma das características fundamentais da *Análise do Discurso*. Que pode contribuir para desvendar e demonstrar relações que se estabelecem entre área do saber, posições ideológicas ocupadas em uma determinada conjuntura e pode-se focar em uma determinada instituição ou em determinada política, ou em um determinado grupo social que percebe o arquivista ou o desprezaria.

Parafraseando Nesmith (2004), o retorno ao "arquivo" da própria arquivística é algo fundamental na medida em que se amplia e renova a relevância social e o conhecimento profissional, criticando e explorando o passado de como a Arquivística fundamentou-se, reitera a importância da profissão não só para a construção da identidade ou da

memória de um determinado grupo ou nação, mas alerta sobre os percursos nem sempre tão claros da organização e teoria relacionada aos arquivos – os caminhos do discurso. Um arquivista que conhece a história de sua área está muito mais preparado para ampliar e redefinir aspectos de sua atuação.

Referências

BRANDÃO, N.H.H. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993

CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES:

<<http://www.cdncouncilarchives.ca/intr.o.html>> Acesso em 20 de Janeiro de

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. 500p.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v.43, p.18-63, Spring 1997.

_____. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in canada, 1950-2000 **Archival Science** n.5, 2005 p.101-161

EASTWOOD, T. Going nowhere in particular: the association of Canadian archivists ten years after. **Archivaria**, n.21, p.186-90, Winter 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997

HOBSBAWM, E.J. **A revolução francesa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

HORSMAN, P., KETELAAR, E & THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **American Archivist**. n. 66, Winter/Spring, 2003. p.249-270

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

JARDIM, J.M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1996.

JARDIM, J.M.; FONSECA, O.M. **A Formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Ed. da UFF, 1999.

JENKINSON, H. **Selected writings of Sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton, 1980.

_____. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

LAMB, W.K. The Fine Art of Destruction. In: Albert Hollaender, ed., **Essays in Memory of Sir Hilary Jenkinson**: Chicago, 1962

**LIBRARY AND ARCHIVES
CANADA.** <

<http://www.collectionscanada.gc.ca/ind-ex-e.html> > Acesso em 20 de Março de 2013

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada **Archivaria** n.46, p.103-46, Fall 1998.

NESMITH, T. What's History Got to Do With It?: Reconsidering the Place of Historical Knowledge in Archival Work, **Archivaria**, 57 (Spring 2004).

_____. **The Foundation of ACA.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <thiagobarros@shaw.ca>. em: 10 jan. 2013.

ORLANDI, P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.163-252.

PÊCHEUX, M. **Discurso:** Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008

RIDENER, J. **From polders to postmodernism:** a concise history of archival theory. Litwin Books: Duluth, 2009

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, **Archivaria**. N.17, fall 1983 p 65-85

TAYLOR, H. Information ecology and the archives of the 1980s. **Archivaria**, n.18, p. 25-37, Summer 1984.

_____. My very act and deed: some reflections on the role of textual records in the conduct of affairs. **American Archivist**, v.51, n.4, p. 456-69, Fall 1988.

_____. Recycling the future: the archivist in the age of ecology. **Archivaria**, n.35, p. 203-13, Spring, 1993

Moda absurda ou Renascimento Profissional: Pós-modernismo e a Prática de Arquivo*

Terry Cook

terry.cook@sympatico.ca

University of Manitoba, Canada.

Resumo: As ideias pós-modernistas têm sido rejeitadas como moda absurda demonstrando a arrogante incompreensibilidade acadêmica e, da mesma forma, têm sido aclamadas como conceitos libertadores que livram muitas disciplinas de desgastadas limitações tradicionais. Este artigo explora a relevância do pensamento pós-moderno para a prática arquivística. Pensadores pós-modernos têm discutido por várias décadas sobre temas próximos das preocupações dos Arquivistas, e mais recentemente começaram a abordar diretamente “o arquivo” como registro, instituição e função. Este artigo olha os pontos fortes e fracos da análise pós-moderna, ensaia algumas definições de pós-modernismo num contexto arquivístico, e sugere como as percepções pós-modernas podem mudar a prática diária dos arquivistas, pois estes trabalham (e vivem) inevitavelmente em condições de pós-modernidade. O principal foco de tais mudanças centra-se numa maior transparência e responsabilidade dos Arquivistas para a própria função arquivística e uma consciência maior da diversidade, ambiguidade, múltiplas identidades dos criadores de registros, sistemas de informação e usuários de arquivos.

* *Este ensaio nasceu de um discurso proferido na Associação Canadense de Arquivistas em Winnipeg no dia 8 de Junho de 2001. Dois outros discursos na plenária da conferência também consideraram aspectos do pós-modernismo/desconstrução e o arquivo; estes discursos foram proferidos por Verne Harris e Heather MacNeil e apareceram revistos nesta edição de Archivaria (todos eles foram proferidos independentemente um dos outros). Meu próprio ensaio sofreu significativas revisões desde Winnipeg, embora ele mantenha intencionalmente seu tom geral de ensaio mais do que uma análise de pesquisa. Pelos seus comentários muito úteis, com um prazo muito apertado, que melhoraram muito esta versão do ensaio, eu quero agradecer a Sharon Cook, da Universidade de Ottawa; Verne Harris, da Universidade de Witwatersrand e o Arquivo Histórico da África do Sul; e a Joan Schwartz, do Arquivo Nacional do Canadá, assim como a dois revisores anônimos da Archivaria. Este artigo foi concebido para complementar o meu “Arquivologia e Pós-modernismo: Novas Formulações para Velhos Conceitos” (Archival Science: International Journal on Recorded Information 1, no. 1 (2001), pp. 3–24), o qual analisa o impacto das ideias pós-modernistas na teoria arquivista; o presente artigo foca mais nas condições sociais do pós-modernismo e como as percepções pós-modernistas podem melhorar a prática arquivística e as estratégias profissionais.*

Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and the Practice of Archives

Abstract: Postmodern ideas have been dismissed as fashionable nonsense demonstrating academia's arrogant incomprehensibility and equally acclaimed as liberating concepts freeing many disciplines from worn-out traditional constraints. This article explores the relevance of postmodern thinking for archival practice. Postmodern thinkers have discussed for several decades topics close to archivists' concerns, and more recently begun to address directly "the archive" itself as record, institution, and function. This essay looks at the weaknesses and strengths of postmodern analysis, assays some definitions of postmodernism in an archival context, and suggests how postmodern insights might change archivists' daily practice as they work (and live) inescapably in conditions of postmodernity. The principal focus of such changes centres around much greater transparency and accountability by archivists for the archival function itself and much greater awareness of the diversity, ambiguity, and multiple identities of records creators, information systems, and archives users.

Résumé: Les idées post-modernes ont été rejetées comme des absurdités à la mode démontrant l'arrogance incompréhensible des universitaires, mais aussi acclamées comme des concepts libérateurs permettant d'affranchir plusieurs disciplines de contraintes traditionnelles usées. Cet article explore la pertinence de la pensée postmoderne pour la pratique archivistique. Les penseurs post-modernes ont discuté depuis plusieurs décades de sujets proches des préoccupations archivistiques et, plus récemment, ont commencé à aborder directement le concept des "archives" en tant que documents, institutions et fonctions. L'auteur examine dans ce texte les faiblesses et les forces de l'analyse post-moderne, expérimente quelques définitions du postmodernisme dans le contexte archivistique et propose des façons dont les idées postmodernes pourraient changer la pratique quotidienne des archivistes qui travaillent (et vivent) inévitablement dans les conditions de la post-modernité. Les changements proposés se concentrent autour d'une plus grande transparence et responsabilisation des archivistes dans le cadre de leurs fonctions archivistiques ainsi que d'une plus grande sensibilisation de la diversité, l'ambigüité et aux identités multiples des créateurs de documents, des systèmes d'information et des utilisateurs.

Os conceitos pós-modernos oferecem possibilidades para enriquecer a prática arquivística. Acadêmicos de uma vasta gama de disciplinas estão revendo as autorias, mídia, representação, comportamento organizacional, memória coletiva e individual, instituições culturais, história e, mais recentemente, os próprios arquivos como instituições, atividades e registros. O Pós-modernismo está, portanto, resolvendo quase tudo o que um arquivista pensa e toca e, como resultado, deve chamar a atenção de todos os arquivistas. Enquanto o Pós-modernismo é difícil de definir e cheio de controvérsia, seria uma irresponsabilidade não se engajar com ideias que estão afetando fundamentalmente à sociedade, à percepção da sociedade e ao uso do arquivo¹.

¹ Para a indisposição geral dos arquivistas em avaliar criticamente o impacto das ideias pós-modernas nos conceitos e práticas da sua profissão, ver Brien Brothman, “*Declining Derrida: Integrity, Tensegrity, and the Preservation of Archives from Deconstruction*,” *Archivaria* 48 (Outono de 1999), pp. 64–88. Um revisor anônimo deste manuscrito sugeriu que a relutância da profissão no que diz respeito a isto é reminiscência dos anos perdidos em não se envolver seriamente com o impacto dos registros eletrônicos para arquivos. Registros eletrônicos são convincentes, ainda que muito poucos arquivos (ou nenhum) tenham bem desenvolvido programas para lidar com eles além do estágio experimental. O ciber-cavalo está fora do celeiro, por assim dizer, e com ele a perda de muitos registros de arquivo. Pós-modernismo é igualmente penetrante, como será sugerido mais

Este ensaio procura definir seis coisas na seguinte ordem: primeiro delinear o que os críticos estão dizendo contra o pós-modernismo; depois sugerir o porquê do pós-modernismo ser importante para os arquivistas; esboçar a forma como o mundo evoluiu para as condições da pós-modernidade e como estas incidem nos arquivistas; explicar os conceitos chave do pós-modernismo; revisar brevemente o que os pós-modernistas estão dizendo sobre arquivos e registros; e concluir sugerindo algumas implicações práticas que podem tornar a experiência de arquivamento mais rica para arquivistas e seus clientes.

Apesar da sua popularidade atual, é fácil zombar do pós-modernismo como um esforço acadêmico utópico e autoindulgente, irrelevante para o arquivamento, ou para outra prática qualquer. O primeiro alvo é sempre o relativismo do pós-modernismo. Se pós-modernistas dizem que tudo é relativo, que cada sentido esconde um significado dentro de um ciclo infinito de desconstrução, de que nada pode ser conhecido com certeza absoluta, que palavras e imagens (“texto”) são a única realidade, então por que os arquivistas não podem julgá-lo o próprio como

tarde neste ensaio. O paralelo é instrutivo e perturbador.

apenas mais um relativismo – como falso, instável e relativo como tudo o que critica? Se os pós-modernistas alegam que a história é uma série de ficção imposta por aqueles que estão no poder para aumentar a sua posição política e social, como isto nunca pôde atrair arquivistas, cuja grande parte do trabalho e clientela é focada no passado e seu registro probatório de atos e fatos? Através da redução da história para encontrar exemplos no passado para corroborar as conclusões com base numa *a priori* teoria crítica, e elevando as variadas tipologias narrativas do historiador sobre a reconstrução científica do passado com base em evidências, o historiador pós-moderno se torna um intérprete de textos (p.e. registros) como sinais semióticos de significados ocultos e não como prova documental de operações anteriores. Por esta razão, alguns críticos do pós-modernismo classificam aos historiadores pós-modernistas como “semeadores de teoria” culpados “de egoísmo monumental... fantasiados com o jargão da filosofia alemã e as imagens do discurso francês – [onde] metáforas regularmente fazem as vezes de pensamento racional.” A interpretação personalizada dos historiadores sobre o

passado se torna mais importante que povo, lugares e eventos do próprio passado. “Esta doutrina, mesmo fantasiada, leva direto a um niilismo frívolo, o que permite a qualquer historiador dizer o que quiser,” incluindo os negadores do Holocausto².

Com seu foco em questões relativas à raça, classe, gênero, pós-colonialismo, e outros grupos marginalizados (povos indígenas, gays e lésbicas, subalternos, etc.), o pós-modernismo é também criticado por ser meramente uma ideologia política de esquerda mascarada para obter uma respeitabilidade acadêmica. Neomarxistas e estudantes existencialistas na França conseguiram na sala de aula da universidade o que eles não alcançaram nas ruas de Paris em 1968, uma estratégia avidamente imitada por neoesquerdistas *babyboomers*, os quais, igualmente frustrados na neoconservadora América do Norte, capturaram mais tarde a academia aqui para enviar a sua mensagem anti-*establishment*. Se isto for verdade, como

² Ver G.R. Elton, *Return to Essentials: Some Reflections on the Present State of Historical Study* (Cambridge, 1991), pp. 12–13, 28, 36–37, e passim. Para uma reação similar, ver Keith Windschuttle, *The Killing of History: How a Discipline is Being Murdered by Literary Critics and Social Theorists* (Paddington, NSW, 1996). Uma declaração mais moderada é a de Richard J. Evans, *In Defense of History*, 2ª ed. americana (Londres e Nova Iorque, 1999).

asseveram os críticos neoconservadores, tal marxismo requeitado e angústia existencial dificilmente deveriam apelar para quem não partilha estes valores. Até mesmo para alguns reformistas de esquerda, o relativismo, introspecção e ceticismo do pós-modernismo, são “incompatíveis com o feminismo (e de fato com qualquer) política radical”³. O Pós-modernismo derruba, assim diz o pensamento convencional, não constrói. As feministas, entre outros, consideraram isto mais do que um pouco irônico que, assim como alguns desses igualmente muito marginalizados grupos, incluindo mulheres, tenham finalmente encontrado sua voz, o conceito de autoria autônoma deva ser considerado morto. Como uma escritora feminista observava, “Como pode alguém me pedir para dizer adeus às ‘meta-narrativas emancipatórias’ quando a minha própria emancipação ainda é um caso irregular de erros e acertos?”⁴

³ Ver Hans Bertens, *The Idea of the Postmodern: A History* (Londres e Nova Iorque, 1995), p. 97, e passim. Para uma crítica de esquerda, antecipada e sustentada sobre o pós-modernismo, ver Bryan D. Palmer, *Descent into Discourse: The Reification of Language and the Writing of Social History* (Filadélfia, 1990). Para uma crítica mais recente, ver Terry Eagleton, *The Illusions of Postmodernism* (Oxford, 1996).

⁴ Sabine Lovibond, citada in Bertens, *Idea of the Postmodern*, p. 202. Este capítulo (pp. 185–208, e particularmente a nota estendida 1, pp. 205–7) está endereçado ao pós-

Neste sentido, o pós-modernismo evita a meta-narrativa, aquelas interpretações generalizantes que totalizam a experiência humana de maneira monolítica, seja ela capitalismo, patriarcado, imperialismo, o estado da nação, ou os padrões ocidentais de literatura ou filosofia – quase nada que reflita a “hegemonia” presente ou passada de homens brancos mortos. Por exemplo, sob uma perspectiva pós-modernista, a literatura ocidental foi, até recentemente, um veículo para dar suporte ao patriarcado ou ao colonialismo; ao contrário, o pós-modernismo procura enfatizar a diversidade da experiência humana recuperando vozes marginalizadas em face de tal hegemonia, e daí sua ênfase numa ampla gama de disciplinas acadêmicas sobre questões de gênero, raça, classe, sexualidade e localidade. Mas os críticos dizem que o pós-modernismo, por sua vez, impõe a sua própria interpretação totalizadora, centrada agora nas vozes dos marginalizados. O que é pós-modernismo crítico ou a própria teoria social em si senão uma meta-narrativa metodológica? Esta metodologia é predicada numa leitura hermenêutica de texto que privilegia as ideias ou a “estória” do modernismo e ao feminismo, e aos problemas da ação política.

intérprete sobre as ações dos participantes originais ou sobre as ideias originais do autor. A Hermenêutica “permite ao estudante impor significado ao seu material em vez de extrair significado e importá-lo delas”⁵.

Como se isso tudo não fosse razão suficiente para desconfiar do pós-modernismo, seus principais defensores muitas vezes produzem emaranhados de linguagem confusa e jargão impene-trável: uma filosofia alemã arcana casada com uma absurda especulação francesa⁶. Quando provavelmente o principal e certamente o mais prolífico escritor pós-

⁵ Elton, *Return to Essentials*, p. 30. Em contrapartida, sobre os benefícios da hermenêutica e sua aplicação na metodologia arquivista, particularmente numa macro avaliação, ver Richard Brown, “*Records Acquisition Strategy and Its Theoretical Foundation: The Case for a Concept of Archival Hermeneutics*,” *Archivaria* 33 (Inverno de 1991–92), pp. 34–56; e “*The Value of ‘Narrativity’ in the Appraisal of Historical Documents: Foundation for a Theory of Archival Hermeneutics*,” *Archivaria* 32 (Verão de 1991), pp. 152–56.

⁶ Elton, *Return to Essentials*, p. 28. Para tornar o seu significado absolutamente claro numa diatribe clássica, sobre os pioneiros pós-modernos desde os filósofos Heidegger e Adorno (ele poderia ter adicionado Nietzsche e Gadamer) e teóricos culturais e literários Saussure, Barthes, e Derrida (e ele poderia ter adicionado Lyotard e Levi-Strauss), e suas transferências teóricas à história por Foucault e seus muitos seguidores, Elton assegura que estes principais pensadores pós-modernos poderiam ser razoavelmente caracterizados assim: “filosofia alemã e espírito francês – um perigoso coquetel porque enquanto o antigo pode ser incompreensível ele parece sábio, e este último demonstra que o absurdo sempre soa melhor em francês”.

modernista, Jacques Derrida, foi nominado para um grau honorário em Cambridge, um grupo de professores de tal venerável academia protestou contra esta honraria, afirmando numa carta ao *London Times* que seu “estilo desafia à compreensão” e “quando apresenta asseverações coerentes elas são falsas ou triviais... ataques praticamente inteligíveis aos valores da razão, da verdade e da erudição...”⁷. Uma piada corre a internet, cortesia da série de filmes “O Padrinho”⁸:

Q: O que você tem se você cruza um pós-modernista com um chefe da máfia?

A: Alguém que vai lhe fazer uma proposta que ninguém consegue entender!

Dando uma pátina mais séria e acadêmica a tal piada, numa respeitada publicação acadêmica sobre estudos culturais, o físico norte-americano Alan Sokal publicou um artigo em 1996 com o muito pós-modernista título, “Transgredindo as Fronteiras: Em Direção a uma Hermenêutica Transformativa da Gravidade Quântica,” um ensaio cheio de retórica pós-modernista e abundantes

⁷ John D. Caputo, editor e analista, *Deconstruction in a Nutshell: A Conversation with Jacques Derrida* (Nova Iorque, 1997), pp. 38–39.

⁸ Eu agradeço a Heather MacNeil por me chamar a atenção sobre isto.

citações dos principais autores pós-modernos de França e dos Estados Unidos. Após a publicação, ele confessou orgulhosamente que era uma completa farsa. Sua ficção recebeu significativa atenção da mídia e posteriormente ele publicou um livro sobre o “Abuso” do pós-modernismo titulado *Moda absurda*⁹.

Pós-modernismo está certamente na moda em certos lugares, mas é absurdo? Algumas das objeções ao pós-modernismo têm certa plausibilidade. O pensamento pós-modernista é difícil de abordar com sua escrita filosófica especializada e argumentos teóricos complexos. Pode ser contraditório, cheio de paradoxos, ironias e jogos de palavras – algumas vezes (como no trabalho de Marshall McLuhan) feito intencionalmente com a intenção de minar a própria lógica racionalista, que está criticando, outras, ao que parece, meramente por pedante arrogância acadêmica. Suas origens históricas e seus mais famosos

⁹ Alan Sokal e Jean Bricmont, *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science* (New York, 1998). O artigo original está reimpresso num apêndice no livro. Para um contra-ataque forte na desonestidade boba do trabalho de Sokal e seu completo equívoco sobre Derrida e desconstrução, ver Caputo, *Deconstruction in a Nutshell*, pp. 71–81.

praticantes aparentam ser politicamente de centro-esquerda, mas existem as mais profundas e diversas raízes do pós-modernismo até Kant, Nietzsche e Heidegger, que cobrem um espectro ideológico muito mais amplo. O filósofo Jurgen Habermas, ele mesmo um analista classificado como um pós-modernista e um anti pós-modernista, vê, por exemplo, tendências “neoconservadoras” e “conservadoras jovens” entre alguns pós-modernistas, incluindo Derrida e Foucault¹⁰.

Muitos dos críticos do pós-modernismo refletem um problema central de definição. A primeira história erudita sobre o pós-modernismo, publicada em 1995, começa com estas palavras perturbadoras: “pós-modernismo é um termo exasperador, como também o são pós-moderno, pós-modernista, pós-modernidade, e tudo o que vier por derivação. Na avalanche de artigos e livros que têm feito uso do termo desde o final da década de 1950, o pós-modernismo tem sido aplicado em níveis diferentes de abstração conceitual a uma longa gama de objetos e fenômenos no que nós costumamos chamar de realidade, então, é várias coisas

¹⁰ Bertens, *Idea of the Postmodern*, p. 121.

de uma vez só”¹¹. Isso dá aos críticos um prato cheio, mas talvez em vez disso eles deveriam tratar de compreender uma perspectiva tão difundida em toda a sua diversidade complexa. Um estudo recente inclui capítulos a respeito do impacto do pós-modernismo na filosofia, teoria crítica e cultural, política, feminismo, estilos de vida, ciência e tecnologia, arquitetura, artes, cinema, televisão, literatura, e música,¹² e, de outros estudos, pode-se acrescentar o seu impacto em história, geografia, cartografia, fotografia, literatura, antropologia, sociologia, teoria organizacional, linguística, museus, e bibliotecas. “Pós-modernismo,” então, é composto por uma série de pós-modernismos, alguns dos quais não são mutuamente compatíveis. Isto não deveria ser surpresa: não pode haver nenhum pós-modernismo único mais do que há uma única definição para modernismo, Vitorianismo, ou Marxismo que unifique todos os seus defensores, disciplinas, mídias, tempos ou lugares. Todas as etiquetas por definição distorcem, e alguns pós-modernistas de fato podem, com enorme precisão, ser chamados de

modernistas tardios, neomarxistas, desconstrucionistas, neo-idealistas, pós-estruturalistas, feministas, pós-colonialistas, neorromânticos, e muito mais. Tudo verdade talvez, e ainda assim tem alguma coisa chamada pós-modernismo que cativa a atenção popular e acadêmica. Enquanto seu escopo e definição podem certamente ser qualificados, sua existência não pode ser negada. No entanto, ao ser muitas coisas em uma, o pós-modernismo permanece fácil de ridicularizar e quase impossível de resumir – mais ainda num breve resumo panorâmico.

Apesar dos esforços intelectuais realizados, os arquivistas não devem descartar o pós-modernismo por quatro razões. Primeiro, como sugere seu vasto impacto em muitos campos da cultura popular, pelo menos na América do Norte e partes da Europa, o pós-modernismo permeia o espírito da nossa época. Como os arquivos, assim como registros e instituições, para não falar dos criadores de registros, sempre refletiram as características de seu tempo e lugar¹³, o autoconhecimento profissio-

¹¹ *Ibid.*, p. 3.

¹² Stuart Sim, ed., *The Icon Critical Dictionary of Postmodern Thought* (Cambridge, 1998).

¹³ Para exemplos de esta argumentação e referências para outras fontes de apoio, ver Terry Cook, “*What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift*,” *Archivaria* 43 (Primavera de 1997), pp. 17–63, uma versão menor, menos

nal, para não mencionar outros, exige que os arquivistas tentem entender este fenômeno contemporâneo. Segundo, o pós-modernismo é tão difundido na cultura universitária norte-americana que quase todos os novos arquivistas e pesquisadores acadêmicos ingressando em instituições de arquivo terão absorvido, desde seus estudos de graduação em quase todos os campos concebíveis das ciências humanas ou sociais, bem como em alguns programas de pós-graduação, esta arcabouço intelectual pós-modernista que os arquivistas como profissão devem tentar

completa da que foi publicada como *“Interaction of Archival Theory and Practice Since the Publication of the Dutch Manual,”* *Archivum* (1997). Para uma análise das possíveis conexões entre um meio de arquivo (a nova fotografia Daguerreotipo), teoria e prática de arquivo (nova articulação a respeito dos fundos in Louis Phillippe’s France), e o espírito e uma era (positivismo científico e empírico), ver Joan M. Schwartz, *“Records of Simple Truth and Precision’: Photography, Archives, and the Illusion of Control,”* *Archivaria* 50 (Outono de 2000), pp. 1–40. Os escritos do educador Terry Eastwood tem observado que “é preciso entender o meio social político, econômico e cultural de qualquer sociedade dada para entender seus arquivos,” acrescentando que “as ideias mantidas em qualquer tempo dado sobre arquivos são certamente uma reflexão de longas correntes na história intelectual.” Terence M. Eastwood, *“Reflections on the Development of Archives in Canada and Australia”* in Sue McKemmish e Frank Upward, eds., *Archival Documents: Providing Accountability Through Recordkeeping* (Melbourne, 1993), p. 27, ver também Barbara L. Craig, *“Outward Visions, Inward Glance: Archives History and Professional Identity,”* *Archival Issues: Journal of the Midwest Archives Conference* 17, no. 2 (1992), pp. 113–24

entender e acolher. Terceiro, e como corolário, só pelas contas das minhas publicações, umas duas dúzias de arquivistas de língua inglesa já dentro da profissão estão explorando os desafios que as ideias pós-modernistas apresentam aos arquivos, e mais destacada e originariamente no Canadá.¹⁴ Embora

¹⁴ A primeira menção ao pós-modernismo (ao menos em inglês) de um arquivista no título de um artigo foi feita por Terry Cook, em *“Electronic Records, Paper Minds: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era,”* *Archives and Manuscripts* 22 (Novembro de 1994), pp. 300–329. Os temas foram antecipados no seu *“Mind Over Matter: Towards a New Theory of Archival Appraisal”*, in Barbara L. Craig, ed., *The Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A. Taylor* (Ottawa, 1992), pp. 38–70; e continuaram no seu *“What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas,”* *Archivaria*, e *“Archival Science and Postmodernism: New Formulations for Old Concepts,”* *Archival Science*. Dois pós-modernistas pioneiros antes de Cook também foram canadenses, Brien Brothman e Richard Brown. Entre outros trabalhos, ver Brien Brothman, *“Orders of Value: Probing the Theoretical Terms of Archival Practice,”* *Archivaria* 32 (Verão de 1991), pp. 78–100; *“The Limits of Limits: Derridean Deconstruction and the Archival Institution,”* *Archivaria* 36 (Outono de 1993), pp. 205–20; e sua revisão de sondagem do “Mal de Arquivo” de Jacques Derrida, in *Archivaria* 43 (Primavera de 1997), a qual foi muito *aprofundada no seu “Declining Derrida,”* *Archivaria*; e Richard Brown, *“The Value of ‘Narrativity’ in the Appraisal of Historical Documents,”* *Archivaria*, e *“Records Acquisition Strategy,”* *Archivaria*, e seu *“Death of a Renaissance Record-Keeper: The Murder of Tomasso da Tortona in Ferrara, 1385,”* *Archivaria* 44 (Outono de 1997), pp. 1–43. Outras declarações pós-modernistas de canadenses incluem Preben Mortensen, *“The Place of Theory in Archival Practice,”* *Archivaria* 47 (Primavera de 1999), pp. 1–26; Tom Nesmith, *“Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the ‘Ghosts’ of Archival*

nem todas estas pessoas sejam pós-

Theory,” *Archivaria* 47 (Primavera de 1999), pp. 136–50; Joan Schwartz, “‘We make our tools and our tools make us’: Lessons from Photographs for the Practice, Politics, and Poetics of Diplomats,” *Archivaria* 40 (Outono de 1995), pp. 40–74, e seu “Records of Simple Truth and Precision,” *Archivaria*; Bernadine Dodge, “Places Apart: Archives in Dissolving Space and Time,” *Archivaria* 44 (Outono de 1997), pp. 118–31; Theresa Rowat, “The Records and the Repository as a Cultural Form of Expression,” *Archivaria* 36 (Outono de 1993), pp. 198–204; Robert McIntosh, “The Great War, Archives, and Modern Memory,” *Archivaria* 46 (Outono de 1998), pp. 1–31; Carolyn Heald, “Is There Room for Archives in the Postmodern World?” *American Archivist* 59 (Inverno de 1996), pp. 88–101; e Lilly Koltun, *The Promise and Threat of Digital Options in an Postmodernism and the Practice of Archives Options in an Archival Age*,” *Archivaria* 47 (Primavera de 1999), pp. 114–35. Entre os arquivistas pós-modernistas não canadenses incluem-se Eric Ketelaar, “Archivalisation and Archiving,” *Archives and Manuscripts* 27, no. 1 (Maio de 1999), pp. 54–61 e “Looking Through the Record into the Rose Garden,” *Arkhiyyon. Reader in Archival Studies and Documentation* 10–11 (1999), pp. XXVII–XLII, entre outros; e Verne Harris, “Claiming Less, Delivering More: A Critique of Positivist Formulations on Archives in South Africa,” *Archivaria* 44 (Outono de 1997), pp. 132–41, seu complementar “Redefining Archives in South Africa: Public Archives and Society in Transition, 1990–96,” *Archivaria* 42 (Outono de 1996), pp. 6–27, seu *Exploring Archives: An Introduction to Archival Ideas and Practice in South Africa*, 2d ed. (Pretoria, 2000), e com Sello Hatang, “Archives, Identity and Place: A Dialogue on What It (Might) Mean(s) to be an African Archivist,” *ESARBICA Journal* 19 (2000), pp. 45–58, entre muitos outros textos; Elizabeth Kaplan, “We Are What We Collect, We Collect What We Are,” *American Archivist* 63 (Primavera/Verão de 2000), pp. 126–51; e implicitamente pelo menos alguns dos escritos dos norte-americanos Margaret Hedstrom, Richard Cox, Fran Blouin, Nancy Bartlett, e James O’Toole, e dos australianos Frank Upward, Sue McKemmish, e Barbara Reed. A publicação planejada no próximo ano de no mínimo dois livros sobre arquivos e a construção da memória social irá aumentar o número de arquivistas envolvidos na consideração das implicações do pós-modernismo sobre a sua profissão.

modernistas, e talvez nem todos aceitem esta etiqueta, todas as suas análises se engajam seriamente com alguns escritores pós-modernistas e com a oportunidade com que as ideias pós-modernistas apresentam aos arquivos. Eu espero que os leitores não descartem estes colegas como seduzidos coletivamente pela “moda absurda”. Finalmente, os próprios escritores pós-modernistas estão agora começando a abordar os arquivos diretamente nos seus escritos, como instituição, como atividade, como registros, como mídia de gravação, como memória coletiva, como fenômeno social. Quando Jacques Derrida, indiscutivelmente o mais famoso filósofo vivo do mundo, devota um livro inteiro, o seu *Mal de Arquivo* de 1996, para a *raison d’être* da profissão de arquivista, alguma coisa significativa está acontecendo¹⁵.

Na estela do terremoto causado por Derrida, historiadores, geógrafos, filósofos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, e teóricos culturais estão agora submetendo o mundo do arquivo a uma crítica detalhada, como nunca antes

¹⁵ Jacques Derrida, *Mal de Arquivo: Uma impressão Freudiana* (Chicago e Londres, 1996, originalmente na França em 1995, de uma série de palestras de 1994).

tenham experimentado¹⁶. A imagem que eles têm do arquivo – a qual é completamente diferente da imagem tradicional que a profissão tem de si mesma – poderia muito bem influenciar a opinião pública em geral, moldar as perspectivas dos novos arquivistas que estão vindo a nós e transformar as expectativas de pesquisadores e patrocinadores.

As diferentes percepções do pós-modernismo, e desta intensa crítica externa e interna do arquivo, são um desafio e uma provocação para os arquivistas, que algumas vezes pode deixá-los raivosos e irritá-los, sempre estimulá-los e sustentá-los. Mas não deve empurrá-los para dentro de uma couraça isolacionista de negação ou rejeição. O pós-modernismo é uma abertura, não um encerramento, uma chance de acolher uma longa discussão sobre o que os arquivistas fazem e por

¹⁶ Ver, por exemplo, as duas edições temáticas em *“The Archive,” History of the Human Sciences* 11 (Novembro de 1998) e 12 (Maio de 1999), apresentando cerca de vinte artigos de acadêmicos em muitas disciplinas dedicados a analisar as questões teóricas em torno do arquivo como fenômeno social e societal. Os Seminários Sawyer em *“Archives, Documentation, and the Institutions of Social Memory,”* organizados pelo Instituto Bentley na Universidade de Michigan durante o ano acadêmico de 2000–01, ouviram semelhantes pontos de artigos e comentários de acadêmicos, muitos dos quais serão publicados, sobre diversas disciplinas em muitos aspectos de arquivo e sociedade.

que, em vez de permanecer na defensiva dentro do claustro arquivista. Este diálogo deveria ser abraçado por uma profissão que durante anos tem se queixado de ser mal compreendida. Para ser melhor entendidos, e portanto valorizados, os arquivistas precisam fazer com que suas perspectivas singulares (e importantes) tenham voz na fala comum – ou “discurso” – dos seus tempos. Desta maneira, o pós-modernismo, particularmente na sua forma desconstrutiva, permite a liberação de grandes energias para jogar fora o que for constrangedor, o que os arquivistas têm mantido por hábito ou por ordem profissional. O pós-modernismo desta forma pode ser enormemente libertador e construtivo (com ambos os significados, o de ser positivo e o de construir coisas). Desconstrução não é sobre destruir em infundáveis críticas relativistas, e sim sobre construir, ver de novo e imaginar o que é possível quando as banalidades e ideologias são removidas. É uma forma de consulta, de leitura, de análise, que gera uma energia necessária para a abertura à mudança e inovação verdadeiras. É uma mentalidade que “deve estar sempre aberta, porosa, experimental, não-programável, vigilan-

te, auto-questionável, auto-revisável, exposta ao seu outro, inventiva do outro”¹⁷. Não é política e prática em si, mas fornece inspiração poética para conceituá-las de uma maneira nova¹⁸.

Apesar das dificuldades em definir pós-modernismo, há uma definição de três palavras apresentada por um de seus pioneiros. “Simplificando ao extremo,” Jean-François Lyotard escreve “Eu defino pós-modernismo como incredulidade com respeito a meta-narrativas”¹⁹. Existem causas negativas e positivas para esta incredulidade, e portanto para as condições de pós-modernidade e da pós-modernidade em si.²⁰ De forma negativa, a exposição à

¹⁷ Caputo, *Deconstruction in a Nutshell: A Conversation with Jacques Derrida*, p. 70. Em adição aos trabalhos de Verne Harris e Brien Brothman citados através destas notas, o livro de Caputo é uma boa visão geral introdutória do trabalho de Derrida e a natureza da desconstrução.

¹⁸ Sobre política e poesia num cenário arquivista, ver Schwartz, “‘We make our tools and our tools make us’: Lessons from Photographs for the Practice, Politics, and Poetics of Diplomats,” *Archivaria*, passim.

¹⁹ Jean-Francois Lyotard, *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*, Geoff Bennington e Brian Massumi, trans. (Minneapolis, 1984, original França 1979), p. xxiv (grifo nosso).

²⁰ Há muitos livros que avaliam as dimensões culturais, sociais, intelectuais e globais da condição pós-modernista, ou pós-modernidade. Três que eu achei particularmente

propaganda massiva das guerras mundiais, à máquina nazista, à Guerra Fria e ao Vietnã, gerou uma desconfiança da ampla narrativa do Estado centrada no patriotismo, e produziu especial desconfiança de seus principais defensores: políticos, jornalistas, e a mídia. Seus hábitos frequentemente venais reforçaram a desconfiança quando ficaram conhecidos. Os grandes capitalistas e seus respectivos anunciantes na *Madison Avenue* também perderam o seu uma vez incontestável lustre de confiável liderança diante dos ataques da esquerda, do terceiro mundo, e de críticos ambientalistas, um processo que continua nas demonstrações anti-globalização de hoje. A falência moral e o subsequente colapso político de vários impérios coloniais do Ocidente, assim como do marxismo soviético, também minaram a fé em valores anteriormente inquestionáveis, que animavam as empresas e seus defensores. E a contínua e sustentada exposição feminista, a partir da década de 1960, sobre o funcionamento interno do patriarcado, demons-

úteis são David Harvey, *The Condition of Postmodernity* (Cambridge, MA, 1990, muitas reimpressões); Richard Tarnas, *The Passion of the Western Mind: Understanding the Ideas That Have Shaped Our World View* (Nova Iorque, 1991), pp. 325–413; e Norman Cantor, *The American Century: Varieties of Culture in Modern Times* (Nova Iorque, 1997), pp. 425–502.

trou que uma meta-narrativa importante da cultura ocidental centrada em torno da dominação do homem era simplesmente uma construção artificial para reforçar o poder masculino. Outra narrativa ocidental centrada no cristianismo também sofreu devido ao seu apoio no passado por vezes permanente às narrativas do Estado sobre a guerra, o capitalismo, o imperialismo, e o patriarcado. O desencantamento com a ciência moderna a partir de Hiroshima teve resultados semelhantes, minando a fé na Ciência e em seus mantras centrais de objetividade, neutralidade e racionalismo. Em resumo, diz Lyotard, os valores que a sociedade tem mantido, os grandes mitos da civilização ocidental, as meta-narrativas que têm dominado por décadas ou séculos, não têm mais credibilidade. Como a sociedade pôde ter sido enganada por tanto tempo? O Pós-modernismo tenta, ao menos em parte, responder a esta questão.

De forma mais positiva, em termos de explicar a crescente incredulidade de meta-narrativas que está no coração do pós-modernismo, a globalização da mídia e do comércio, que permitem comunicações mundiais de redes computadorizadas e satélites de telecomunicação, a explosão resultante

da informação de trabalho e lazer num mundo conectado ao instante, 24 horas por dia, 7 dias na semana, e uma concomitante fragmentação da informação em nichos de mercado, e milhões de páginas *Web* – todos esses desafiam a própria possibilidade da meta-narrativa. Por causa desses desenvolvimentos revolucionários, existe uma crescente consciência das outras vozes, outras histórias, outras narrativas, outras realidades – além das que tradicionalmente têm preenchido os textos escolares, livros de história, museus, monumentos públicos, mídia popular e arquivos. Para usar o exemplo norte-americano, a voz masculina, branca tradicional, anglo-saxã, foi desafiada pela primeira vez por vozes étnicas e multiculturais e defensores da paz e contra a guerra nos anos 60, por vozes feministas dos primórdios dos anos 70 em diante, depois sucessivamente por ecologistas, gays e lésbicas, comunidades indígenas e, cada vez mais, por pensadores do terceiro mundo. Como resultado, a sociedade tem se tornado mais consciente do que os pós-modernistas chamaram de “Outro” – aqueles além deles mesmos, aqueles cuja raça, classe, gênero, ou orientação sexual pode ser diferente da própria, aqueles que

numa comunidade globalizada não podem mais ignorar quando constroem suas próprias identidades e compõem suas próprias narrativas. Depois de um século de Nietzsche, Freud, Picasso, Jung e McLuhan, a sociedade sabe que a mensagem racional, linear, das principais meta-narrativas (independentemente do seu conteúdo real) oferece na melhor das hipóteses uma visão truncada da natureza humana, individual e coletivamente. Paixão, imaginação, sexualidade, percepção artística, intuição do lado direito do cérebro – a irracional e a subjetiva – são todos parte integrante da alma humana, no entanto todos estavam relativamente ausentes do racionalismo científico do lado esquerdo do cérebro que animou às meta-narrativas baseadas no Iluminismo. Estão todos também, pode-se notar, relativamente ausentes do material dos arquivos, ou pelo menos dos arquivos tradicionais. O pós-modernismo tenta aprumar esse desequilíbrio, reconhecendo que o yin e o yang do espírito humano, o cérebro esquerdo e direito, mesmo em aparente paradoxo gastam muita energia desequilibrando, desconstruindo, desmascarando as meta-narrativas que hoje bloqueiam uma reconciliação equilibrada.

Os pós-modernistas buscam, em resumo, desnaturalizar o que a sociedade assume inquestionavelmente como natural, o que tem sido por gerações, quem sabe séculos, aceito como normal, natural, racional, provado – simplesmente do jeito que as coisas são. O pós-modernista pega tal fenômeno “natural” – quer seja o patriarcado, o capitalismo, o cânon ocidental da boa literatura, ou o trabalho nos arquivos – e os declara “construídos” social ou culturalmente e, portanto, precisando de desconstrução e reformulação para refletir melhor a diversidade dos tempos atuais²¹.

John Ralston Saul recentemente argumentou que o estado de espírito pós-

²¹ Alguns destes argumentos neste e no parágrafo anterior empatam na análise de Cook, “*Archival Science and Postmodernism*,” *Archival Science*. Como observado neste ensaio, parece que há poucos pontos de citação de artigos e livros que tenham moldado o meu entendimento sobre o pós-modernismo. Talvez o suficiente para dizer que, em adição à metodologia histórica de Foucault e ao volume seminal de Derrida, eu ganhei muito por uma exposição precoce ao trabalho da erudita literária canadense, Linda Hutcheon, *The Politics of Postmodernism* (Londres e Nova Iorque, 1989) e *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction* (Nova Iorque e Londres, 1988); a *Passion of the Western Mind* de Richard Tarna, e é claro aos textos dos arquivistas (felizmente crescendo em número) que têm explorado mais do que ignorado o pós-modernismo, como sublinhado acima na nota 14. Eu gostaria também de reconhecer as discussões da sondagem em torno da pós-modernidade ao longo dos anos com Brien Brothman, Rick Brown, Bernadine Dodge, Verne Harris, Candace Loewen, Tom Nesmith, Jean-Stéphen Piché, Joan Schwartz, e Hugh Taylor.

moderno (que ele saúda como particularmente canadense em etos se não em ideologia) celebra a ambiguidade, tolerância, diversidade, e as múltiplas identidades²²; e o faz em grande parte explodindo as meta-narrativas – e os conceitos, linguagem, história e arquivos nos quais se baseiam. De fato, ele tem argumentado energicamente contra a ideologia, a forma mais nítida de meta-narrativa:

Nós sofremos de um viciante apetite por grandes ilusões. Um apetite por ideologias. O poder na nossa civilização está repetidamente ligado à busca de verdades e utopias com tudo incluído... A crença inabalável de que estamos no caminho da verdade – e portanto da solução para os nossos problemas – nos impede identificar essa obsessão como uma ideologia...[e nos induz à] passividade ante o inevitável – antes que seja dito que é inevitável – uma reação padronizada à ideologia. E passividade é um dos efeitos mais deprimentes da ideologia. O cidadão é reduzido ao estado de sujeito ou até de servo. Há certa dignidade terrível nas

²² John Ralston Saul, *The Inclusive Shape of Complexity*, discurso na Conferência Internacional sobre Estudos Canadenses: *The Canadian Distinctiveness into the XXIst Century*, (Universidade de Ottawa, 18 de Maio de 2000), publicação futura.

grandes ideologias. Com o golpe de uma argumentação intelectual, o planeta é colocado em seu lugar. Aterrorizante. Somente os mais corajosos ou o mais tolo dos indivíduos não ficariam passivos diante desses destinos inspiradores... Viver dentro de ideologias (ou meta-narrativas), com expectativas utópicas, é viver em nenhum lugar, é viver no limbo. Viver em lugar algum. Viver num vazio onde a ilusão da realidade é geralmente criada por construções racionais altamente sofisticadas... É a ideologia que insiste num o positivismo implacável. É por isso que se opõe à crítica e encoraja à passividade. Eu diria que o confronto com a realidade – não importando quão negativo e deprimente seja o processo – é o primeiro passo para aceitá-la...exercendo os meus direitos como cidadão – meu socrático direito – para criticar, rejeitar a conformidade, a passividade, a inevitabilidade²³.

O “confronto com a realidade” de Saul é realmente sobre desconstruir meta-narrativas, abrindo possibilidades para que as pessoas se vejam a si mesmas, às suas sociedades e suas profissões de novo, livres do peso morto

²³ John Ralston Saul, *The Unconscious Civilization* (Concord, 1995), pp. 18, 20, 28, 36–37.

da sabedoria aceita e aliviadas da conformidade passiva à ideologia tradicional.

O pós-modernismo, assim, tanto incentiva, através da análise crítica da desconstrução, à fragmentação do velho arcabouço modernista e da ambiguidade, da abertura e das várias maneiras de ver que são essenciais no novo mundo globalizado. O que, então, é pós-modernismo sob uma perspectiva arquivística?

Invocando a advertência de Lyotard sob o risco de simplificação extrema, eu caracterizaria pós-modernismo arquivista como focado no contexto por trás do conteúdo; nas relações de poder que moldam o patrimônio documental; e na estrutura do documento, seus residentes e subsequentes sistemas de informação, e em suas convenções de narrativa e processo operacional como mais importantes que o seu conteúdo informacional. Indo além, fatos em textos não podem ser separados de suas interpretações a partir de suas interpretações passadas e atuais, nem o autor do assunto ou audiências em constante mudança, nem o autor do ato de criação, nem a autoria dos contextos sociais mais amplos no qual tem lugar. Tudo em registros documentais arqui-

vísticos é moldado, apresentado, representado, rerepresentado, simbolizado, significado, construído pelo escritor, pelo programador de computação, pelo fotógrafo, pelo cartógrafo, para um propósito definido. Nenhum texto é um inocente subproduto de ação administrativa ou pessoal, mas sim um produto construído – embora esta construção consciente possa ser tão transformada em padrões inconscientes de comportamento social, convenções de linguagem, processos de organização, imperativos tecnológicos, e modelos de informação que os vínculos com sua natureza construída tornaram-se bastante escondidos. O arquivista pós-moderno expõe estas profundas realidades contextuais.

Documentos, individual e coletivamente, são todos uma forma de narração, asseguram os pós-modernistas, que vão bem além de ser simples evidência de fatos e transações. Documentos são moldados para reforçar a coerência narrativa e a harmonia conceitual para o autor, reforçando assim a posição, o ego e o poder, enquanto entram em conformidade com normas de organização aceitáveis, padrões de discurso retórico, e expectativas sociais. Os pós-modernistas também acreditam

que não há uma narrativa numa série de coleções ou registros, mas muitas narrativas, muitas histórias, servindo a muitos propósitos para muitas plateias, através do tempo e do espaço. Documentos são, portanto, dinâmicos, não estáticos²⁴. E o arquivista, assim como o criador ou o pesquisador, é um dos narradores.

Algumas dessas generalizações sobre pós-modernismo são sustentadas numa crescente literatura sobre a história dos arquivos. Estudos revelam agora que os arquivos foram coletados – e mais tarde cortados, reconstruídos, até destruídos – nem sempre para conservar a melhor evidência jurídica de operações legais ou econômicas, mas para servir a propósitos históricos, sacros, e simbólicos – e somente para estas figuras e eventos julgados dignos de comemorar, ou memorizar, dentro do contexto do seu

²⁴ Nesta, ver Sue McKemmish, “Are Records Ever Actual?” in Sue McKemmish e Michael Piggott, eds., *The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives First Fifty Years* (Clayton, 1994). Ela desenha a inspiração na sua epígrafe de abertura de Derrida, e do meu próprio trabalho no conceito pós-custodial dos fundos de arquivo baseados em “realidades múltiplas lógicas ou virtuais,” em vez de sua tradicional base de guarda física. Ver Terry Cook, “The Concept of the Archival Fonds: Theory, Description, and Provenance in the Post-Custodial Era,” in Terry Eastwood, ed., *The Archival Fonds: From Theory to Practice* (Ottawa, 1992), p. 38.

tempo e lugar²⁵. Dado o simbiótico relacionamento entre o feminismo e o pós-modernismo, o caso de como os arquivos têm respondido para documentar o papel da mulher na sociedade é instrutivo. A estudiosa feminista Gerda Lerner demonstrou que o poder patriarcal está por trás da criação dos primeiros documentos escritos e dos primeiros arquivos no mundo antigo. O empreendimento arquivístico foi então intencionalmente e sem remorso patriarcal: as mulheres foram deslegitimadas pelo processo de arquivo e registro e portanto ficaram ausentes da subsequente formação de memória social, um processo que continua neste século²⁶. Os arquivistas, não surpreen-

²⁵ Para mais detalhes sobre este argumento, com exemplos e inúmeras referências, ver Cook, “*What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas*,” pp. 18–19. Para somente alguns dos muitos exemplos poderosos através do milênio, ver Patrick J. Geary, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millennium* (Princeton, 1994), particularmente o capítulo 3: “*Archival Memory and the Destruction of the Past*”; Richard Brown, “*Death of a Renaissance Record-Keeper*,” *Archivaria*; Robert McIntosh, “*The Great War, Archives, and Modern Memory*,” *Archivaria* 46 (Outono de 1998), pp. 1–31; e Verne Harris, “*Redefining Archives in South Africa*,” *Archivaria*; assim como muitos dos artigos nas edições especiais de “*The Archive*” na História das Ciências Humanas. Sobre a natureza simbólica dos arquivos, ver James O’Toole, “*The Symbolic Significance of Archives*,” *American Archivist* 56 (Primavera de 1993), pp. 234–55.

²⁶ Gerda Lerner, *The Creation of Patriarchy* (Nova Iorque e Oxford, 1986), pp. 6–

dentemente, têm compartilhado a mesma orientação que seus arquivos. Bonnie Smith sugeriu que o crescimento da história “profissional” no século dezenove (que coincidiu com a profissionalização dos arquivistas, os quais foram treinados como tais historiadores) espremeu a narrativa, o fantasmagórico e o psíquico, o espiritual e o feminino (e, é claro, todas as mulheres praticantes “amadoras”) que estavam significativamente presentes em anteriores articulações da história, em favor de homens que estavam em busca de uma nova história “científica” e “profissional” dentro da sala de pesquisa arquivista e do competitivo seminário universitário. Tais historiadores e arquivistas ignoraram nos seus trabalhos a vida diária das pessoas em famílias, fazendas, fábricas, e comunidades em favor da política, instituições, diplomacia e da guerra. Eles também veneravam seus métodos científicos como baseados em fatos, neutrais,

7, 57, 151, 200, e passim; e *The Creation of Feminist Consciousness: From the Middle Ages to Eighteen-seventy* (Nova Iorque e Oxford, 1993), o qual detalha a exclusão sistêmica das mulheres da história e dos arquivos, e começando no final do século dezenove os esforços para corrigir isto criando arquivos de mulheres (particularmente o capítulo 11, “*The Search for Women's History*”). Ver também Riane Eisler, *The Chalice & The Blade: Our History, Our Future* (São Francisco, 1987), pp. 71–73, 91–93.

desapaixonados – o único meio de recuperar a verdade sobre o passado²⁷. Historicamente, então, não há nada “natural” neste processo de lembrança e esquecimento, ou seus participantes profissionais, ou o resultado que eles produziram.

Em resumo, o arquivo agora é visto cada vez mais como o sítio onde a memória social foi (e é) construída – geralmente em apoio, consciente ou inconsciente, às meta-narrativas dos poderosos, e particularmente do estado. Princípios de Arquivo, como o *respect des fonds*, são igualmente revelados como historicamente dependentes, não universais ou absolutos²⁸. O registro é percebido agora como um mero traço de universos perdidos, como um tipo de truque do espelho que distorce fatos e realidades passadas, refletindo tanto as intenções narrativas do seu autor e a receptividade da sua atual audiência como o seu real conteúdo informacional. O registro assim se torna um significante cultural, uma construção mediata e em constante mudança, e não algum modelo

²⁷ Bonnie Smith, *The Gender of History: Men, Women, and Historical Practice* (Cambridge, MA e Londres, 1998).

²⁸ Ver particularmente Mortensen, “*The Place of Theory in Archival Practice*,” *Archivaria*; Schwartz, “*Records of Simple Truth and Precision*,” *Archivaria*; e Cook, “*What is Past is Prologue*,” *Archivaria*.

vazio no qual são despejados atos e fatos. Isto não significa que nada seja verdadeiro, ou que tudo esta à deriva num mar de relativismo sem sentido. Isto é uma leitura fundamentalmente errada do pós-modernismo. Significa que o significado é relativo ao contexto da criação do registro, que por trás do texto há muitos outros textos sendo concebidos escondidos, e que a mediação do arquivista no estabelecimento de padrões, realizando avaliações, visando aquisições, impondo ordens de arrumação, criando descrições lógicas, e encorajando determinados tipos de preservação, uso, e programação pública é criticamente importante em modelar este significado.

Esta formação de significado pelo arquivista tem sido observada na melhor das hipóteses de forma opaca dentro e fora da profissão de arquivo, com o arquivista permanecendo em-coberto, despercebido, imperceptível, sendo o fantasma na metáfora de Tom Nesmith.²⁹ O pós-modernismo, por outro

²⁹ Ver Nesmith, *“Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the ‘Ghosts’ of Archival Theory,”* *Archivaria*. Sobre a metáfora do fantasma nos escritos de Derrida a respeito de a persistência do “Outro” estar sempre presente, de nunca ser capaz de escapar completamente do passado, ver Stuart Sim, *Derrida e o Fim da História* (Cambridge, 1999), que é uma apreciação crítica de *Espectros de Marx* de

lado, requer uma nova abertura, uma nova visibilidade, uma vontade de questionar e ser questionado, de contar para alguma coisa e ser responsabilizado. O pós-modernismo requer que os arquivistas aceitem e até celebrem sua própria historicidade, seu próprio rol no processo histórico da criação de arquivos, e seus próprios preconceitos. Em oposição aos ataques anti-pós-modernistas de historiadores tradicionais citados anteriormente (os quais, com algumas mudanças de palavras, poderiam facilmente ser teóricos arquivistas tradicionais ridicularizando o pensamento pós-moderno), nenhum ator, observador, ou escritor é jamais neutral ou desinteressado em qualquer processo documental. Como também não é o “texto” que historiadores e arquivistas consultam (incluindo documentos de arquivo) ou preservam (ou seja, avaliam, adquirem, descrevem) uma janela transparente para uma realidade passada. Todas as afirmações humanas ocorrem (mesmo que subconsciente ou inconscientemente) dentro de um contexto de meta-narrativas sociais contemporâneas onde tudo é filtrado, mediado, ou influenciado por considerações de linguagem, psicologia

Derrida (1993, uma tradução norte-americana e portanto uma ortografia norte-americana).

peçoal e poder. Sendo assim, a jornada pós-moderna³⁰ para o arquivista não é uma viagem circular dentro do conforto do claustro arquivista reforçando velhas certezas, e sim aberta, ouvindo novas possibilidades e documentando novas vozes, aproveitando as novas energias liberadas por ter entendido o peso que representavam as obsessões passadas.

Belas afirmações, pode pensar o leitor, mas o que significam para a prática do trabalho de arquivo? Talvez, à primeira vista, o pós-modernismo e a atividade tradicional arquivística pareçam bastante compatíveis. Por que a sugestão, então, de um renascimento profissional? Depois de tudo, o pós-moderno se preocupa com “contextos construídos” na criação de registros³¹ relembra o foco na contextualidade do arquivo de longa data, no mapeamento da procedência das inter-relações entre o criador e o registro, na determinação e explicação aos usuários do contexto por trás do texto. Na verdade, as preocu-

³⁰ Ver particularmente o discurso de abertura da conferência em viagem ou odisseia, o tema da conferência, feito por Verne Harris, que aparece de forma revisitada nesta edição de *Arquivaria*.

³¹ Ver Hutcheon, *Poetics of Postmodernism*, p. 122.

pações dos arquivistas com relacionamentos e relativismos pós-modernistas compartilhavam a mesma busca por parentesco, por contingência, por contextualização.

Ainda além desse nível inicial de conforto, o pós-modernismo deve tornar os arquivistas apreensivos com muitas das suas formulações tradicionais. O pós-modernismo questiona, por anteriores implicações e agora diretamente em escritos muito recentes, certas metanarrativas centrais da própria profissão de arquivista. O Pós-modernismo assim encoraja a deixar de visualizar os registros como objetos estáticos e passar a compreendê-los como conceitos dinâmicos e até virtuais; deixar de visualizar os registros como o produto passivo de atividade humana ou administrativa para considerá-los agentes ativos e em constante evolução na formação de memória humana e organizacional; deixar também de ver o contexto da criação de registros descansando dentro de organizações hierarquicamente estáveis para situar os registros dentro de redes fluidas de funcionalidade pessoal e de trabalho. Para os próprios arquivistas, a mudança pós-moderna requer o afastamento da própria identificação como guardiões

passivos de um legado herdado a celebrar o seu papel na moldagem ativa da memória da sociedade.

Dito de outra maneira, o discurso arquivista pós-moderno mudaria de produto a processo, de estrutura a função, de arquivo a arquivamento, de registro a contexto de registro, de resíduos “naturais” ou subprodutos passivos de atividade administrativa a “arquivização”, construída conscientemente e mediada ativamente, da memória social³². Tais mudanças em si sinalizam uma consistência profunda e real com o pensamento pós-modernistas: os conceitos arquivistas não são eles verdades universais a serem defendidas em todos os lugares e tempos como uma meta-narrativa sagrada mas, antes, conceitos em constante evolução e mutação pois refletem mudanças na natureza dos registros, organizações de criação de registros, sistemas de manutenção de registros, usos dos registros, e a sua ampla orientação cultural, legal, tecnológica, social e filosófica na sociedade. As ideias arquivísticas formadas num lugar e tempo refletem muitos desses fatores

³² Sobre o último conceito de Derrida e suas implicações arquivistas, ver Ketelaar, “*Archivalisation and Archiving*,” *Archives and Manuscripts*.

externos, ideias que são frequentemente reconstruídas, até redescobertas em outro tempo lugar, ou reformuladas através de gerações no mesmo lugar³³.

À luz de todas essas mudanças, o que o pós-modernismo significa na prática para o arquivista determinado a operar de forma mais expansiva, inclusiva, acolhedora em todas as atividades arquivistas? Como forma de ilustração, deixem-me sugerir três de muitas áreas possíveis para a prática arquivista pós-moderna: avaliação, descrição e responsabilidade arquivística. Antes de fazer isso, no entanto, é necessária uma advertência. Desconstrução, como um fluxo significativo de pensamento pós-moderno, “não se destina à prática ou à prática teórica, mas vive na persistente crise ou mal-estar do momento da técnica ou artesanato... Agir

³³ Acompanhando este artigo, eu sugeri como a visão do pensamento pós-moderno pode desta forma significativamente mudar os conceitos de procedência, ordem original, o registro, os fundos, os arquivos e “Ciência Arquivista”. Eu não vou repetir aquelas observações aqui. Ver Cook, “*Archival Science and Postmodernism*,” *Archival Science*. Desde outra perspectiva baseada numa análise da evolução histórica das ideias arquivistas, eu sugeri conclusões similares: ver Cook, “*What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas*,” *Archivaria*. Para uma bela análise sobre a natureza (e o desvio) da teoria dentro de um contexto de arquivo, ver Mortensen, “*The Place of Theory in Archival Practice*,” *Archivaria*. Virtualmente todos os pensadores arquivistas citados na nota 14 também sugeriram novas formas de olhar sobre os preceitos tradicionais.

é, portanto, não ignorar a desconstrução, mas ativamente transgredi-la sem desistir”³⁴. Esta afirmação não precisa ser a contradição que aparenta. Os arquivistas têm, é claro, antes agir que viver em questionamento contínuo, mas quando agirem, eles também não podem parar de questionar. Os arquivistas podem transgredir a desconstrução (p.e., ir além dos seus limites) quando decidam agir de diferentes formas baseados em tal questionamento inicial, mas esta ação só deve gerar mais perguntas num interminável renascimento do seu ofício. Os arquivistas devem sentir mais desconforto no “momento” em que tratam de bloquear suas ideias e práticas, baseados em respostas temporárias a perguntas, em orientações, padrões e diretivas. A menos que eles continuem a perseguir, como defensores de Saul, questionamentos contínuos para abrir os arquivos, eles irão trair mais do que meramente transgredir a desconstrução.

Voltando à avaliação como o primeiro exemplo prático de prática

³⁴ Gayatri Chakravorty Spivak, *Outside in the Teaching Machine* (Nova Iorque e Londres, 1993), p. 121 (de um intrigante capítulo titulado “*Feminism and Deconstruction, Again: Negotiations*”). Spivak oferece uma perspicaz leitura de Derrida sobre de estudos feministas e pós-colonialistas. Verne Harris gentilmente fez chegar o seu trabalho ao meu conhecimento.

arquivística pós-moderna, arquivistas avaliadores pós-modernistas devem perguntar a quem e o que eles estão excluindo da memorialização de arquivo, e por que, e então construir estratégias de avaliação, metodologias e critérios para corrigir a situação. A atribuição de valor de avaliação a registros estaria baseada na narratividade contextual encontrada dentro do processo de criação de registros em vez de estar no uso previsto do conteúdo temático do registro. A avaliação atenderia tanto cuidadosamente às vozes marginalizadas e até silenciadas quanto agora atende às vozes poderosas encontradas em registros institucionais oficiais. Isto pode ser feito até quando se avaliam os registros de poderosas entidades como o Estado (nos seus vários níveis de governo) ou empresas.

O modelo de macro-avaliação desenvolvido primeiro para avaliar os registros do Governo do Canadá, por exemplo, baseia a determinação do que manter e o que destruir, não nos ditames do Estado, como tradicionalmente se fazia, nem no cumprimento das últimas tendências de pesquisa histórica, como mais recentemente, mas em tratar de refletir os valores da sociedade através de uma análise funcional da interação do

cidadão com o Estado. Mas macro-avaliação é mais do que análise funcional, que é o que alguns observadores externos têm tirado do modelo canadense. A macro-avaliação centra-se na governança em vez de nas estruturas e funções do governo *per se*. A governança enfatiza o diálogo e a interação dos cidadãos e grupos com o Estado tanto quanto as políticas e procedimentos do próprio Estado; focaliza também documentar o impacto do Estado na sociedade e as funções da própria sociedade; abrange toda a mídia em vez de privilegiar textos escritos; procura narrativas múltiplas e pontos críticos de discursos controvertidos entre os cidadãos e o Estado, em vez de aceitar a linha política oficial; e busca deliberadamente dar voz aos marginalizados, aos “Outros”, a perdedores assim como a ganhadores, aos desvantajados e desprivilegiados assim como aos poderosos e articulados, o que é conseguido através de novas maneiras de ver arquivos e dados eletrônicos escolhendo o registro mais sucinto no melhor meio para documentar estas vozes diversas. Em resumo, o pós-modernismo avalia conscientemente a funcionalidade do governo e seus programas individuais que são eles

mesmos criados por cidadãos numa democracia e a documentação do nível de interação de cidadãos com o funcionamento do estado: como eles aceitam, rejeitam, protestam, apelam, mudam, modificam ou de outro modo influenciam estes programas funcionais estatais, e são por sua vez influenciados por eles. É claro, as decisões de avaliação do setor privado complementariam esta macro-avaliação do setor público dentro de um quadro de “arquivos totais” verdadeiramente integrados³⁵.

A macro-avaliação não é um exercício politicamente correto, ou um vestígio da política de esquerda algumas vezes atribuída ao pós-modernismo. Os “marginalizados”, numa análise da macro-avaliação para algumas funções particulares, podem muito bem ser corporações de direita em vez de

³⁵ Em adição aos documentos internos nos Arquivos Nacionais do Canadá na teoria, estratégia e critérios de macro-avaliação, para os conceitos básicos e abordagens estratégicas, ver Terry Cook, *The Archival Appraisal of Records Containing Personal Information: A RAMP Study With Guidelines* (Paris, 1991); Terry Cook, “Mind Over Matter: Towards a New Theory of Archival Appraisal,” in *The Archival Imagination*; Terry Cook, “‘Many are called but few are chosen’: Appraisal Guidelines for Sampling and Selecting Case Files,” *Archivaria* 32 (Summer 1991), pp. 25–50; Richard Brown, “Macro-Appraisal Theory and the Context of the Public Records Creator,” *Archivaria* 40 (Outono de 1995), pp. 121–72; e Rick Brown, “Records Acquisition Strategy and Its Theoretical Foundation,” *Archivaria*.

sindicatos de esquerda, empreiteiros mais do que ambientalistas, o centro mais do que as regiões, homens mais do que mulheres, racistas mais do que reformadores. A questão é pesquisar em profundidade pelas vozes perdidas nas atividades funcionais humanas ou organizacionais sob estudo durante o processo de avaliação, de tal forma que os arquivos possam adquirir para seu patrimônio múltiplas vozes, e não apenas as vozes do poder. Uma nota de advertência é necessária aqui. É importante, como observa Verne Harris, não romantizar o marginalizado, ou sentir euforia por salvá-lo do seu esquecimento histórico: alguns não desejam ser “resgatados” por arquivos convencionais e alguns irão sentir que sua categorização por arquivistas como “marginalizados” somente irá marginalizá-los mais.³⁶ Tais dilemas morais devem incomodar, mas não paralisar os arquivistas: eles podem receber e respeitar o “outro”, e através da avaliação tratar de contar uma história o mais completa possível, “utilizando sistemas de registros e os sítios de criação de registros como matérias-

³⁶ Ver especialmente Verne Harris, “*Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice*,” draft essay for presentation to New Zealand archivists, August 2001.

primas.” É claro, apesar da cuidadosa pesquisa de avaliação e do “vigoroso exercício da razão,” a avaliação arquivista pós-moderna sabe “que há outras narrativas, outras histórias que eles poderiam ter escolhido em seu lugar. E sua história... não tem fim. Porque a história foi arquivada; é o arquivo. E não há fechamento para o arquivo. Nas palavras de Jacques Derrida, ‘se abre para o futuro’”³⁷. Se existem benefícios no modo canadense de diversidade, ambiguidade, tolerância, e identidades múltiplas que sustentam o estado pós-moderno de John Ralston Saul, então talvez a forma canadense paralela de lembrança arquivista através da macro-avaliação tenha peso nos ouvidos dos arquivistas neste novo século. Aqueles que desejem construir uma memória arquivista baseada na celebração das diferenças mais que em monólitos, narrativas múltiplas mais que tradicionais, tanto o pessoal e o local tanto quanto o empresarial e o oficial, podem encontrar na macro-avaliação várias perspectivas úteis e ferramentas práticas para a sua tarefa.

Tomando a descrição de arquivo como o segundo exemplo da aplicação prática do pós-modernismo, os arqui-

³⁷ Verne Harris, *Exploring Archives*, 2ª ed. (Pretoria, 2000), p. 45.

vistas questionariam o que é apresentado no instrumento de pesquisa para verificar se é um monólito e o que é suprimido e por que, e depois agiriam para corrigir a situação. Os arquivistas se engajariam abertamente com seus clientes e respeitariam as suas necessidades, em vez de forçá-los a aceitar meta-narrativas profissionais sobre como os registros deveriam ser descritos. A arquitetura descritiva baseada em torno dos *fonds* seria explodida para circunstâncias complexas de criação de registros institucionais, saindo de sua fixação plana, mono-hierárquica e estática num criador final para transformar-se em ligações contextuais muito mais ricas, multi-relacionais, de muitos para muitos. Como os arquivistas entendem melhor o complexo arranjo dos registros modernos e as culturas organizacionais (e pessoais) que os produzem, os sistemas descritivos pós-modernos deixariam o legado monolítico de teorias de arquivo passadas, “a antiquada abordagem “uma coisa, uma entrada” se eles têm a intenção de “satisfazer os pesquisadores de entender o contexto histórico dos registros, as atividades que os geraram e a informação que eles contêm”.³⁸ Graças às percepções pós-

³⁸ Terry Eastwood, “Putting the Parts of

modernistas, estes contextos e estas atividades podem ser muito mais complexas do que os arquivistas como profissão têm geralmente admitido. Na realidade arquivistas precisam da desconstrução do contexto que tentam descrever, lembrando que “está na natureza da desconstrução não somente ver o contexto mais amplo (aqueles traços, ou espectros, que remontam ao passado numa regressão infinita), mas também a fluidez, a flexibilidade, a definitiva natureza incontrolável do contexto”³⁹. Os arquivistas pós-modernos ligariam suas descrições muito próximas dos relatórios de avaliação que justificam o porquê dos registros, agora sendo descritos, estarem nos arquivos em primeiro lugar, e esclareceriam a sua natureza incompleta como traços

the Whole Together: Systematic Arrangement of Archives,” *Archivaria* 50 (Outono de 2000), pp. 115–16. Sobre defesas anteriores da descrição de fundos virtuais ou múltiplas procedências, ver Terry Cook, “*The Concept of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era*,” *Archivaria* 35 (Primavera de 1993), pp. 24–37; David Bearman, *Archival Methods* (Pittsburgh, 1989), capítulos 3, “*Arrangement and Description*” e 5, “*Intelligent Artifices: Structures for Intellectual Control*,” e “*Documenting Documentation*,” *Archivaria* 34 (Summer 1992), pp. 33–49; e Chris Hurley, “*What, If Anything, is a Function?*” *Archives and Manuscripts* 21, no. 2 (Novembro de 1993), pp. 208–21, “*Ambient Functions – Abandoned Children to Zoos*,” *Archivaria* 40 (Outono de 1995), pp. 21–39, e “*Problems with Provenance*,” *Archives and Manuscripts* 23, no. 2 (Novembro de 1995), pp. 234–59.

³⁹ Sim, *Derrida e o Fim da História*, p. 50.

sobreviventes de um universo documental mais amplo⁴⁰.

Tal fluidez de relações descritivas e transparência no processo de arquivo não tem sido uma característica de como padrões descritivos foram implementados no Canadá, até recentemente, com raras exceções.⁴¹ E não foi por falta de defensores de descrições mais amplas.⁴² A teoria e prática de arquivo australiana

⁴⁰ Sobre o conhecimento contextual ligando arquivistas ganho por avaliação e descrição, ver Jean-Stéphien Piché, “*Doing What’s Possible with What We’ve Got: Using the World Wide Web to Integrate Archival Functions*,” *American Archivist* 61 (Primavera de 1998). Este artigo (baseado em protótipos reais nos Arquivos Nacionais do Canadá desenvolvidos pelo autor) respondeu ao tipo de pensamento “fora da caixa” defendido por Margaret Hedstrom no seu “*Descriptive Practices for Electronic Records: Deciding What is Essential and Imagining What is Possible*,” *Archivaria* 36 (Outono de 1993), pp. 53–63.

⁴¹ Uma dessas exceções é a nova iniciativa descritiva dos Arquivos de Ontário: ver Bob Krawczyk, “*Cross Reference Heaven: The Abandonment of the Fonds as the Primary Level of Arrangement for Ontario Government Records*,” *Archivaria* 48 (Outono de 1999), pp. 131–52. Esta foi modelada no sistema australiano. Sobre uma introdução, ver os artigos de Chris Hurley na nota 38, assim como seu “*The Australian (‘Series’) System: An Exposition*,” in McKemmish e Piggott, eds., *Records Continuum*. Sobre uma exposição na colocação de tal complexidade em sistemas descritivos, ver Sue McKemmish et al., “*Describing Records in Context in the Continuum: The Australian Recordkeeping Metadata System*,” *Archivaria* 48 (Outono de 1999), pp. 3–43.

⁴² Exemplos de tal defesa “funcional”, como citado por Jean-Stéphien Piché (in “*Doing What’s Possible with What We’ve Got*,” *American Archivist*, p. 122, n. 51), incluem David Bearman, Margaret Hedstrom, e Helen Samuels nos Estados Unidos e Tom Nesmith, Heather Mac-Neil, e Terry Cook no Canadá.

oferece há décadas essa arquitetura descritiva de contexto rico, na qual criadores múltiplos antes e depois e em paralelo ao “assentado” nos fundos são igualmente reconhecidos, assim como também as múltiplas funções das várias estruturas de criação, e todos estes se tornam elementos descritivos e, mais importante, pontos de recuperação para pesquisadores.⁴³ Os australianos poderiam protestar dizendo que explorar procedência em seus vários contextos funcionais-estruturais simplesmente faz sentido e não tem nada a ver com pós-modernismo, porém os resultados refletem e muito o espírito da ênfase pós-modernista nas várias formas de ver, e a sua visão do arquivo como dinâmico, virtual, e até em evolução. O sistema australiano é fundamentalmente a descrição da criação de registros e processos de manutenção de registros mais do que a descrição do produto registrado. A descrição pós-moderna refletiria de forma semelhante todas as sutilezas das novas práticas de macro-avaliação funcional-estrutural já mencionada, destacando nas descrições a natureza complexa da governança e da marginalidade encontrada (ou não) nos

⁴³ Ver notas 38 e 41.

registros que agora estão sendo descritos.

A descrição pós-moderna refletiria, em resumo, a pesquisa contextual sustentada pelo arquivista na história dos registros e seu(s) criador(es), e produziria descrições em constante mudança já que a criação de registros e a história de custódia em si nunca termina (como no momento da acessibilidade arquivística ou a criação de uma entrada de fundos). A descrição é continuamente reinventada, reconstruída, renascida⁴⁴. A descrição pós-moderna focada desta forma na história dos registros, refletiria muito mais nuances de contexto, que por sua vez abririam um leque de informações sobre o conteúdo sem a necessidade de uma extensa indexação em nível de item. E tais possibilidades de prática descritiva pós-moderna podem muito bem provocar a reflexão sobre a historicidade do arquivista: quando essas opções descritivas ricas em contexto estavam disponíveis, porque foram rejeitadas pelos profissionais de arquivo

⁴⁴ Sobre o papel central da pesquisa sustentada por arquivistas no seu dia-a-dia de avaliação e descrição, ver Terry Cook, *"The Imperative of Challenging Absolutes in Graduate Archival Education Programs: Issues for Educators and the Profession,"* *American Archivist* 63 (Outono/Inverno de 2000), particularmente pp. 384–86.

no Canadá em favor de uma abordagem de descrição de catalogação bibliotecária? O que isto diz sobre a própria meta-narrativa da profissão arquivista para aquele tempo e lugar?

Isto me leva diretamente ao meu terceiro exemplo de prática de arquivo pós-modernista, e talvez a lição prática mais importante: os arquivistas como profissão seriam muito mais autor-reflexivos e transparentes sobre o que eles fazem. Como exemplos concretos, eu sugiro que, para registros governamentais e institucionais, os arquivistas deveriam considerar a colocação de entradas “negativas” em fundos e descrições de séries, mostrando assim aos pesquisadores todas as séries, em todas as mídias, de todos os locais, que os arquivos não adquiriram a partir de um determinado criador de registros, juntamente com aqueles que sim o fizeram. Para o setor privado ou arquivos temáticos, a questão se expande ao porquê de alguns criadores terem sido escolhidos e outros não; os arquivistas deveriam criar listas em tais arquivos de todos os possíveis indivíduos, grupos e associações que se enquadrem no mandato de aquisição de suas instituições, em contraste com a muito menor lista desses fundos avaliados

como arquivo e realmente adquiridos. Para os criadores de registros tanto institucionais como pessoais, o arquivista deveria então explicar o seguinte: porque essa escolha foi feita; quais critérios de avaliação foram usados; em quais conceitos de avaliação ou significância foram baseados; quais metodologias foram empregadas; e quais valores pessoais do arquivista foram refletidos nas decisões tomadas. Se o pós-modernismo chama a atenção para os marginalizados, o que poderia ser mais marginalizado num arquivo que o não-arquivo que os arquivistas autorizaram a destruição ou pelo menos decidiram não adquirir?

Para que estas decisões fiquem claras para os pesquisadores, os arquivistas deveriam ligar todas as descrições de séries aos relatórios de macro-avaliação originais (e agora mais completos e inclusivos), reconhecendo que algumas séries abertas de longa data podem ser adquiridas ao longo de várias décadas com base em diferentes critérios de avaliação implementados por diferentes arquivistas. Eu acredito que arquivistas avaliadores deveriam estar eles mesmos documentados formalmente e vinculados a esses mesmos relatórios de avaliação e entradas descritivas, com

um *curriculum vitae* completo colocado em arquivos acessíveis, complementado por detalhes autobiográficos dos valores que eles usaram na avaliação e que refletiram na descrição. Todas estas novas transparências estariam refletidas, ou vinculadas, às ferramentas descritivas formais que o arquivista pós-moderno coloca à disposição dos seus diversos públicos. A profissão prega os méritos da responsabilidade através de bons registros para qualquer pessoa que quiser ouvir; quão dispostos estão os arquivistas responsáveis a manter bons registros sobre o que eles fazem e tornar esses registros disponíveis?

Infelizmente, este tipo de transparência do processo não tem sido a norma arquivista. Os pesquisadores somente veem um universo pré-definido e monolítico – pré-definido particularmente pelo arquivista. O que eles veem é o que eles têm. Eles não veem o que os arquivistas viram antes que as decisões de avaliação foram feitas para dar aos pesquisadores o que eles recebem, como também não entendem as premissas subjacentes de como os arquivistas descreveram o que eles agora estão vendo nas ferramentas descritivas que apresentam os resultados dessa avaliação e arranjos subsequentes. Naquelas pou-

cas ocasiões em que a tampa da panela fervente e levantada de leve, como na destruição no Canadá dos registros e avaliações nazistas, a avaliação dos expedientes dos processos nos Estados Unidos pelo FBI ou a atual reavaliação de todo o patrimônio dos Arquivos Nacionais da Austrália, está muito claro que até a porção educada do público e da mídia têm uma ideia muito pequena do que os arquivistas fazem. Com certeza não gostam do pouco que aprendem desses casos.

Os arquivistas pós-modernos buscam mudar isto. Eles (ou elas), sem dúvida, aceitariam celebrar que “o arquivo, para desconstrução, não é um refúgio calmo para profissionais, acadêmicos e artesãos. É uma prova severa da experiência humana. Um campo de batalha para sentido e significado. Uma babel de histórias. Um lugar e um espaço de complexos jogos de poder em constante mutação. Aqui você não pode manter as mãos limpas. Aqui as próprias noções de profissão e erudição e ofício têm que ser reimaginadas”⁴⁵. Aqui, então, está o renascimento profissional.

⁴⁵ Harris, “*Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice*,” p. 11 (mss).

Tom Nesmith sugeriu há muito tempo que os registros individual e coletivamente têm uma história, antes e depois de atravessar o limiar arquivístico⁴⁶. Uma significativa parte dessa história reflete a intervenção pelo arquivista e, por trás disto, premissas, conceitos e processos profissionais – a própria meta-narrativa da profissão. Esta história do registro é um processo sem fim, dinâmico, o arquivo sendo sempre renascido, reimaginado, reinventado, mesmo no caso de registros que têm muito tempo nos arquivos. Bob Dylan disse numa música que “Ele não está ocupado nascendo / Está ocupado morrendo”,⁴⁷ o mesmo aplica-se para os arquivos, os registros e para o arquivista pós-moderno.

⁴⁶ Tom Nesmith, “*Archives from the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship*,” in Tom Nesmith, ed., *Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance* (Metuchen, NJ e Londres, 1993), publicado originalmente em 1982, onde Nesmith premonitoriamente definiu tal sabedoria arquivística focando principalmente na história do registro em todo o seu rico contexto e em toda sua continuidade de existência.

⁴⁷ “*It’s Alright, Ma (I’m Only Bleeding)*,” *Bringing It All Back Home* (1965), letra e música por Bob Dylan, direitos autorais de Bob Dylan e Columbia Records, citado sob disposições relativas legais.

[Nota do Revisor] Esta é uma tradução literal do texto “*Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: Postmodernism and the Practice of Archives*” promovida pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro - AAERJ, por intermédio do periódico *Informação Arquivística*. Todos os direitos são reservados à *Archivaria*, Revista da Associação de Arquivistas Canadenses, que gentilmente cedeu os direitos de tradução e publicação no Brasil.

Mais uma vez, cientes do desafio que é traduzir um texto de sentido e significado complexos optou-se, diferentemente da primeira etapa de publicação dos estudos do Professor Cook, pela tradução literal, no entanto, tomou-se o cuidado de não tentar mudar o sentido e contexto dos termos aplicados pelo autor, considerando a tradição arquivística na qual se insere. Deixa-se para o leitor atento e interessado as eventuais interpretações, observação das diferenças de emprego e de sentido entre a Arquivologia brasileira e a Norte Americana.

Cabe ressaltar a dificuldade de traduzir, sem macular, os termos *Records* e *Archives*, coisas diferentes para a tradição Norte Americana, mas que para a Arquivologia brasileira, influenciada pela tradição europeia, são um todo contínuo.

Sobre este aspecto, alertamos que o termo *Records* foi traduzido, literalmente, como registros, e *Archives* como Arquivos. Desta forma, fica para o leitor a tarefa de tentar entendê-los na amplitude de seus termos através de leitura complementar comparativa entre essas duas tradições arquivísticas.

Por fim, nosso agradecimento especial ao Professor Terry Cook, à *Archivaria* e

à Associação de Arquivistas Canadenses

Para acessar o texto original:

<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12792/13989>>

Tradutor: Rivera Lisando Guianze

Supervisão e Revisão científica:
Conselho Editorial – Informação Arquivística